



SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO
DO PORTO SANTO, S.A.

RELATÓRIO E CONTAS

MARÇO 2022

2021

ÍNDICE

FICHA TÉCNICA	8
RELAÇÃO DE SIGLAS E ABREVIATURAS	9
MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	10
1. INTRODUÇÃO	11
2. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	13
2.1. EMPREENDIMENTOS SOB ADMINISTRAÇÃO DIRETA DA SDPS	16
2.1.1. O CAMPO DE GOLFE DO PORTO SANTO	16
2.1.2. CENTRO CULTURAL E DE CONGRESSOS	22
2.1.3. PARQUE DE ESTACIONAMENTO DO CENTRO CULTURAL E DE CONGRESSOS	27
2.1.4. COMPLEXO DE CAMPOS DE TÊNIS.....	28
2.1.5. PARQUE DE CAMPISMO	30
2.2. CONCESSÕES E ARRENDAMENTOS.....	31
2.2.1. PRINCIPAIS EMPREENDIMENTOS	33
3. ÁREAS SOB JURISDIÇÃO DA SDPS DE INTERESSE PÚBLICO	40
4. INVESTIMENTOS	43
4.1. ESTUDOS E PROJETOS	44
4.2. AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS.....	46
4.3. EMPREITADAS.....	51
4.4. EQUIPAMENTOS E VIATURAS	52
4.5. PCV 2021	53
5. RECURSOS HUMANOS.....	55
5.1 O EFETIVO DA SDPS - SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO DO PORTO SANTO, S.A	56
5.2 CARGOS DE DIREÇÃO E CHEFIA	57
5.3 DISTRIBUIÇÃO DOS EFETIVOS POR CATEGORIAS PROFISSIONAIS	57
5.4. DISTRIBUIÇÃO DOS ATIVOS POR UNIDADE ORGÂNICA	58
5.5. DISTRIBUIÇÃO DOS ATIVOS POR CONCELHO	59
5.6. MOVIMENTAÇÃO DE PESSOAL.....	60
5.7. MOBILIDADE NA CARREIRA	60
5.8. EFETIVO / ESTRUTURA ETÁRIA.....	60
5.9. EFETIVO / ESTRUTURA DE ANTIGUIDADE	61
5.10. EFETIVO / ESTRUTURA HABILITACIONAL	61
5.11. PERÍODO NORMAL DE TRABALHO (PNT) E ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO	62
5.12. ABSENTISMO	62
5.12.1. ABSENTISMO - COVID.....	62
5.13. HIGIENE, SEGURANÇA E SAÚDE	62

5.13.1. HIGIENE, SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO – MEDIDAS COVID.....	62
5.14. RELAÇÕES COLETIVAS DE TRABALHO E DISCIPLINA.....	63
5.15. FORMAÇÃO PROFISSIONAL	64
5.16. COOPERAÇÃO COM OUTRAS ENTIDADES	64
5.16.1. INSTITUTO DE EMPREGO DA MADEIRA, IP	64
5.16.2. COMUNIDADE ESCOLAR	65
6. GOVERNO DA SOCIEDADE	66
6.1. MISSÃO, OBJETIVOS E POLÍTICA DA EMPRESA	67
6.2. ENQUADRAMENTO ORGANIZACIONAL	69
6.3. ORIENTAÇÕES DE GESTÃO.....	70
6.4. ENQUADRAMENTO LEGAL E REGULAMENTOS INTERNOS	70
6.5. IDENTIFICAÇÃO E ESTRUTURA DOS ORGÃOS SOCIAIS – TRIÉNIO 2020-2022	71
6.5.1. MESA DA ASSEMBLEIA GERAL.....	71
6.5.2. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO.....	71
6.5.3. FISCAL ÚNICO.....	71
6.5.4. CONTABILISTA CERTIFICADO.....	72
6.5.5. FUNÇÕES EXERCIDAS NOUTRAS EMPRESAS / REPRESENTAÇÃO	72
6.5.6. SÍNTESE CURRICULAR DOS MEMBROS EXECUTIVOS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E ÁREA DE TUTELA.....	72
6.5.7. REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ORGÃOS SOCIAIS	80
6.6. REUNIÕES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DECISÕES MAIS RELEVANTES	81
6.6.1. GOVERNO DAS SOCIEDADES	82
6.6.2. REPRESENTAÇÃO DA SDPS EM COMISSÕES E GRUPOS DE TRABALHO	83
6.6.3. RECURSOS HUMANOS	83
6.6.4. GESTÃO FINANCEIRA / EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO / ARD'S.....	84
6.6.5. GESTÃO DOCUMENTAL E IMPLEMENTAÇÃO DO GOVERNO ELETRÓNICO	84
6.6.6. CONTRATOS DE ARRENDAMENTO, ATRIBUIÇÃO DE LICENÇAS E CONTRATOS DE CONCESSÕES	85
6.6.7. EMPREITADAS, AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	86
6.6.8. ASSESSORIA JURÍDICA / CONTENCIOSO.....	88
6.6.9. MARKETING E RELAÇÕES-PÚBLICAS	89
6.7. ENTIDADES ENCARREGADAS DE AUDITORIA EXTERNA	89
6.8. CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS	90
7. RESPONSABILIDADE SOCIAL, TRANSPARÊNCIA E SUSTENTABILIDADE	91
7.1. MISSÃO E TERMOS DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO	93
7.2. DO GRAU DE CUMPRIMENTO DOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DEFINIDOS PARA 2021.....	95
7.3. PREVENÇÃO DA CORRUPÇÃO	102
7.4. PADRÕES DE ÉTICA E CONDUTA.....	102



7.5. RESPONSABILIDADE SOCIAL	103
7.6. TRANSPARÊNCIA	110
8. RECLASSIFICAÇÃO DA SDPS E ANÁLISE ORÇAMENTAL	112
8.1. MERCANTILIDADE	113
8.2. RECLASSIFICAÇÃO DA SDPS	113
8.3. DESEMPENHO ORÇAMENTAL DA SDPS	114
8.3.1. EVOLUÇÃO DO ORÇAMENTO	114
8.3.2. SALDO DE GERÊNCIA	115
8.3.3. RECEITA	115
8.3.4. TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL.....	116
8.3.5. RECEITA POR FONTE DE FINANCIAMENTO.....	116
8.3.6. TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	117
8.3.7. VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	118
8.3.8. OUTRAS RECEITAS CORRENTES	118
8.3.9. OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL.....	118
8.4. DESPESA	119
8.4.1. DESPESAS COM PESSOAL.....	120
8.4.2. AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	121
8.4.3. JUROS E OUTROS ENCARGOS.....	122
8.4.4. TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	123
8.4.5. OUTRAS DESPESAS CORRENTES	123
8.4.6. AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	123
8.4.7. PASSIVOS FINANCEIROS	124
8.4.8. LIMITE DE CRESCIMENTO DO ENDIVIDAMENTO	125
8.4.9. PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO.....	125
8.4.10. DIVULGAÇÃO DE ATRASOS NOS PAGAMENTOS (“ARREARS”)	125
9. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA	127
9.1. ANÁLISE À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	130
9.1.1. RENDIMENTOS.....	130
9.1.2. GASTOS	131
9.2. RENDIMENTOS DE EXPLORAÇÃO E GASTOS DE EXPLORAÇÃO	131
9.2.1. RENDIMENTOS DE EXPLORAÇÃO	131
9.2.2. GASTOS DE EXPLORAÇÃO	132
9.2.3. ESTRUTURA DOS GASTOS DE EXPLORAÇÃO.....	132
9.3. FUNDOS LIBERTOS	133
9.4. SITUAÇÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL	133
9.5. RESULTADOS ANTES DE DEPRECIAÇÕES, GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS.....	134
9.6. ANÁLISE DO BALANÇO	136



10. PATRIMÓNIO LÍQUIDO	137
10.1. PATRIMÓNIO / CAPITAL	138
10.2. VARIAÇÕES PATRIMÓNIO LÍQUIDO.....	138
10.3. FUNDOS DE MANEIO	139
10.4. RÁCIOS DE NATUREZA ECONÓMICA.....	139
10.5. RÁCIOS DE NATUREZA FINANCEIRA	140
11. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS	142
12. OUTRAS INFORMAÇÕES	144
12.1. SITUAÇÃO PERANTE A SEGURANÇA SOCIAL E O SECTOR PÚBLICO ESTATAL.....	145
12.2. PERSPETIVAS FUTURAS	145
12.3. FINANCIAMENTO	145
12.4. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO.....	146
12.5. MERCADOS	147
12.6. GASTOS	147
12.7. RENDIMENTOS.....	148
12.8. FUSÃO	148
12.9. PROCESSOS JUDICIAIS	149
12.10. EVOLUÇÃO PREVISÍVEL.....	152
ANEXOS.....	154
1. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	155
1.1. DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE RESULTADOS POR NATUREZA	155
1.2. BALANÇO INDIVIDUAL A 31 DE DEZEMBRO DE 2021.....	156
1.3. DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA	157
1.4. DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO	158
1.5. ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	159
1.5.1 IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE E PERÍODO DE RELATO	159
1.5.2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	159
1.5.3 BASES DE APRESENTAÇÃO	159
1.5.4 COMPARABILIDADE DAS RUBRICAS DO BALANÇO E DA DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS	160
1.5.5 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS E ERROS.....	160
1.6 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS	161
1.6.1. BASES DE MENSURAÇÃO USADAS NA PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	161
1.7 FLUXOS DE CAIXA.....	169
1.8. ATIVOS INTANGÍVEIS.....	170
1.8.1 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	170
1.8.2 PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS	171



1.9 FINANCIAMENTOS OBTIDOS.....	171	<i>ms</i>
1.10 INVENTÁRIOS.....	173	
1.11 PROVISÕES	174	<i>R</i>
1.12 ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS	175	<i>T</i>
1.13 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS.....	177	
2. PATRIMÓNIO LÍQUIDO	178	
2.1 PATRIMÓNIO/CAPITAL.....	178	
2.2 VARIAÇÕES PATRIMÓNIO LÍQUIDO.....	178	
3. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS.....	179	
3.1 GASTOS COM PESSOAL.....	179	
3.2 REMUNERAÇÕES E ENCARGOS DA SOCIEDADE, ASSOCIADOS ÀS FUNÇÕES DE CARGOS DE GESTÃO	179	
3.3 OUTROS BENEFÍCIOS A CURTO PRAZO DE EMPREGADOS	180	
3.4 OUTROS BENEFÍCIOS A LONGO PRAZO DE EMPREGADOS	180	
3.5 OUTRAS INFORMAÇÕES	180	
3.5.1 PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS.....	180	
3.5.2 SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO.....	180	
3.5.3 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS.....	181	
3.5.4 DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES.....	181	
3.5.5 OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	182	
3.5.6 OUTROS GASTOS E PERDAS	182	
3.5.7 PARTES RELACIONADAS	182	
3.5.7.1 IDENTIFICAÇÃO DAS PARTES RELACIONADAS	182	
3.5.7.2 SALDOS ENTRE PARTES RELACIONADAS	183	
3.5.7.3 COMPROMISSOS / CONTINGÊNCIAS / RESPONSABILIDADES – GARANTIAS PRESTADAS E LETRAS DESCONTADAS.....	183	
3.6 EVENTOS SUBSEQUENTES	183	
3.7 DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS.....	184	
4. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS	185	
5. DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS	186	
5.1 NOTA INTRODUTÓRIA	186	
5.2. ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS.....	216	
5.2.1 DOR 1. DEMONSTRAÇÃO DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL (ANEXO 1)	216	
5.2.2 DOR 2. DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA RECEITA (ANEXO 2)	216	
5.2.3 DOR 3. DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA (ANEXO 3)	216	
5.2.4 DOR 5. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS	217	
5.2.5 DOR 5.1. ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS DA RECEITA (ANEXO 4).....	217	
5.2.6 DOR 5.2. ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS DA DESPESA (ANEXO 5).....	217	



5.2.7 DOR 5.4. OPERAÇÕES DE TESOURARIA (ANEXO 6).....	217
5.2.8 ALTERAÇÕES AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS.....	218
5.2.9. CONTRATAÇÃO ADMINISTRATIVA:	218
5.2.10 TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS	218

Handwritten signature and initials in blue ink, including a stylized 'M' and 'R'.



FICHA TÉCNICA

| Elaborado por:

Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo, S.A.

| Intervenientes:

Conselho de Administração
Unidade de Gestão dos Equipamentos e infraestruturas
Unidade de Gestão de Recursos Humanos
Unidade de Gestão de Concessões, Comunicação e Projetos
Unidade de Assessoria Jurídica Contratação e Contencioso
Unidade de Gestão Financeira
Coordenadores dos Empreendimentos na SDPS

| Coordenação dos Trabalhos:

Conselho de Administração

| Fornecimento dos dados financeiros:

Unidade de Gestão Financeira
Opção Divina – contabilista certificado

| Revisão, paginação e desenho das capas:

Unidade de Gestão de Concessões, Comunicação e Projetos

| **Aprovado pelo Conselho de Administração por Deliberação n.º 176/2022, de 28 de março de 2022**

| **Aprovado em Assembleia Geral de 30 de março de 2022**

| Distribuído:

Remetido aos órgãos competentes em suporte digital e inserido no Portal do TdC
Publicado no site www.sociedadesdesenvolvimento.com



RELAÇÃO DE SIGLAS E ABREVIATURAS

SIGLA	DESIGNAÇÃO
ADSE	Instituto Público de Gestão Participada
AICTPS	Associação da Indústria, Comércio e Turismo do Porto Santo
CCC	Centro Cultural e de Congressos
CGSS	Clube de Golfe do Santo da Serra
DREM	Direção Regional de Estatística da Madeira
EPI	Equipamentos de proteção Individual
INE	Instituto Nacional de Estatística
IRAE	Indicador Regional de Atividade Económica
IRAE	Inspeção Regional das Atividades Económicas
IRC	Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas
IVA	Imposto sobre o Valor Acrescentado
LCPA	Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso
LEO	Lei de Enquadramento Orçamental
NCP	Norma de Contabilística Pública
OID	Operação Integrada de Desenvolvimento do Porto Santo
OMS	Organização Mundial de Saúde
ORAM	Orçamento Região Autónoma da Madeira
PCV	Plano de Comercialização e Venda
PG	Palheiro Golfe
PIB	Produto Interno Bruto
PIB	Produto Interno Bruto
PIDDAR	Plano e Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração da Região Autónoma da Madeira
POT	Programa de Ocupação Temporária de Desempregados
PSG	Porto Santo Golfe
RAM	Região Autónoma da Madeira
RGC	Relatório Geral de Contas
RGC	Relatório de Gestão e Contas
SDPO	Sociedade de Promoção e Desenvolvimento da Zona Oeste da Madeira, S.A.
SDPS	Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo, S.A.
SERAM	Setor Público Empresarial da Região Autónoma da Madeira
SIGO/	Sistema de Informação de Gestão Orçamental
SINTAP	Sindicato dos Trabalhadores da Administração Pública
SNC-AP	Sistema de Normalização Contabilístico para as Administrações Públicas
SST	Segurança e Saúde no Trabalho

MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2021 representou para o Acionista, o Conselho de Administração, os trabalhadores e os *stakeholders* um ano ainda marcado pelos efeitos da Pandemia, mas já com medidas de apoio à retoma económica da Região Autónoma da Madeira.

Destacamos um ano que incidiu no planeamento estratégico de investimentos a realizar pela Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo, S.A., na melhoria e recuperação das suas infraestruturas, desenvolvendo os levantamentos de necessidades, projetos e procedimentos para início de empreitadas essenciais à rentabilização sócio económica do património desta sociedade, e por consequência do património da Região Autónoma da Madeira. Concretizou-se a melhoria da organização interna, nomeadamente com a implementação de um novo sistema de gestão documental idok, com a modernização do arquivo e a aposta na valorização profissional dos recursos humanos, com a formação e a implementação dos serviços de higiene e segurança no trabalho.

No âmbito de uma gestão aberta e participativa, pela qual o Conselho de Administração pugna, estamos recetivos a propostas e sugestões, quer sobre os conteúdos deste relatório, quer sobre a atividade da SDPS.

A transparência, a sustentabilidade e a responsabilidade social, associados a uma política de recursos humanos e promoção da igualdade e a padrões de ética e conduta, são objetivos e premissas presentes, quer na gestão estratégica, quer na gestão corrente da Sociedade por parte do Conselho de Administração e de todos os seus colaboradores, praticadas e que serão ainda mais aperfeiçoados, indo de encontro ao preconizado no novo regime jurídico do SERAM, aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º Decreto Legislativo Regional n.º 15/2021/M, de 30 de junho.

Pelos resultados obtidos, o nosso reconhecimento aos parceiros, empresas, instituições financeiras, agentes públicos e investidores, deixamos um agradecimento pela resiliência em tempos conturbados pela pandemia.

O nosso agradecimento ao Acionista, ao Presidente e ao Secretário da Assembleia Geral, aos Trabalhadores, ao Fiscal Único, ao Contabilista Certificado e aos restantes intervenientes, pelo enorme esforço, motivação e competência com que foram desempenhadas as suas funções em condições adversas. Com confiança no futuro e com a expectativa de um trabalho conjunto para alcançar os objetivos traçados, partilhamos responsabilidades e valores no sentido de alcançar a visão da Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo.



1. INTRODUÇÃO

A SDPS - Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo S.A. foi constituída através do Decreto Legislativo Regional n.º 16/99/M, de 18 de maio¹, cujo objetivo é a prossecução de fins de interesse público, na conceção, promoção, construção e gestão dos projetos, ações e empreendimentos que contribuam para o desenvolvimento económico, social, desportivo e cultural, com enfoque no desenvolvimento da Ilha do Porto Santo.

A SDPS é uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, com um capital social de 79.518.535,00 euros, que prossegue fins de interesse público. A 31 de dezembro de 2021, a sua estrutura societária era detida em 98,74% pela Região Autónoma da Madeira² e em 1,26%, pelo Município do Porto Santo.

A função acionista por parte da Região Autónoma da Madeira é exercida exclusivamente pelo Secretário Regional das Finanças, com faculdade de delegação, sem prejuízo da devida articulação com o Secretário Regional de Equipamentos e Infraestruturas³.

Desde 2014, a SDPS é empresa pública reclassificada, integrada no perímetro da Administração Pública Regional, para efeitos de Contas Nacionais. A sua atuação pautou-se pelas regras definidas para as Empresas Reclassificadas do Setor Público Empresarial da Região Autónoma da Madeira (SERAM).

A preparação, apresentação e divulgação das contas da SDPS, obedecem a diversos preceitos legais impostos a entidades da sua natureza, nomeadamente o Sistema de Normalização Contabilístico para as Administrações Públicas (SNC-AP), a Lei de Enquadramento Orçamental (LEO), a Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso (LCPA), as Instruções do Tribunal de Contas e o Código das Sociedades Comerciais.

É neste enquadramento e, em conformidade com as disposições legais e estatutárias, que se submete à apreciação da Assembleia Geral o presente Relatório de Gestão e Contas e respetivos anexos, que integra a informação do Governo Societário, informação financeira e informação não financeira, sustentabilidade, transparência e responsabilidade social, elaborados de acordo com

¹ Alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 2/2018/M, de 09 de janeiro, diploma que sujeita à cobrança coerciva alguns tipos de créditos da SDPS.

² N.º 1 do artigo 35 e n.º 1 do artigo 37.º do Decreto Legislativo Regional n.º 15/2021/M, de 30 de junho, que aprovou o Regime Jurídico do Sector Empresarial da Região Autónoma da Madeira.

³ A tutela está cometida à Secretaria Regional de Equipamentos e Infraestruturas, conforme determinado no Decreto Regulamentar Regional n.º 8-A/2019/M, de 9 de novembro.



o disposto no Regime Jurídico do Sector Empresarial da Região Autónoma da Madeira⁴ e no Código das Sociedades Comerciais⁵, que procura expor de forma fiel e clara a evolução dos negócios e a situação da empresa, face à atividade desenvolvida entre 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2021.

As contas encontram-se espelhadas nas demonstrações financeiras, elaboradas em conformidade com o SNC - AP, e nas demonstrações orçamentais, que apresentam de forma verdadeira e apropriada, todos os aspetos materialmente relevantes quanto à posição financeira da empresa.

Sempre que possível e adequado, incluímos a informação relativa ao ano anterior, permitindo a comparabilidade da evolução do desempenho da SDPS.

Após a emissão de parecer e submissão à Assembleia Geral, o Relatório de Gestão e Contas (RGC) 2021 será disponibilizado no site www.sociedadesdesenvolvimento.com

Foi dado cumprimento às orientações estratégicas de gestão, plasmadas no programa do XIII Governo Regional, no Plano de Desenvolvimento Madeir@14-20 e demais orientações do acionista⁶.

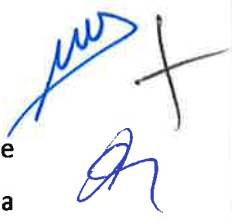
4 Art. 42.º do Decreto Legislativo Regional n.º 15/2021/M, de 30 de junho, que aprovou o Regime Jurídico do Sector Empresarial da Região Autónoma da Madeira.

5 Art. 65º do Código das Sociedades Comerciais.

6 Exemplo da isenção de rendas aos concessionários privados, determinadas pelas Resoluções n.º 6/2021, de 8 de janeiro, n.º 75/2021, de 5 de fevereiro, n.º 143/2021, de 5 de março, n.º 239/2021, de 9 de abril, n.º 380/2021, de 7 de maio; n.º 554/2021, de 14 de junho, n.º 665/2021, de 16 de julho e n.º 962/2021, de 13 de outubro.

2. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS





2. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

A SDPS – Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo, S.A. é a entidade gestora dos projetos e ações inseridos no âmbito da Operação Integrada de Desenvolvimento e tem por objeto social a conceção, execução e construção dos correspondentes empreendimentos de modo a:

- Contribuir para a realização do desenvolvimento económico regional, em termos de preservação do equilíbrio ecológico e do património cultural e artístico da Região e da promoção das ações no âmbito do ordenamento do território, a par com a melhoria de vida das populações e da criação de emprego;
- Participar no lançamento e na exploração de polos de desenvolvimento local e no fomento da cooperação intermunicipal e inter-regional;
- Divulgar toda a informação relevante para o investimento e o desenvolvimento económico e social do Porto Santo.

No desenvolvimento das suas atividades, permitiu dotar a Ilha do Porto Santo de investimentos que contribuíram para o seu desenvolvimento, atraindo investimento privado que permitiu dinamizar a economia local e oferecer à população um conjunto de infraestruturas de lazer e desporto, que contribuem para a sua qualidade de vida.

Neste âmbito, há empreendimentos sob administração direta da SDPS, concessionados e de interesse público.

Por outro lado, a COVID-19 transformou o mundo e trouxe profundas mudanças no mercado de trabalho, nos modelos de negócio e na organização e gestão das empresas, para além de um impacto socioeconómico para os cidadãos.

Foi, e é fulcral, assegurar a necessária revitalização da economia, recolocar a RAM na trajetória de crescimento, e aumento da competitividade e do desenvolvimento sustentável das empresas, mas para efetivar a revitalização, é necessário garantir que todos os setores de atividade desenvolvem as suas funções de forma segura.

De realçar que, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), um dos seis critérios a ter em conta no levantamento das medidas restritivas, impostas no âmbito da COVID-19, é a existência de medidas preventivas nos locais de trabalho.

Na SDPS, os empreendimentos e infraestruturas foram adaptados de forma a minimizar os riscos associados a Covid- 19.

Neste âmbito, foi implementado um plano de prevenção de riscos biológicos mais abrangente, reforçadas a limpeza e a desinfeção de todos os empreendimentos. Para esta Sociedade, é fundamental e prioritário apostar na proteção dos seus colaboradores, o que ocorreu através do reforço da Segurança e Saúde no Trabalho (SST) e da aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPI).

No que concerne às diversas concessões e arrendamentos, foram implementadas isenções e reduções, extraordinárias, de acordo com as orientações de gestão do acionista, no sentido de normalizar o funcionamento dos espaços e garantir a permanência dos trabalhadores nos seus locais de trabalho, salvaguardando os rendimentos das famílias.

No mapa seguinte poderá encontrar o resumo dos diversos empreendimentos da Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo:

QUADRO 1 - EMPREENDIMENTOS DA SDPS

N.º empreendimento	Localização	N.º de espaços	Espaços	Situação
1	Edifício do Mercado e zonas de apoio à praia	1	Restaurante	Concessionado
		1	Loja de vestuário	Concessionado
2	Penedo do Sono	9	Docas - Alojamento local	Disponível
3	Estádio de Desportos de Praia	1	Zona desportiva e bar	Gestão Própria
		1	Adaptação e conversão - Centro de mergulho	Concessionado
5	Centro Cultural e de Congressos	1	Biblioteca	Concessionado
		1	Auditório	Gestão Própria
		1	Sala polivalente	Gestão Própria
		1	Galeria	Gestão Própria
		1	Fração	Concessionado
		1	Anexo	Concessionado
		1	Núcleo Museológico	Concessionado
		1	Fração F	Concessionado
		1	Fração G	Concessionado
		1	Serviço de Finanças	Concessionado
6	Centro de Artesanato	1	Delegação Escolar	Concessionado
		1	Bar / Restaurante	Concessionado
		1	Loja 1	Concessionado
		1	Loja 2	Concessionado
		1	Loja 3	Concessionado
		1	Loja 4	Concessionado
		1	Unidade 5	Concessionado
		1	Loja (arrecadação)	Disponível
7	Complexo de Ténis do Porto Santo	1	Posto de Turismo	Concessionado
		1	Bar / Restaurante	Concessionado
8	Porto Santo Golfe	1	Bar / Restaurante	Concessionado
		1	Campos de Ténis e Padel	Concessionado
8	Porto Santo Golfe	1	Golfe 1ª fase	Gestão Própria

Handwritten signature and initials in blue ink.

N.º empreendimento	Localização	N.º de espaços	Espaços	Situação
9	Parque de Campismo ⁷	1	Golfe 2ª fase	Gestão Própria
		1	Restaurante	Concessionado
		1	Bar	Concessionado
		1	escola de condução	Concessionado
		1	Casa	Disponível
1	Campismo	Gestão Própria		
10	Centro Hípico	1	Edifício e áreas exteriores	Disponível
11	Edifício da Baiana	1	Restaurante	Concessionado
12	Terrenos Centro de Feiras	1	Posto de Abastecimento Galp	Concessionado
14	Passeio Dunar	1	Parcela de terreno	Protocolo. Município do Porto Santo

Fonte: SDPS

QUADRO 2 - RESUMO DOS EMPREENDIMENTOS DA SDPS

Nº de empreendimentos	Nº Espaços	Gestão Própria	Concessionados	Disponíveis	Protocolo Município
13	47	7	26	12	2

Fonte: SDPS


2.1. EMPREENDIMENTOS SOB ADMINISTRAÇÃO DIRETA DA SDPS

A SDPS rentabiliza os ativos que lhe estão afetos, através da conceção, promoção, construção e gestão de projetos. Neste âmbito, existem diversos empreendimentos que são de gestão direta, nomeadamente:

2.1.1. O CAMPO DE GOLFE DO PORTO SANTO



⁷ Em fase de revisão o modelo de gestão do espaço porquanto será construído um parque urbano de princípios sustentáveis, eficiente do ponto de vista energético e com respeito pelo património natural e cultural do Porto Santo, através da plantação de plantas indígenas, a reposição da duna e a recuperação da nora.



O Campo de Golfe do Porto Santo, projetado por Severiano Ballesteros, foi inaugurado a 1 de outubro de 2004 e é caracterizado por um percurso de 18 Buracos (Par 72), com 6.434 metros de comprimento e, ainda, um percurso de 9 buracos, todos eles PAR 3, excelente para treino de shots de precisão.

Propriedade da SDPS, o campo figura entre os cem melhores campos da Europa, graças ao desenho e prestígio do seu projetista, e principalmente pelo enquadramento paisagístico, que combina a beleza natural com a atividade desportiva desafiante que torna inesquecível a experiência para todos os amantes do golfe, profissionais ou amadores.

O campo despertou grande interesse, tanto a nível nacional, como a nível internacional. É o fruto da aposta da SDPS na criação de infraestruturas de alta qualidade recorrendo aos serviços de profissionais de topo para tornar inesquecível a estada de turistas e golfistas.

De destacar que o Porto Santo Golfe já foi palco do Open da Madeira em 2009, 2010 e 2011, torneio de referência do circuito europeu, bem como de outros eventos nacionais e internacionais.

O campo estende-se pela ilha paradisíaca do Porto Santo, tendo o traçado sido estudado, de forma a integrar-se harmoniosamente na paisagem local. O campo é extremamente natural, dado que se procurou, ao máximo, respeitar os ecossistemas e tirar partido das plantas indígenas e dos vários lagos existentes. Desta forma se harmoniza uma infraestrutura moderna com o ambiente e as características paisagísticas da ilha.

Outras vantagens são a proximidade do aeroporto, dos principais hotéis e da própria praia. Um clima sem igual permite jogar golfe o ano inteiro.

Espetacular pela paisagem, exigente como traçado e amplo pelas suas dimensões, trata-se de um campo capaz de atrair, tanto profissionais, como jogadores menos experientes. É um campo com grande variedade, com duas zonas diferentes.

O percurso sul aproxima-se do tradicional estilo dos melhores campos americanos, com vários lagos e a praia como pano de fundo. Requer um jogo lento e preciso. A abundância de lagos estrategicamente colocados é um teste à capacidade de concentração do jogador.

O percurso norte é valorizado por altas falésias e tem os melhores ingredientes com cenários espetaculares. Oferece ao jogador um desafio irrepetível. Entre os mais marcantes estão os buracos 13, 14 e 15, situados ao longo da falésia e que permitem aos jogadores, contemplar magníficas vistas sobre o mar e apreciar o recorte do litoral.



O Porto Santo Golfe conta ainda com um percurso de nove buracos todos eles PAR 3, excelente para treino de shots de precisão.

De forma a complementar a experiência pessoal de cada visitante, o Campo de Golfe oferece um vasto conjunto de zonas de apoio.

A infraestrutura conta com um Club house, uma Loja de Golfe, um “Driving Range”, um “Putting Green”, um “Chipping Green”, um Restaurante/Bar e vestiários próprios.

O Club house está em perfeita sintonia com o ambiente que o rodeia, graças a um grande cuidado no desenho e construção do edifício. Inclui um restaurante com vista panorâmica sobre a ilha e o mar.

A loja de Golfe colocou à disposição dos visitantes uma vasta gama de equipamento. No Caddie Master, bem como em todas as zonas do Clube, a equipa de profissionais esteve sempre pronta ajudar os clientes e demais praticantes ocasionais do golfe e a tornar a visita ao Porto Santo inesquecível.

Devido à pandemia COVID-19, o campo de Golfe esteve encerrado entre 05 de janeiro a 03 de março de 2021 e a Operação Escandinávia foi cancelada durante esse período e nos meses seguintes por imposição das medidas da Dinamarca. No entanto, registou-se um aumento em número de voltas e receita, o número de voltas referente à Operação Escandinávia apresentou um acréscimo de 20%, enquanto o número de voltas totais apresentou um aumento de 17%, indicadores estes comparativos a 2020.

Em termos de indicadores de atividade, o campo de Golfe do Porto Santo registou durante o ano de 2021 um total de 15.059 voltas, o que representou menos 12.529 voltas quando comparado com o período pré pandemia (-45%), embora comparativamente ao ano de 2020 existiu um crescimento de 2 134 voltas, plasmada no quadro infra:

QUADRO 3 - EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE VOLTAS 2019/2021

Ano	Voltas	Evolução	
		Voltas	%
2019	27 588		
2020	12 925	-14 663	-53%
2021	15 059	2 134	17%
2019/2021		-12 529	-45%

Fonte: Campo de Golfe do Porto Santo

Graças a um acordo pioneiro na Região, impactante na economia da Ilha do Porto Santo, o campo de golfe do Porto Santo é procurado por operadores escandinavos, que foram responsáveis por

10 326 voltas, ou seja 68,5% do total das 15 059 voltas do campo em 2021, embora ainda longe das 22.495 voltas em 2019.

Para além dos clientes da operação Escandinávia, há a registar voltas de clientes de outros países, conforme quadros comparativos 2020/2021:

QUADRO 4 - NÚMERO DE VOLTAS / VISITANTES

Proveniência	2020	2021
Operação Escandinávia	8 641	10 326
Portugal	1 218	1 463
Alemanha	116	120
Espanha	17	9
França	26	63
Itália	9	6
Países Nórdicos (Finlândia, Noruega, Suécia)	14	22
Reino Unido	126	218
Outros (Bélgica, Holanda, Suíça...)	33	167
TOTAL	10 200	12 394

Fonte: Porto Santo Golfe

Acrescem os clientes clientes-jogadores que asseguram o acesso ao campo através do pagamento de uma anuidade, com destaque para os portugueses:

QUADRO 5 - NÚMERO DE VOLTAS / ANUIDADES

Proveniência	2020	2021
Portugal	1 754	1 803
Alemanha	196	108
Espanha	154	70
França	274	348
Itália	6	12
Países Nórdicos (Finlândia, Noruega, Suécia)	50	15
Reino Unido	182	167
Outros (Bélgica, Holanda, Suíça, etc...), o que perfaz o total de 2' 665 voltas referente às anuidades.	109	142
TOTAL	2 725	2 665

Fonte: Porto Santo Golfe



Nota que relativamente aos visitantes, 39 jogadores apresentaram voucher através da Porto Santo Line, integrados no cruzeiro de um dia à Ilha do Porto Santo e 260 jogadores apresentaram vouchers referentes a outros operadores turísticos.

Deste modo, os visitantes representaram 12 394 voltas, 82% do total do campo, com a operação da Escandinávia a representar 69% dos visitantes. Já as anuidades apresentaram um ligeiro decréscimo (2.665 voltas) representando 18% do total do campo.

O inquérito aos campos de golfe revela a realização de 45 626 voltas nos três campos de golfe da RAM, entre janeiro e dezembro de 2021 (+21,9% que no período homólogo), tendo esta atividade gerado cerca de 1,9 milhões de euros de receitas, +37,2% que em 2020. 65,7% das voltas foram realizadas por não sócios, provenientes na sua maioria de Países Nórdicos, Alemanha, Reino Unido, e Portugal. Os estabelecimentos hoteleiros e afins venderam 47,9% das voltas, os próprios campos de golfe 30,0% e os restantes 22,1% foram transacionados pelos operadores turísticos.

Tendo a Região Autónoma da Madeira três campos de golfe, o número de voltas do Porto Santo Golfe em 2021 representou 33 % do total dos três campos, o que reforça a importância do campo e do produto para o turismo em particular para a economia do Porto Santo.

De acordo com os indicadores⁸ da Direção Regional de Estatística, descritivos no parágrafo anterior, a atividade do campo de golfe do Porto Santo gerou um incremento aproximado de 0.63 M€.

Com impacto na notoriedade e no nível sócio económico da ilha do Porto Santo, o campo foi palco de eventos desportivos, dinamizados pelo clube local ou organizados pela sociedade proprietária do campo, casos do Torneio Colombo's Golf Trophy ou Aniversário do campo (17 anos).

QUADRO 6 - TORNEIOS 2021

Previstos / realizados

Data	Identificação do torneio	Modalidade	
12/jun	Torneio de Santo António	Stableford	✓
18 a 30/Jun	1.ª Etapa Campeonato Match-Play	Medal	✓
24/jun	Torneio de São João	Stableford	✓
26/jun	Torneio São Pedro	Stableford	✓
01/jul	Torneio Dia da Região	Stableford	✓
03/jul	Taça Porto Santo Golfe	Stableford	✓

⁸ <https://estatistica.madeira.gov.pt/download-now/economica/turismo-pt/turismo-noticias-pt/noticias-turismo-correntes-pt/3298-14-02-2022-em-2021-as-dormidas-no-alojamento-turistico-aumentaram-81-4-face-a-2020-mas-ficaram-abaxio-do-nivel-de-2019.html>



Data	Identificação do torneio	Modalidade	
10/jul	II Torneio Cross Country	Stableford	X
17/jul	Torneio de Verão	Stableford	✓
18/jul	Circuito Drive Challenge	Stableford	✓
31/jul	Torneio Dia da Liberdade	Stableford	✓
07/ago	III Torneio Aniversário Pxo Golf Club	Stableford	✓
08/ago	I Torneio Noturno Porto Santo Golfe	Stableford	X
14/ago	Torneio Solidário LPCC	Stableford	✓
21/ago	Troféu José Rosado	Stableford	✓
28/ago	Torneio 7 Maravilhas	Stableford	✓
04/set	Torneio das Vindimas	Stableford	✓
11/set	II Torneio Comendador Fernando Pinho Teixeira	Stableford	✓
18/set	I Torneio Footgolfe	Medal Net	X
02/out	Torneio de Outono	Stableford	✓
09/out	17.º Torneio Aniversário do PSG	Stableford	✓
09/out	Torneio Colombo's Golf Trophy	Stableford	✓
16/out	Torneio Implantação da República	Stableford	✓
06/nov	Torneio de São Martinho	Stableford	✓
13/nov	II Torneio Hotel Vila Baleira	Stableford	✓
04/dez	Torneio Restauração da Independência	Stableford	✓
11/dez	Torneio de Natal	Team Better Ball	✓

Legenda:

✓ Realizados X cancelados COVID-19

Fonte: Campo de Golfe do Porto Santo

Devido à propagação e crescente número de casos COVID-19 na ilha do Porto Santo em 2021, o campo de golfe esteve encerrado durante algum tempo no primeiro trimestre e contou com várias medidas restritivas ao longo do ano.

Contudo, em 2021, foram realizados 21 torneios, dos 26 agendados. Estas iniciativas tiveram a participação de jogadores locais, nacionais e internacionais.

Foram de grande destaque os torneios "ANSG - Torneio do Inatel", "Colombo's Golf Trophy", "Troféu José Rosado", "Torneio Solidário LPCC" e "17.º Aniversário do PSG", devido à grande

afluência de jogadores não portadores de cartões de acesso ao campo, causando impacto na imprensa e na promoção do Porto Santo enquanto destino turístico.

Devido a afluência de jogadores nos torneios, verificou-se um aumento no número de voltas e na receita do Porto Santo Golfe comparativamente ao ano de 2020.

De acordo com a sua responsabilidade social, o Porto Santo Golfe oferece aulas a jovens residentes na ilha, tornado o acesso ao campo gratuito a jovens porto-santenses titulares de uma licença desportiva.



2.1.2. CENTRO CULTURAL E DE CONGRESSOS



No Centro Cultural e de Congressos (CCC), registou-se um total de 12 560 entradas nas suas instalações, auditório e anexos para espetáculos e outros eventos, em conformidade com a distribuição ao longo do ano plasmada no quadro infra.

QUADRO 7 - CENTRO CULTURAL E DE CONGRESSOS – AUDITÓRIO E ANEXOS

Dia/Mês	Evento	Designação	Promotor
05 a 27 de abril	Suspensão de eventos (+ de 5 pessoas) – Resolução do Conselho nº1/2021, de 4 de janeiro	COVID 19	COVID 19
12 de fevereiro	Vacinação	Vacinação COVID-19	IP-RAM – Instituto Administração da Saúde / DRS – Direção Regional da Saúde
2 de abril			

Dia/Mês	Evento	Designação	Promotor
5 de abril	Testes	Combate pandemia COVID-19	
16 de abril	Cerimónia	Sistema de Incentivos IDE	Secretaria Regional da Economia
19 de abril	Provas Escritas	Provas concursais para seleção de candidatos emprego público	Vice-Presidência do Governo Regional e dos Assuntos Parlamentares
27 de abril	Resolução do Governo Regional nº 325 (retoma dos eventos culturais com 50% da plateia)	COVID-19	COVID-19
27 e 28 de abril	Conferência	Porto Santo Charter	APM – Associação de Promoção da Madeira / Direção Regional do Turismo
30 de abril	Vacinação	Vacinação COVID-19	IP-RAM – Instituto Administração da Saúde / DRS – Direção Regional da Saúde
1 de maio			
4 de maio	Formação Agrícola	Curso AGIR+ Agricultura	IEM – Instituto de Emprego da Madeira
15 de maio	Vacinação	Vacinação COVID-19	IP-RAM – Instituto Administração da Saúde / DRS – Direção Regional da Saúde
28 de maio			
29 de maio			
31 de maio a 13 de junho	Resolução do Governo Regional nº 511, de 31 de maio –mantém redução de 50% da lotação da plateia fixa	COVID-19	COVID-19
3 de junho	Concerto	Orquestra da Madeira	Conservatório – Escola Profissional das Artes da RAM
12 de junho	Vacinação	Vacinação COVID-19	



Dia/Mês	Evento	Designação	Promotor
			IP-RAM – Instituto Administração da Saúde / DRS – Direção Regional da Saúde
12 e 13 de junho	Congresso	Congresso da JS Madeira	PS Madeira
14 de junho a 25 de agosto	Resolução do Governo Regional nº 560, de 14 de junho – Permitida a lotação de 2/3	COVID-19	COVID-19
14 de junho	Cerimónia	Dia da Defesa Nacional	Direção Geral de Recursos da Defesa Nacional
16 de junho	Reunião	Empresários locais	Madeira Parques Empresariais
16 e 17 de junho	Conferência	Violência Doméstica e no namoro	Câmara Municipal do Porto Santo
23 de junho	Conferência	Porto Santo Sem lixo	AIDGLOBAL
24 de junho	Cerimónia	Dia do Concelho	Câmara Municipal do Porto Santo
25 e 26 de junho	Vacinação	Vacinação COVID-19	IP-RAM – Instituto Administração da Saúde / DRS – Direção Regional da Saúde
25 de junho	Congresso	Acredita Porto Santo	Coligação PSD/CDS Autárquicas 2021
8 de julho	Conferência/ Debate	Jornadas da Madeira	JM
11, 23 e 24 de julho	Vacinação	Vacinação COVID-19	IP-RAM – Instituto Administração da Saúde / DRS – Direção Regional da Saúde
25 de julho	Congresso	Apresentação da Candidatura UNE	UNE – Uma Nova Esperança
5 de agosto	Conferência	Prevenção do Cancro da pele – Porto Santo Ativo	Liga Portuguesa Contra o Cancro / DN / SDPS S.A.
11, 12 e 13 de agosto	Espetáculo / teatro	4litro “Primeira Dose – Porto Santo Ativo	Diário de Notícias / SDPS S.A.

Dia/Mês	Evento	Designação	Promotor
13 e 14 de agosto	Vacinação	Vacinação COVID-19	IP-RAM – Instituto Administração da Saúde / DRS – Direção Regional da Saúde
26 de agosto a 13 de outubro	Resolução do Conselho de Governo nº 778/ de 26 de agosto – 2/3 da lotação	COVID-19	COVID-19
27, 28 e 29 de agosto	Espetáculo / teatro	“Sexta-feira 13”	Associação Cultural, Desportiva e recreativa “Avesso”
5 de setembro	Congresso	PSD/CDS Autárquicas 2021	Coligação PSD/CDS Autárquicas 2021
10 de setembro	Vacinação	Vacinação COVID-19	IP-RAM – Instituto Administração da Saúde / DRS – Direção Regional da Saúde
26 de setembro	Ato eleitoral	Eleições Autárquicas 2021	Município do Porto Santo
1 de outubro	Vacinação	Vacinação COVID-19	IP-RAM – Instituto Administração da Saúde / DRS – Direção Regional da Saúde
4 e 9 de outubro	Conferência	Campeonato do Mundo de Fotografia e Vídeo Subaquático	Associação de natação da Madeira
7 e 10 de outubro	Espetáculos / dança	Festival Colombo	Secretaria Regional do Turismo
14 de outubro	Resolução do Conselho de Governo nº 977/ 14 de outubro (sem redução)	COVID-19	COVID-19
14 e 15 de outubro	Congresso	Engenharia e Sustentabilidade	Ordem dos Engenheiros da Madeira
17 de outubro	Congresso	Juventude Popular da Madeira	Partido Popular CDS-PP
29 de outubro	Vacinação	Vacinação COVID-19	IP-RAM – Instituto Administração da Saúde / DRS – Direção Regional da Saúde
19 de novembro	Resolução do Governo Regional nº 1208 de 19 de novembro (teste e vacinas)	COVID-19	COVID-19
21 de novembro	Cinema / projeção	“Raya e o último dragão”	Comissão de Proteção de Crianças e Jovens
22 de novembro	Conferência	“Celebrar os Direitos”	Comissão de Proteção de Crianças e Jovens
26 de novembro	Palestra	“Velejar pela Inclusão” / “Vencer o Autismo”	Clube Naval do Porto Santo
27 de novembro	Vacinação	Vacinação COVID-19	IP-RAM – Instituto Administração da Saúde / DRS – Direção Regional da Saúde
10 de dezembro	Conferência / debate	“Orçamento Participativo 2022”	Secretaria Regional das Finanças
11 de dezembro	Teatro	“Onde está o Pai Natal” – Porto Santo Ativo	ACES/DN/SDPS S.A.

Fonte: Centro Cultural e de Congressos do Porto Santo



O total de entradas no Centro Cultural e de Congressos fixou-se em 12 560, que representou um acréscimo excecional comparativamente ao ano anterior (1300 entradas).

Comparativamente ao ano anterior, verificou-se um aumento irregular proveniente das sessões de vacinação COVID-19, uma vez que a maioria da população da ilha do Porto Santo foi vacinada no centro de vacinação, criado nas instalações do Centro Cultural e de Congressos.

Apesar dos vários constrangimentos, e ainda que em valores inferiores à pandemia, verificou-se uma ligeira retoma, comparativamente ao ano 2020.

A receita de 2021 não é equivalente ao valor estatístico das entradas registadas, uma vez que a utilização das instalações por parte da Secretaria Regional da Saúde da RAM foi revestida de um enorme sentido de missão pública.

A reabertura das salas de espetáculos, congressos e conferências manteve-se ao longo do ano condicionada ao cumprimento das várias restrições previstas nas Resoluções do Governo Regional, sendo que a medida mais restritiva para o funcionamento desta instalação incidiu na suspensão de eventos a mais de cinco pessoas, através da Resolução do Conselho nº1/2021 de 4 de janeiro de 2021.

Durante o ano, mantiveram-se cancelados os eventos de maior referência na atividade desta instalação, nomeadamente o congresso “RS4E”, promovido há vários anos pela “Start Up Madeira”, as atividades escolares e eventos promovidos pelas associações locais.

Contudo, registou-se alguma retoma dos espetáculos do Conservatório da Madeira, dos serviços públicos da Região Autónoma da Madeira e alguma iniciativa privada oriunda da ilha da Madeira.

QUADRO 8 - CENTRO CULTURAL E DE CONGRESSOS – EXPOSIÇÕES TEMPORÁRIAS

Dia/Mês	Designação	Promotor
14 e 15 de outubro	“Porto Santo – 600 anos Engenharia e Sustentabilidade	Ordem dos Engenheiros da Madeira

Fonte: Centro Cultural e de Congressos do Porto Santo

A exposição “Porto Santo – 600 anos Engenharia e Sustentabilidade realizou-se no decurso do Congresso dos Engenheiros e integrando nas palestras e debates do mesmo, no hall do Centro de Congressos do Porto Santo.



Fonte: Ordem do Engenheiros

Por outro lado, será importante destacar que, na Sala de Exposições do CCCPS foi criado um dos postos de vacinação COVID-19, estado atualmente em fase de reajustamento de atividade.

2.1.3. PARQUE DE ESTACIONAMENTO DO CENTRO CULTURAL E DE CONGRESSOS



O parque de estacionamento do CCC, com capacidade para 105 viaturas, é explorado diretamente pela SDPS.

No mês de março de 2021, através da aquisição e instalação do novo sistema de gestão do Parque de Estacionamento, foi possível assegurar melhor e otimizada gestão do parque de estacionamento.



QUADRO 9 – MOVIMENTO 2021 (ASSINANTES E ROTATIVOS) - PARQUE DE ESTACIONAMENTO

	Rotativos	Assinantes	Total
Janeiro	-	-	-
Fevereiro	-	-	-
Março	283	28	311
Abril	708	34	742
Maio	910	37	947
Junho	1555	37	1592
Julho	3071	38	3109
Agosto	5703	38	5741
Setembro	2423	39	2462
Outubro	1762	38	1800
Novembro	1126	36	1162
Dezembro	1123	36	1159
Totais	18 664	361	19 025

Handwritten signature and initials in blue ink.

Fonte: Software Parque de Estacionamento/SDPS

Apesar do esbatimento e equilíbrio nas receitas, entre os clientes rotativos e as avenças mensais, a maior fonte de receita é proveniente dos lugares rotativos. Esta situação permitiu satisfazer maior número de clientes, em especial no verão e reduziu o elevado número de reclamações por falta de lugares de estacionamento.

2.1.4. COMPLEXO DE CAMPOS DE TÊNIS



O complexo de ténis é constituído por um campo principal e cinco secundários, bem como, dois campos de padel.

QUADRO 10 - EVENTOS - COMPLEXO DE CAMPOS DE TÊNIS

Data	Evento	Promotor
05 de janeiro a 3 de março 2021	Resolução nº 1/2021 de 4 de janeiro – Suspensão das atividades desportivas	COVID -19
26 de fevereiro	Resolução do Governo nº 132/2021 de 26 de fevereiro – permite a prática desportiva federada	COVID-19
12 de março	Resolução do Governo nº 158/2021 de 12 de março – permite a prática desportiva no âmbito do lazer	COVID-19
10 a 12 de junho	Torneio de Santo António	Associação “Os Profetas”
03 a 28 de julho	Operação Dinamarca	Bendix Tours / Primo Tours
18 e 29 de julho	ATL	Clube Sporting
10 e 24 de agosto	ATL	Gabinete da Administração Pública
06, 12, 20 e 26 de agosto	Clínicas de Ténis e Padel – Porto Santo Ativo	Diário de Notícias / SDPS
13 de setembro a dezembro	Operação Dinamarca	Bendix Tours / Primo Tours
02 a 05 de outubro	Torneio Porto Santo Line	Smash Ténis Club
14 a 18 de novembro	Torneio Jovem	Bendix Tours / Primo Tours

Fonte: SDPS

No Complexo de Ténis do Porto Santo, a atividade desportiva foi retomada de forma gradual e progressiva desde abril de 2021, após a suspensão da prática desportiva determinada pelas Autoridades de Saúde no início de 2021.

Com a retoma da atividade desportiva, foi notória a preferência pelos desportos ao ar livre, sobretudo pela segurança percecionada em contexto de pandemia sanitária, com reflexos no número de utentes que utilizaram estas instalações.



QUADRO 11 - NÚMERO DE UTENTES DO COMPLEXO DE CAMPOS DE TÊNIS

Mês	2020		2021	
	Entradas (total)	Operação Dinamarca	Entradas (total)	Operação Dinamarca
Janeiro	350	54	16	0
Fevereiro	521	165	0	0
Março	222	25	305	0
Abril	-	-	451	0
Mai	309	-	376	0
Junho	475	-	525	0
Julho	630	-	933	179
Agosto	1246	-	1372	0
Setembro	432	-	551	25
Outubro	392	-	643	292
Novembro	244	-	553	298
Dezembro	238	-	224	72
Total	5059	244	5949	866

Fonte: SDPS


De registar, ainda, a retoma da procura por parte da Primo Tours, operador dinamarquês, tendo atingido as 866 entradas comparativamente às 244 entradas no ano de 2020.

Esta infraestrutura, pela possibilidade da prática desportiva ao ar livre em condições de segurança em alinhamento com as recomendações das Autoridades Sanitárias, apresentou indicadores crescentes na prestação de serviços.

2.1.5. PARQUE DE CAMPISMO



O parque de campismo do Porto Santo foi construído em 1983 pelo Governo Regional sendo um espaço com uma área total de 27.560,00 m². A sua gestão foi afeta à SDPS em 2001 por Resolução do Conselho de Governo Regional.



Em março de 2020 esta infraestrutura foi encerrada ao público na vertente do campismo, devido à pandemia da COVID-19, conforme orientações emanadas pelo Conselho de Governo Regional e consolidadas pelo Decreto-Lei n.º 22/2020, de 16 de maio.

No contexto do cumprimento das regras básicas de prevenção e contenção da pandemia COVID-19 e, tendo em conta a situação atual do Parque de Campismo, não é possível assegurar as medidas de saúde pública, segurança e higiene impostas e aprovadas pelas autoridades competentes, nomeadamente o distanciamento entre os utentes nas instalações comuns, sanitárias e outras, pelo que o parque de campismo permanece encerrado à atividade do campismo.

Embora suspensa a atividade de campismo, o Parque manteve em funcionamento, na época alta, o bar de apoio do parque, a título precário, considerando que este tinha condições de segurança autónoma para garantir a sua atividade.

Atualmente, existe a intenção do Governo Regional da Madeira de transição da concessão do Parque de Campismo da Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo para a Secretaria Regional do Ambiente, Recursos Naturais e Alterações Climáticas.

Contudo, importa referir que existem ainda quatro arrendamentos em vigor nas instalações do Parque de Campismo, nomeadamente Paulo Avelino com atividades do ensino da condução automóvel, LPCC- Liga Portuguesa Contra o Cancro, AICTPS- Associação de Indústria, Comércio e Turismo do Porto Santo e Casa do Voluntário.

2.2. CONCESSÕES E ARRENDAMENTOS

Nos termos do artigo 4.º do Decreto Legislativo Regional n.º 16/99/M, de 18 de maio, a SDPS prossegue fins de interesse público e tem por objeto social a conceção, a execução e a construção dos empreendimentos e infraestruturas. A exploração dos empreendimentos, cujos fins não sejam considerados exclusivamente públicos, só poderá ser assegurada pela SDPS, após se ter esgotado a possibilidade de cessão ou de concessão dos mesmos.

Com o contexto da pandemia, as medidas de suspensão das rendas foram constantemente prorrogadas até junho de 2021, aplicáveis aos inquilinos e concessionários da atividade privada.

A Resolução do Conselho de Governo n.º 665/2021 aprovou a prorrogação do período de isenção temporária do pagamento de rendas e taxas mensais, cujos contratos tenham sido celebrados até março de 2020, no período compreendido entre 1 de julho a 30 de setembro de 2021, devendo para o efeito o concessionário apresentar requerimento fundamentado, comprovando a

Handwritten signature and initials

existência de quebras de volume de negócios, iguais ou superiores a 40% no ano 2020, comparativamente ao ano 2019.

Considerando os constrangimentos provenientes da pandemia e o carácter das associações, determinou-se aplicar uma redução nas rendas das associações sem fins lucrativos, nomeadamente a Liga Portuguesa Contra o Cancro e a Associação de Indústria, Comércio e Turismo do Porto Santo.

No Quadro seguinte encontram-se listados as principais áreas concessionadas, com uma breve descrição dos mesmos.

QUADRO 12 – CONTRATOS DE CONCESSÃO / ARRENDAMENTO

Tipo de contrato	Concessionário/arrendatário	Loja/Designação
Concessão de parte desportiva do EDP	José E.G. Ricardo	"Porto Santo Sub – Centro de mergulho"
Arrendamento da divisão "G" do CCC	J. António F. Castro	"Escritório de advogados"
Arrendamento da divisão "D" do CCC	ISSM IP RAM	"Unidade local da Seg. Social"
Arrendamento da divisão "E" do CCC	Direção Regional do Património	"N. Museológico J. Brum do Canto"
Arrendamento da divisão "I" do CCC	Direção Regional do Património	"Serviço de finanças"
Arrendamento da divisão "D" do CCC	ALRAM	"Serviço de atendimento"
Arrendamento da divisão "D"	DRETT	"Exames de viação"
Arrendamento da loja 1 do CA -Centro de Artesanato	Inventamagia, lda.	"NINI"
Arrendamento da loja 2 do CA	Rui Alves	"Bazar Moinho"
Concessão da loja 3 do CA	Luís Figueira	"Figueira & Figueiras Lda."
Concessão da loja 4 do CA	Luís Figueira	"Figueira & Figueiras Lda."
Concessão da loja 5 do CA	Luís Figueira	"Figueira & Figueiras Lda."
Arrendamento de sala do CA	Direção Regional do Património	"Posto de Turismo"
Concessão e subconcessão do Mercado	Consórcio Severino & Jardim Lda	"Beach Club" e "Merska – vestuário"
Licença Precária de ocupação do bar de apoio do Parque de Campismo	Luís F.F. Mendonça	"Quiosque do Parque de Campismo"

Tipo de contrato	Concessionário/arrendatário	Loja/Designação
Arrendamento de salas no Parque de Campismo	AICTPS- Associação de Indústria, Comércio e Turismo do Porto Santo	"Serviços de atendimento da AICTPS"
Arrendamento de salas de apoio do Parque de Campismo	LPCC- Liga Portuguesa Contra o Cancro	"Serviços de Atendimento da LPCC"
Arrendamento de salas de apoio do Parque de Campismo	Paulo A. Silva	"Escola de Condução Ilhadourada"
Arrendamento de salas de apoio do Parque de Campismo	Casa do Voluntário	"Serviços de atendimento da Casa do Voluntário"
Contrato de concessão do Edifício da Baiana	Tecnovia Madeira S.A.	"A Baiana"
Contrato de concessão do bar/restaurante do CTPS	Marta S.V. Pita da Silva	"Restaurante Pita"
Arrendamento da sala polivalente do CTPS	Lobo &Faria	"Gabinete de Fisioterapia"
Arrendamento de terrenos – "Centro de Feiras"	Galp Madeira S.A.	"Posto de Abastecimento da Galp"
Contrato de concessão do restaurante e bar do Campo de Golfe	M.Paulina S.H. e Sousa	"Restaurante PSG"

Fonte: SDPS

2.2.1. PRINCIPAIS EMPREENDIMENTOS

CENTRO CULTURAL E DE CONGRESSOS DO PORTO SANTO



Handwritten signature and initials in blue ink.

O Centro Cultural e de Congressos do Porto Santo é um espaço que promove e divulga a dinamização cultural da ilha. É um espaço que está inteiramente preparado para acolher atividades educativas, artísticas, culturais e corporativas, oferecendo os melhores serviços técnicos.

BIBLIOTECA



A Biblioteca Municipal do Porto Santo situa-se no antigo edifício de serviços públicos. As obras de recuperação deram lugar à Biblioteca Municipal, dotada de equipamentos de suporte aos arquivos e salas de leitura, assegurando, assim, mais um serviço público na ilha do Porto Santo. O edifício dispõe ainda de uma exposição permanente, o Núcleo Museológico Jorge Brum do Canto.

PASSEIO DUNAR – PROMENADE



A promenade é um espaço de fruição de acesso livre ao público construído ao longo da linha dunar interior do ex libris da ilha – a belíssima praia do Porto Santo – e estende-se desde a Alameda

Infante D. Henrique à Avenida Goulart Medeiros, numa extensão de aproximadamente 300 metros.

MERCADO



O atual espaço do Mercado é o resultado de um projeto de revitalização do centro histórico da cidade. No mercado poderemos encontrar um espaço de restauração e uma loja. Trata-se de um espaço público em que o mobiliário urbano, a iluminação e sinalética foram devidamente equacionados, tendo por objetivo proporcionar bem-estar sem descurar a eficiência.

CENTRO DE ARTESANATO



O Centro de Artesanato do Porto Santo é um espaço edificado com o objetivo de preservar e promover o artesanato local, agregando, para o efeito, a sua produção, exposição e comercialização. Proporciona aos visitantes o contacto com as formas de produção local, espaços concessionados de restauração, o Posto de Turismo local e uma sala de exposições.



PENEDO DO SONO



rw
Rf

O Penedo do Sono, situado junto ao porto do Porto Santo, é uma infraestrutura constituída por nove módulos em banda, cada um com dois pisos, destinado, inicialmente, à oferta turística na área da restauração e animação noturna. A infraestrutura encontra-se degradada.

ESTÁDIO DOS DESPORTOS DE PRAIA



O complexo desportivo foi projetado para acolher torneios internacionais de diferentes modalidades como o voleibol, o futebol e o andebol de praia.

PARQUE DE CAMPISMO

W
X



O Parque de Campismo do Porto Santo dispõe de 300 alvéolos com capacidade para 800 campistas. Este espaço encontra-se situado na Fontainha. Encontra-se encerrado ao público, e aguarda a conclusão do novo projeto desenvolvido pelo Governo Regional.

EDIFÍCIO A BAIANA



O edifício da emblemática “A Baiana” foi adquirido no âmbito do projeto para a revitalização do centro histórico de Vila Baleira, estando, atualmente, em curso obras de requalificação do espaço. Foram encontrados achados arqueológicos, relevantes para a história da ilha do Porto Santo, que serão integrados no edifício, ficando patentes ao público após a conclusão das obras.



Handwritten signature and initials in blue ink.

COMPLEXO DE TÊNIS



O Complexo de Campos de Ténis está dotado de equipamentos e condições para a realização de eventos desportivos e torneios da modalidade, sendo constituído por 1 campo principal e 5 secundários. O Complexo de ténis oferece ainda 2 campos de padel, com excelentes condições para a prática da modalidade.

CAMPO DE GOLFE



O Porto Santo Golfe, desenhado pelo campeão Severiano Ballesteros, atravessa a ilha desde as dunas até às falésias de basalto. O campo tem um percurso de 18 buracos, um circuito curto de “par” 3 desenvolvendo-se numa área de terreno superior a 1.800.000 m² e ainda um “Club House”.

CENTRO HÍPICO DO PORTO SANTO



O Centro Hípico do Porto Santo é um espaço com capacidade para albergar 15 cavalos em amplas boxes, incluindo picadeiro coberto, pista de galope de 300m de perímetro, um campo de salto, um picadeiro redondo de desbaste e com bancada para 250 espetadores. Em 2021 foi desenvolvido um projeto de reabilitação do espaço e iniciada a respetiva empreitada.

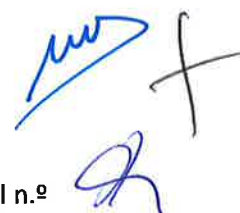
PRAÇA DO BARQUEIRO



A praça do Barqueiro é o resultado de um projeto de revitalização do centro histórico da cidade, neste espaço existe um anfiteatro ao ar livre. A Câmara Municipal do Porto Santo é responsável pela manutenção ao abrigo de um protocolo celebrado com a Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo, S.A.

3. ÁREAS SOB JURISDIÇÃO DA SDPS





3. ÁREAS SOB JURISDIÇÃO DA SDPS DE INTERESSE PÚBLICO

A Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo foi criada pelo Decreto Legislativo Regional n.º 16/99/M, de 18 de maio, com objetivos bem definidos, num quadro de acelerada integração económica, financeira e social a nível comunitário, onde a Região Autónoma da Madeira procurou implementar uma política de desenvolvimento local equilibrada, por forma a garantir uma melhor abertura aos mercados externos e dinamizar o investimento produtivo a nível local e regional.

Assim, pela Resolução do Conselho do Governo n.º 1809/97, de 18 de dezembro, foi criada a Operação Integrada de Desenvolvimento do Porto Santo, instrumento de intervenção decisivo para o desenvolvimento integrado da ilha do Porto Santo, que não pôde deixar de ser considerado como de interesse público e regional.


Através daquele instrumento visou-se, nomeadamente, proceder à criação de infraestruturas, à implementação de determinados equipamentos e à maximização dos recursos e das oportunidades locais, fundamentais ao desenvolvimento integrado do Porto Santo.

Neste sentido, a Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo, segue a concretização de um objetivo, de um projeto de melhoria e promoção da intercooperação, concebida como um instrumento privilegiado ao serviço do desenvolvimento equilibrado e durável, rentabilizando os recursos endógenos na adequação de respostas às necessidades sentidas pela comunidade local e regional e promovendo a articulação entre serviços e estruturas locais, com vista à maximização de esforços na definição e concretização de planos integrados de desenvolvimento local.

Para a prossecução dos seus fins, nomeadamente no que se refere à construção e adaptação de infraestruturas, são conferidos à SDPS, para além de outros que lhe venham a ser expressamente atribuídos por lei, os poderes para, segundo a lei, agir como entidade expropriante dos imóveis que foram e sejam necessários à prossecução do seu escopo social e, para o efeito, declarados de utilidade pública por resolução do Conselho do Governo Regional.

O direito de utilizar e administrar os bens do domínio público da Região Autónoma da Madeira que estejam ou venham a estar afetos ao exercício da sua atividade.

Os poderes para proceder à gestão técnica, administrativa e financeira das intervenções operacionais incluídas nos Quadros Comunitários de Apoio para as intervenções estruturais comunitárias no concelho do Porto Santo, mediante a celebração de contratos-programa com a Região Autónoma da Madeira.



Pelo diploma foram transferidos para a SDPS a posição contratual ocupada pela Região, pelo Governo Regional, ou por entidades públicas de âmbito regional e local, em contratos, ou posições em situações jurídicas decorrentes de atos unilaterais da Administração, mas aceites por pessoas jurídicas privadas, que visem a execução de empreendimentos, que constem de plano de atividades previamente aprovado em Conselho do Governo e referente às áreas de intervenção abrangidas pela presente sociedade.

As obras a realizar pela SDPS, S. A., ficaram sujeitas ao disposto no Decreto-Lei n.º 59/99, de 2 de março, e legislação complementar, no que respeita ao modo e às garantias de execução e conclusão de empreitadas e fornecimentos, subordinação do contratante às exigências do interesse público.

À SDPS são ainda conferidos os poderes e prerrogativas da Região Autónoma da Madeira quanto à proteção, desocupação, demolição e defesa administrativa da posse dos terrenos e instalações que lhe estejam afetos e das obras por si executadas ou contratadas, podendo ainda, nos termos da lei, ocupar temporariamente os terrenos particulares de que necessite para estaleiros, depósito de materiais, alojamento de pessoal operário e instalação de escritórios, sem prejuízo do direito à indemnização a que houver lugar.

4. INVESTIMENTOS





4. INVESTIMENTOS

Na sequência da atual conjuntura económica e social, marcada pela incerteza quanto às expectativas de recuperação económica e aos melhores instrumentos para combater os efeitos da crise económica e financeira, o investimento da SDPS, considerado numa ótica da aplicação de capital em meios que levam ao crescimento da capacidade produtiva, foram realizadas várias intervenções nos empreendimentos sob a sua administração e gestão desta Sociedade, na ordem dos 250 000,00€ e cujo financiamento foi integralmente suportado por receitas próprias.

Os investimentos realizados, e em curso, possibilitaram a melhoria das condições de segurança e qualidade das infraestruturas, a maior parte de interesse público e de acesso universal gratuito, e a todos os stakeholders que através do arrendamento, concessão ou simples usufruto sócio desportivo, têm à sua disposição equipamentos de elevada qualidade.

Especial ênfase aos principais investimentos, com destaque para os realizados no Campo de Golfe do Porto Santo, no Centro Hípico, no Complexo de Ténis do Porto Santo, no Centro de Cultural e de Congressos do Porto Santo, na renovação da frota automóvel de apoio à manutenção e na segurança dos empreendimentos componente security da SDPS.

Estes empreendimentos de referência no Porto Santo, são uma ferramenta de promoção turística, cultura e de lazer para os turistas que nos visitam e para a população em geral, que destacamos os seguintes:

4.1. ESTUDOS E PROJETOS

PARQUE DE CAMPISMO

- Levantamento topográfico do Parque de Campismo do Porto Santo com vista à delimitação patrimonial e infraestruturas existentes.

REABILITAÇÃO DO COMPLEXO DE TÉNIS DO PORTO SANTO

- Elaboração de Projeto de Arquitetura e Especialidades para o Complexo de Campos de Ténis do Porto Santo, tendo por objetivo o seguinte:
 - Reabilitação de 5 campos de ténis com substituição integral no campo principal e nas camadas de desgaste nos restantes 4 campos;
 - Criação de 2 novos campos de padel, adicionais aos atualmente existentes;
 - Criação de zona infantil e com jogos didáticos no pavimento;



- Substituição das caleiras e retificação de pendentes;
- Colocação de novas vedações;
- Substituição do mobiliário urbano;
- Substituição dos equipamentos desportivos de apoio à prática das modalidades;
- Reparações gerais complementares à empreitada, designadamente varanda, pavimentos, estruturas em madeira.



Imagem 3D: reabilitação do Complexo de Ténis do Porto Santo

Fonte: Barra 4/SDPS

CAMPO DE GOLFE DO PORTO SANTO

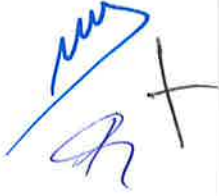
- Execução do Programa de Monitorização Ambiental do Campo de Golfe do Porto Santo, em cumprimento da DIA.



4.2. AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS

CENTRO HÍPICO

- Fiscalização e Coordenação de Segurança da Empreitada de Reabilitação do Centro Hípico do Porto Santo de modo a dar cumprimento ao projetado/executado, de acordo com as boas práticas e o estado da arte.



CAMPO DE GOLFE DO PORTO SANTO

- Manutenção Preventiva dos Sistemas de Emergência e combate de incêndios do Campo de Golfe do Porto Santo, em cumprimento da legislação em vigor;

Fotografia 1



- Aquisição de Peças e Serviços para o Sistema de Rega do Campo de Golfe do Porto Santo, com vista à substituição de elementos danificados e otimização dos recursos hídrico, escassos na ilha do Porto Santo.;
- Reparação de Bomba Grundfos SP95 e Fornecimento e Instalação de Motor Grundfos MMS6ST30 - 37 KW PSG, equipamentos de grande porte, fundamentais para o funcionamento do sistema de rega;

Fotografia 2



- Aquisição de Peças para as Máquinas de Manutenção das Zonas de Greens, Fairways e Roughs do Campo de Golfe do Porto Santo - Lote 1 e Fornecimento e Transporte de duas unidades - Resfriador de óleo para a Maquinaria John Deere Progator 2030Aum;

Handwritten signature and initials in blue ink.



- Fornecimento e Transporte de 3 unidades "ENCODER, SENSOR VELOCIDADE" – Buggies do PSG de modo a manter todo o relvado do campo, em especial as zonas de jogo.
- Trabalhos de Reparação e Manutenção dos Sistema de Detecção de Incêndios e de Intrusão do Campo de Golfe do Porto Santo, em cumprimento da legislação em vigor;
- Trabalhos de recuperação de muro de suporte no limite do Campo de Golfe do Porto Santo;
- Prestação de Serviço para Elaboração de Avaliação Imobiliária dos lotes disponíveis para alienação, integrados no Loteamento do Porto Santo Golf Resort 1.ª Fase A;



COMPLEXO DE TÊNIS DO PORTO SANTO

- Reparação e Manutenção dos Sistema de Detecção de Incêndios e de Intrusão do Complexo de Tênis em cumprimento da legislação em vigor;

Handwritten signature and initials in blue ink.



CENTRO CULTURAL E DE CONGRESSOS DO PORTO SANTO

- Fornecimento e substituição de uma betoneira de cabina completa dos elevadores de modo a permitir a sua utilização em condições de segurança para pessoas e bens e em cumprimento da legislação em vigor;
- Manutenção Preventiva dos Sistemas de Emergência e combate de incêndios, em cumprimento da legislação em vigor e salvaguarda de segurança de pessoas e bens;



- Manutenção Preventiva do Gerador de Emergência do Centro Cultural e de Congressos, em cumprimento da legislação em vigor e evitando falhas de energia com repercussões nas atividades, evacuação do espaço e preservação do património;

Handwritten signature and initials in blue ink.



- Fornecimento de Bomba EBARA Versatyle - SG1000 para o sistema de elevação das águas de lavagem do estacionamento com o devido encaminhamento para a rede de águas residuais;



- Manutenção Preventiva e Curativa do Sistema de AVAC 2021, de acordo com a legislação em vigor, salvaguardando condições de salubridade e sanitárias e dotar o espaço de condições de conforto para os utentes e demais utilizadores, designadamente do auditório;

Handwritten signature



- Manutenção Preventiva e Corretiva do Sistema SADI / CCTV – CCCPS;

PENEDO DO SONO E ESTÁDIO DE DESPORTO DE PAIA DO PORTO SANTO

- Desmantelamento das Estruturas Metálicas no Empreendimento dos Estádio de Desportos de Praia por questões de segurança;



- Limpeza das zonas exteriores e palmeiras do Empreendimento do Penedo do Sono.

COMUNS À SDPS

- Assistência e assessoria técnica eletromecânica para os vários equipamentos da SDPS para substituição/reparação de elementos avariados, na vertente elétrica e eletromecânica;
- Levantamento Topográfico do Prédio Rústico 149, Secção V, e área envolvente, no sítio do Tanque, Porto Santo;
- Prestação de Serviço para Controlo e Prevenção de Pragas nos Empreendimentos, mantendo as infraestruturas e equipamentos, mitigando os riscos de transmissão de doenças e salvaguardando a saúde pública;
- Fornecimento e Instalação de Peças e Equipamentos para a Correção das Anomalias Detetadas nos Equipamentos de Extinção de Incêndios dos Empreendimentos, de acordo com a manutenção preventiva e vistorias regulares.



4.3. EMPREITADAS

CENTRO HÍPICO DO PORTO SANTO

- O objetivo da SDPS é dotar o espaço para atividades relacionadas com o hipismo, beneficiar todo o espaço envolvente e remodelar o edifício dividido em dois usos, um destinado a serviços de hipismo e outro a Bar e Restauração.

A infraestrutura em reabilitação está inserida num conjunto de vários edifícios existentes destinados a armazéns, no qual pretendemos recuperar o edifício principal destinado ao Hipismo, bem como a envolvente exterior destinada as atividades relacionadas com os cavalos. Reabilitar parte do terreno a sul para picadeiro exterior de saltos de obstáculos e pista de corridas, incluindo a nova construção de bancadas em madeira destinado à plateia.

Assim e tirando partido das características originais do edifício, foi possível com um mínimo de alterações à preexistência, adaptar os espaços interiores e exteriores, para o novo esquema funcional.

O acesso ao Centro de Hipismo será feito pelo novo estacionamento projetado. O estacionamento será público, tanto para os utentes das atividades equestres, bem como para o bar. A partir deste ponto, o visitante pode deslocar-se quer para a zona de Hipismo, quer para o bar.

Handwritten signature and initials in blue ink.



4.4. EQUIPAMENTOS E VIATURAS

No ano de 2021, a frota de apoio à manutenção foi substituída por uma nova viatura comercial, indo de encontro ao projeto smart fósil free Island Porto Santo.



A SDPS investiu na aquisição de ferramentas e utensílios destinados à equipa de manutenção.

4.5. PCV 2021

Plano de comercialização e Venda dos empreendimentos da SDPS

A promoção turística é um instrumento essencial para a valorização e expansão da atividade turística nacional, em geral, e da Região Autónoma da Madeira, em particular, no quadro da forte concorrência internacional em que se insere. Os PCV's constituem uma importante ferramenta ao dispor, da SDPS, associada da APM para potenciar os seus negócios e, simultaneamente, para promover a Região Autónoma da Madeira enquanto destino turístico de Excelência.

Balanço Plano de Comercialização e Venda 2021 SDPS

Valor Candidatura PCV	35 900,00 €	Percentagem de execução	
Valor apoio aprovado (50%)	17 950,00 €	181,75%	
Despesa Total 2021	65 247,44 €		
Valores Efetivos		Transferências APM	
1ª Tranche	7 180,00 €	Data	Valor
2ª Tranche	3 590,00 €	13/04/2021	7 180,00 €
3ª Tranche	3 590,00 €	14/10/2021	3 590,00 €
4ª Tranche		23/12/2021	3 590,00 €
Total	14 360,00 €		

Plano de Comercialização e Venda Extraordinário

A crise pandémica, criada pela Covid-19, fez com que o sector do Turismo, de uma forma mais imediata e nefasta sentisse os seus efeitos, vendo a sua atividade paralisada abruptamente. Neste sentido, foi necessário garantir condições de segurança sanitária do destino, de forma a contribuir



decisivamente para o relançamento da confiança no destino, junto dos mercados emissores internacionais.

A APM decidiu implementar um projeto robusto, credível e diferenciador, cujo objetivo seria preparar um Sistema de Certificação Internacional no domínio das Boas Práticas na Gestão de Riscos Biológicos, incluindo o risco associado ao SARS-COV 2. No âmbito deste projeto de certificação, a APM participou em 50% dos custos associados à obtenção da certificação, ou seja, 2 anos de auditorias a serem realizadas pela entidade certificadora. A certificação de boas práticas dos empreendimentos, Porto Santo Golfe e Complexo de Ténis, representa um investimento de 2.700,00 €, pelo que 1.350,00 € é participado pela APM.

A SDPS considera que esta certificação representa uma vantagem competitiva e um fator de diferenciação qualitativa, e que, simultaneamente, passa a imagem da Região como um destino seguro.

5. RECURSOS HUMANOS





5. RECURSOS HUMANOS

Para o exercício das suas atividades, dispõe de um quadro de pessoal qualificado. Os principais indicadores da atividade social da empresa ao longo do ano de 2021 estão sucintamente indicados nos mapas infra.

5.1 O EFETIVO DA SDPS - SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO DO PORTO SANTO, S.A

O efetivo total da SDPS em 31 de dezembro de 2021 era de 49 trabalhadores⁹, incluindo os 3 membros executivos do Conselho de Administração¹⁰ e 2 Vogais não executivos, com a seguinte distribuição por vínculos:

QUADRO 13 – DISTRIBUIÇÃO POR VÍNCULOS

Vínculo	N.º de trabalhadores
Nomeação/Eleição	5
Pessoal do quadro	47 ¹¹
Cedido de outra Entidade	2

Fonte: SDPS

No ano 2021 verificou-se o decréscimo de um trabalhador em relação ao ano transato, motivado pela consolidação da cedência de interesse público de uma Assistente Técnica, conforme despacho do Secretário Regional das Finanças, de 4 de outubro.

⁹ Inclui os trabalhadores cedidos a outras Entidades.

¹⁰ Os membros do Conselho de Administração desempenham funções em regime de acumulação, devidamente autorizado nos termos legais, na SDPO-Sociedade de Promoção e Desenvolvimento da Zona Oeste da Madeira, S.A., na SMD-Sociedade Metropolitana de Desenvolvimento, S.A. e na SDNM-Sociedade de Desenvolvimento do Norte da Madeira, S.A..

Do pessoal do quadro da SDPS a 31 de dezembro de 2021, 8 trabalhadores encontravam-se a desempenhar as suas funções noutros organismos e empresas da RAM, conforme quadro seguinte:

QUADRO 14 – CEDÊNCIAS

<i>N.º de trabalhadores</i>	<i>Tipo de Cedência</i>	<i>Serviço de Destino</i>
1	Nomeação	Gabinete do Secretário Regional das Finanças
1	Nomeação	Assembleia Legislativa da Madeira
2	Interesse Público	Gabinete do Secretário Regional das Finanças no Porto Santo
1	Interesse Público	Secretaria Regional da Saúde
1	Interesse Público	Secretaria Regional de Ambiente, Recursos Naturais e Alterações Climáticas
1	Ocasional	PATRIRAM- Titularidade e Gestão de Património Público Regional S.A.
1	Ocasional	Ponta do Oeste-Sociedade de Promoção e Desenvolvimento da Zona Oeste da Madeira, S.A.

Fonte: SDPS

5.2 CARGOS DE DIREÇÃO E CHEFIA

A Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo, S.A. dispõe de 3 trabalhadores nomeados em regime de comissão de serviço para o desempenho de cargos de chefia (coordenação da Unidade de Gestão Financeira, Unidade de Assessoria Jurídica, Contratação e Contencioso e coordenação várias infraestruturas no Porto Santo).

Dispõe, ainda, de uma trabalhadora com a categoria de Diretora Financeira, contudo a mesma encontra-se cedida.

5.3 DISTRIBUIÇÃO DOS EFETIVOS POR CATEGORIAS PROFISSIONAIS

Quanto à distribuição dos efetivos por grupo profissional e respetiva evolução, estão sucintamente resumidas no quadro seguinte:

QUADRO 15 – EFETIVOS / CATEGORIA PROFISSIONAL

<i>Categoria Profissional</i>	<i>2020</i>	<i>2021</i>
Diretor de Serviços	1	1
Técnico Superior	7	7
Assistente Técnico	18	17
Assistente Operacional	24	24
TOTAL	50	49

Fonte: SDPS

Note-se que do quadro supra, fazem parte os trabalhadores efetivos da SDPS.

5.4. DISTRIBUIÇÃO DOS ATIVOS POR UNIDADE ORGÂNICA

A distribuição dos trabalhadores ativos, por unidade orgânica, foi a seguinte:

QUADRO 16 – ATIVOS / UNIDADE ORGÂNICA

<i>Unidade Orgânica</i>	<i>Quantidade</i>	<i>Distribuição%</i>
Escritório no Funchal	4	9,7%
Centro Cultural e de Congressos	13	31,8%
Complexo de Campos de Ténis do Porto Santo	2	4,9%
Campo de Golfe do Porto Santo	21	51,2%
Centro Hípico do Porto Santo	1	2,4%
TOTAL	41	100%

Fonte: SDPS

5.5. DISTRIBUIÇÃO DOS ATIVOS POR CONCELHO

A distribuição geográfica dos trabalhadores ativos, por concelho, foi a seguinte:

QUADRO 17 – EVOLUÇÃO DOS ATIVOS

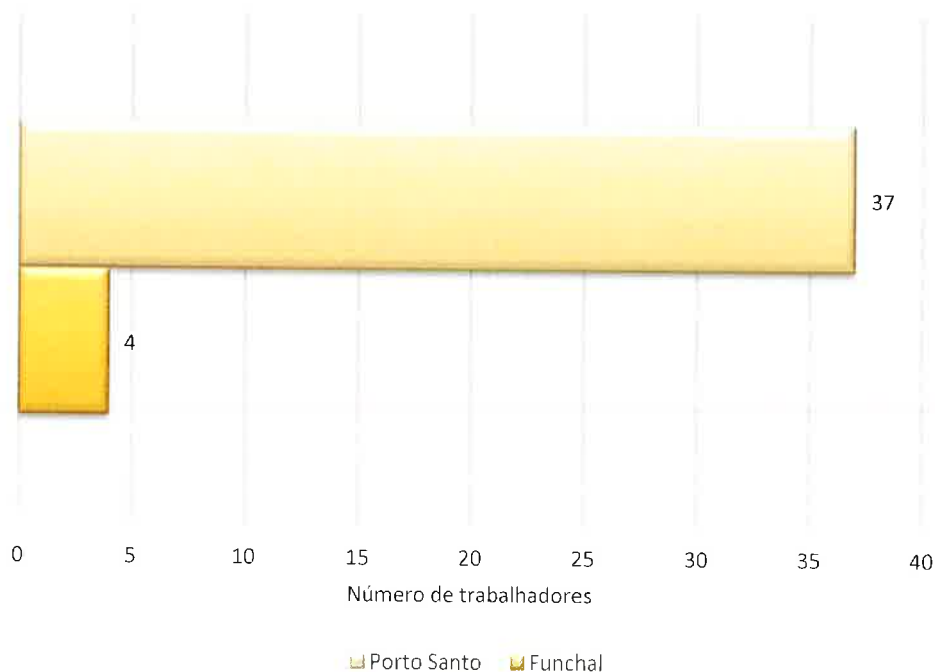
Concelho	2020	2021
Funchal	4	4
Porto Santo	39	37
TOTAL	43	41

Fonte: SDPS

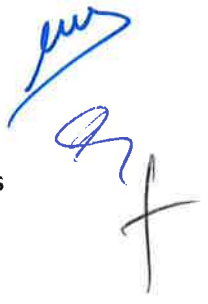
Nos escritórios do Funchal, para além do Conselho de Administração em regime de acumulação de funções em todas as sociedades de Desenvolvimento, a SDPS dispõe de 4 trabalhadores, que representam 9,7% do pessoal do quadro ativo.

No Porto Santo, a SDPS tem 37 trabalhadores que desempenham funções nos diversos empreendimentos que a Sociedade é detentora, que representam 90,3% do pessoal do quadro ativo.

GRÁFICO 1 – DISTRIBUIÇÃO DOS ATIVOS POR CONCELHO



Fonte: SDPS



5.6. MOVIMENTAÇÃO DE PESSOAL

No ano 2021 verificou-se a cedência de dois Assistentes Técnicos para o desempenho de funções na Secretaria Regional das Finanças.

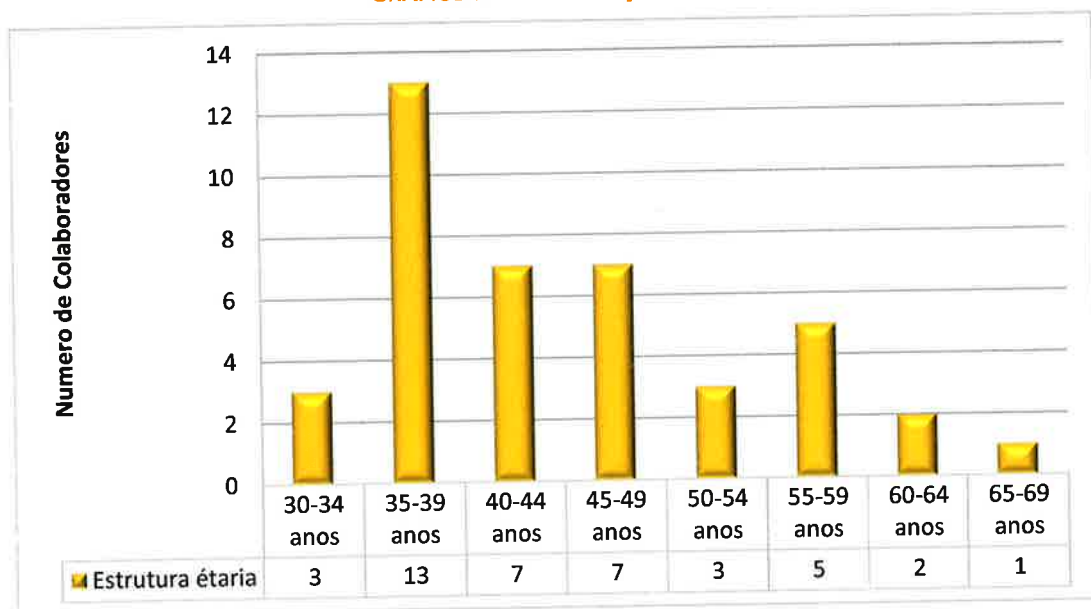
5.7. MOBILIDADE NA CARREIRA

Em 2021, na Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo, S.A. não se verificou qualquer mobilidade na carreira.

5.8. EFETIVO / ESTRUTURA ETÁRIA

A análise do nível etário do efetivo apresenta a seguinte distribuição:

GRÁFICO 2 – DISTRIBUIÇÃO ETÁR



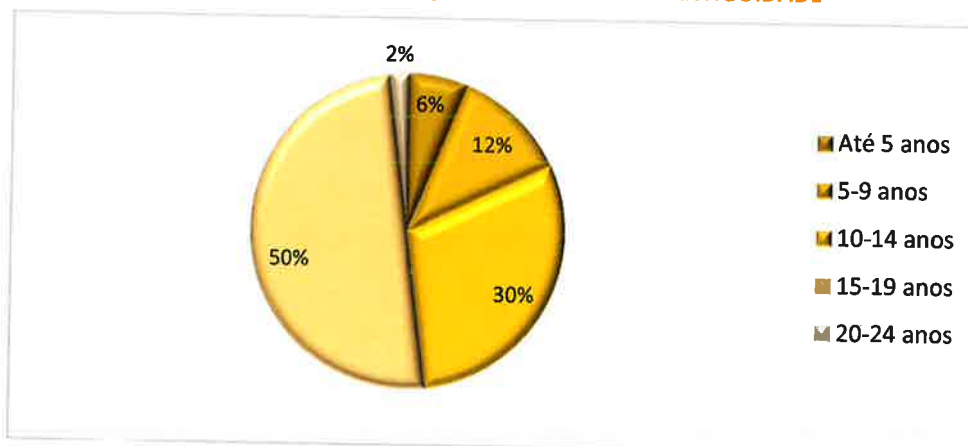
Fonte: SDPS

Grande parte dos trabalhadores da Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo, S.A. pertencem à faixa etária entre os 35 e os 39 anos.

5.9. EFETIVO / ESTRUTURA DE ANTIGUIDADE

A análise do efetivo e estrutura de antiguidade leva-nos a concluir o seguinte:

GRÁFICO 3 – DISTRIBUIÇÃO DO EFETIVO POR ANTIGUIDADE



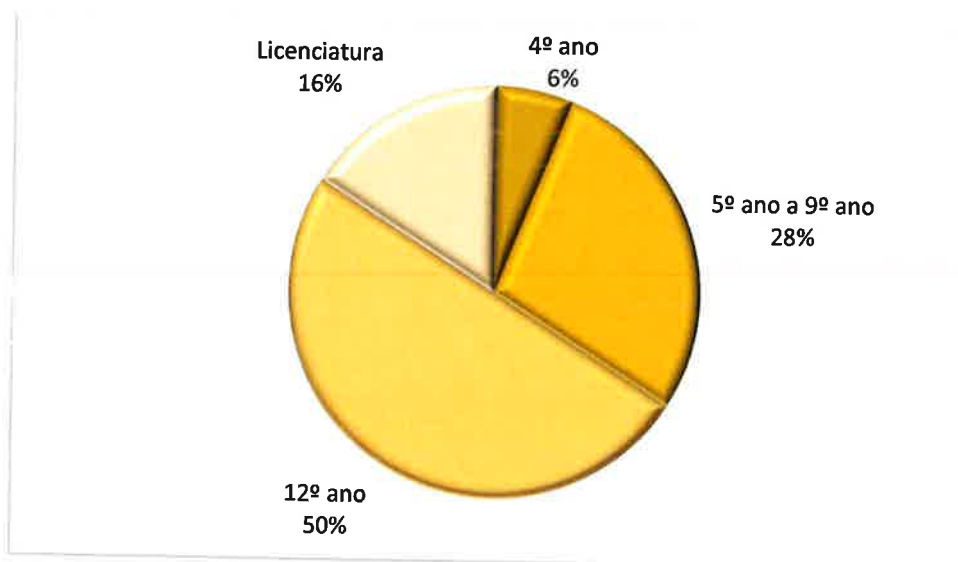
Fonte: SDPS

Em 2021, na SDPS 50% do efetivo global apresenta uma antiguidade entre 15 e 19 anos.

5.10. EFETIVO / ESTRUTURA HABILITACIONAL

A análise do efetivo e as respetivas habilitações leva-nos a concluir o seguinte:

GRÁFICO 4 – ESTRUTURA HABILITACIONAL



Fonte: SDPS

Na SDPS, 50% dos trabalhadores possuem como habilitações literárias o ensino secundário.



5.11. PERÍODO NORMAL DE TRABALHO (PNT) E ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

O período normal de trabalho semanal do pessoal da SDPS, S.A. varia entre as 35 e as 40 horas, conforme estipulado nos respetivos contratos de trabalho.

O potencial máximo anual de trabalho em 2021 foi de 9.373 dias, descontados os dias de descanso, as férias, os feriados e as tolerâncias de ponto.

É de salientar que os dias de férias representaram uma perda de 1180 dias. Contribuíram para este número a antiguidade dos trabalhadores, pois por cada dez anos de serviço acresce um dia de férias aos 25 estabelecidos pelo Conselho de Administração.

Cada colaborador trabalhou, em média, 220 dias no ano de 2021.

Esta informação é referente apenas aos trabalhadores do quadro de pessoal ativo.

5.12. ABSENTISMO

No ano de 2021, registaram-se faltas por doença, para assistência a familiares, por falecimento de familiares e licença parental.

5.12.1. ABSENTISMO - COVID

Com a pandemia COVID-19, a SDPS registou em 2021 faltas de 17 trabalhadores que apresentaram declarações de isolamento profilático, que representaram 130 dias, bem como faltas motivadas pelo contágio do vírus por parte de 12 trabalhadores, que representaram 78 dias.

5.13. HIGIENE, SEGURANÇA E SAÚDE

No ano em análise, foi adjudicada a prestação de serviços de higiene, segurança e saúde no trabalho de modo a dar cumprimento ao imperativo legal constante na Lei 102/2009 de 10 de setembro.

Todos os trabalhadores da SDPS, sem exceção, estão cobertos, nos termos da lei, por um seguro de acidentes de trabalho, assegurado pela Companhia de Seguros Tranquilidade.

5.13.1. HIGIENE, SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO – MEDIDAS COVID

Dotou-se as instalações com os meios de proteção adequados à mitigação das medidas COVID-19, designadamente através da colocação de painéis acrílicos e da aquisição de produtos de desinfeção, máscaras, fatos de proteção e viseiras.

Foram atualizados os planos de contingência para a Sede bem como para as infraestruturas e respetivos planos de retoma de atividade para os empreendimentos, conforme as indicações providas pelas Autoridades competentes.

5.14. RELAÇÕES COLETIVAS DE TRABALHO E DISCIPLINA

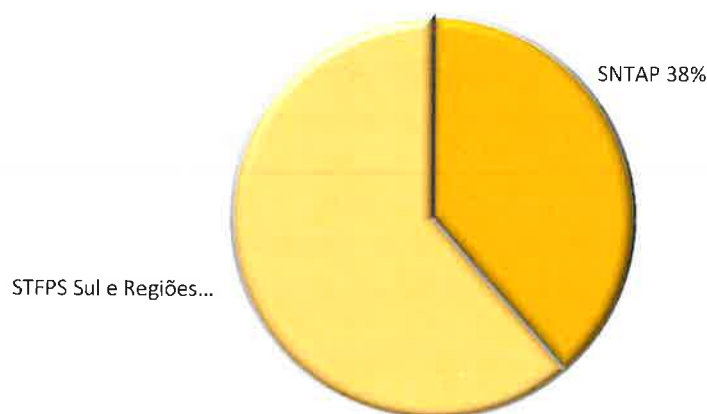
A Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo, S.A. a 31 de dezembro de 2021 tinha 5 trabalhadores inscritos no SINTAP-Sindicato dos Trabalhadores da Administração Pública, bem como 8 trabalhadores inscritos no Sindicato dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais do Sul e Regiões Autónomas.

Não existe Acordo de Empresa, pelo que os contratos dos trabalhadores regem-se pela:

- Regra geral - Lei Geraldo Trabalho;
- 16 trabalhadores estão integrados na Convenção Coletiva de Trabalho dos Empregados de Escritório, Comércio e Serviços da RAM;
- 1 trabalhador está integrado na Convenção Coletiva de Trabalho dos Empregados de Limpeza.

O gráfico seguinte representa o número de trabalhadores sindicalizados:

GRÁFICO 5 – TRABALHADORES SINDICALIZADOS



Fonte: SDPS



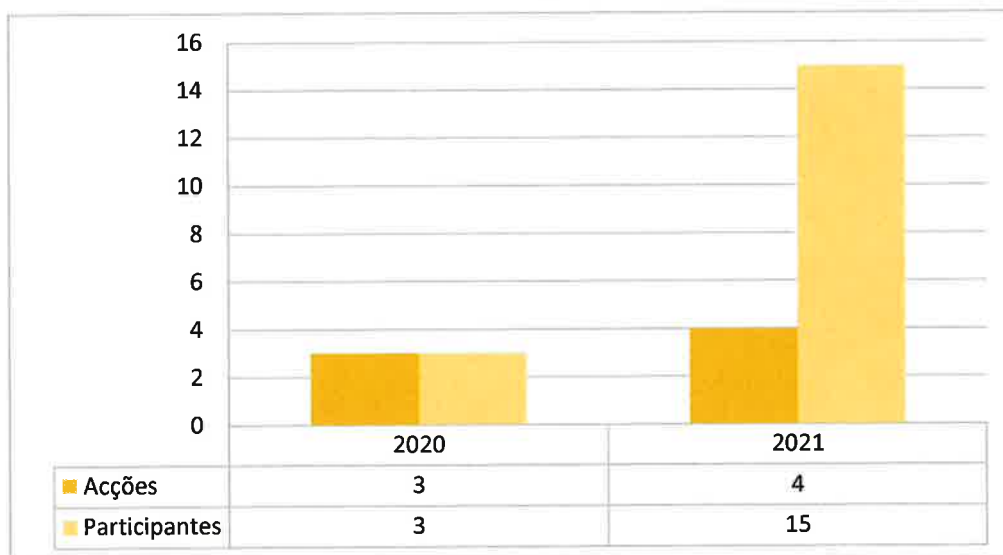
5.15. FORMAÇÃO PROFISSIONAL

No ano 2021, foram realizadas 4 ações de formação:

- Curso técnico de formação e animação turística
- Curso de boas práticas no âmbito da COVID-19
- Regime de Contratação Pública – Execução de Contratos
- Curso Pós-Graduado em Direito dos Contratos Públicos

As formações supramencionadas tiveram um total de 15 participantes e 1822 horas de formação.

GRÁFICO 6 - FORMAÇÃO PROFISSIONAL



Fonte: SDPS


5.16. COOPERAÇÃO COM OUTRAS ENTIDADES

5.16.1. INSTITUTO DE EMPREGO DA MADEIRA, IP

A Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo, S.A. possibilitou a realização de Programas de Emprego. No decurso de 2021 foram colocados:

- Programa de ocupação temporária para desempregados (POT):
 - três assistentes operacionais;
 - um assistente técnico.
- Medida de apoio à integração de subsidiados (MAIS):
 - um assistente técnico;
 - um assistente operacional.

5.16.2. COMUNIDADE ESCOLAR



A SDPS possibilitou, ainda, a colocação de 2 jovens no Centro Cultural e de Congressos do Porto Santo bem como no Complexo de Campos de Ténis do Porto Santo através do Programa “Jovem em Formação”, que visa promover a ocupação dos tempos livres dos jovens, de modo transversal e integrativo, através do desempenho de atividades formativas que permitam o contacto experimental com algumas áreas profissionais, de modo a desenvolver o seu sentido de responsabilidade e de participação social.

6. GOVERNO DAS SOCIEDADES





6. GOVERNO DA SOCIEDADE

Este capítulo dá cumprimento ao dever de informação, previsto no regime jurídico do setor empresarial da Região Autónoma da Madeira.

A adoção de uma estrutura de Governance, em consonância com a estratégia da empresa no âmbito do setor das empresas de interesse económico geral, o cumprimento das obrigações de serviço público e com as orientações de gestão emanadas pelo acionista, assente na transparência, controlo e eficiência, é considerada uma das questões fundamentais para a sustentabilidade da SDPS.

6.1. MISSÃO, OBJETIVOS E POLÍTICA DA EMPRESA

O enquadramento jurídico da SDPS – Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo S.A. é dado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 16/1999/M, de 18 de maio, com as alterações introduzidas pelo Decreto Legislativo Regional n.º 2/2018/M, de 09/01, diploma que sujeita à cobrança coerciva alguns tipos de créditos da SDPS.


É uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, que prossegue fins de interesse público, sendo que a 31 de dezembro de 2020 a sua estrutura societária era detida em 98,74% pela Região Autónoma da Madeira¹² e pelo Município do Porto Santo em 1,26%.

Desde 2014, a SDPS integra o setor público empresarial da Região Autónoma da Madeira, sob a forma de EPR - Empresa Pública Reclassificada.

Apresenta-se com a designação comercial de Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo e tem por objeto social conceber, promover, construir e gerir projetos, ações e empreendimentos que contribuam para o desenvolvimento económico, social, desportivo e cultural daquela ilha, tendo no seu escopo, a realização de fins de interesse público.

A sua constituição permitiu dotar aquele concelho de investimentos que contribuíram, de forma inegável, para o desenvolvimento, atraindo investimento privado que permitiu dinamizar a economia local, e proporcionar à população um conjunto de infraestruturas de lazer que contribuem para a sua qualidade de vida.

¹² Cujas tutelas estão cometidas à Secretaria Regional de Equipamentos e Infraestruturas, conforme determinado no Decreto Regulamentar Regional n.º 8-A/2019/M, de 9 de novembro.



Compete-lhe, ainda, o exercício das competências e prerrogativas da Região Autónoma da Madeira, em prol do desenvolvimento sócio económico da Ilha do Porto Santo de um modo particular e da RAM no seu todo. Tendo presente o objeto social, as obrigações de serviço público e as atribuições que foram acometidas à SDPS, esta tem por:

Missão

A missão da SDPS consiste em promover o desenvolvimento económico, social, desportivo e cultural da ilha do Porto Santo.

Visão

A ação da SDPS visa a rentabilização dos ativos que lhe estão afetos, através da conceção, promoção, construção e gestão de projetos, ações e empreendimentos.

Valores

- Responsabilidade
- Compromisso
- Excelência
- Transparência
- Inovação

Os diversos instrumentos, estratégias e programas existentes, deverão ser aproveitados pela SDPS e demais parceiros, para a melhoria e a otimização dos níveis de serviço e da capacidade competitiva da RAM, em especial no que respeita à:

- Contribuição da empresa para o desenvolvimento social, turístico e económico da Região Autónoma da Madeira;
- Posicionamento de singularidade e atuação numa lógica de negócio colocando as suas infraestruturas no mercado;
- Envolvimento e criação de sinergias com os parceiros de negócio, de um modo muito particular com os parceiros privados.

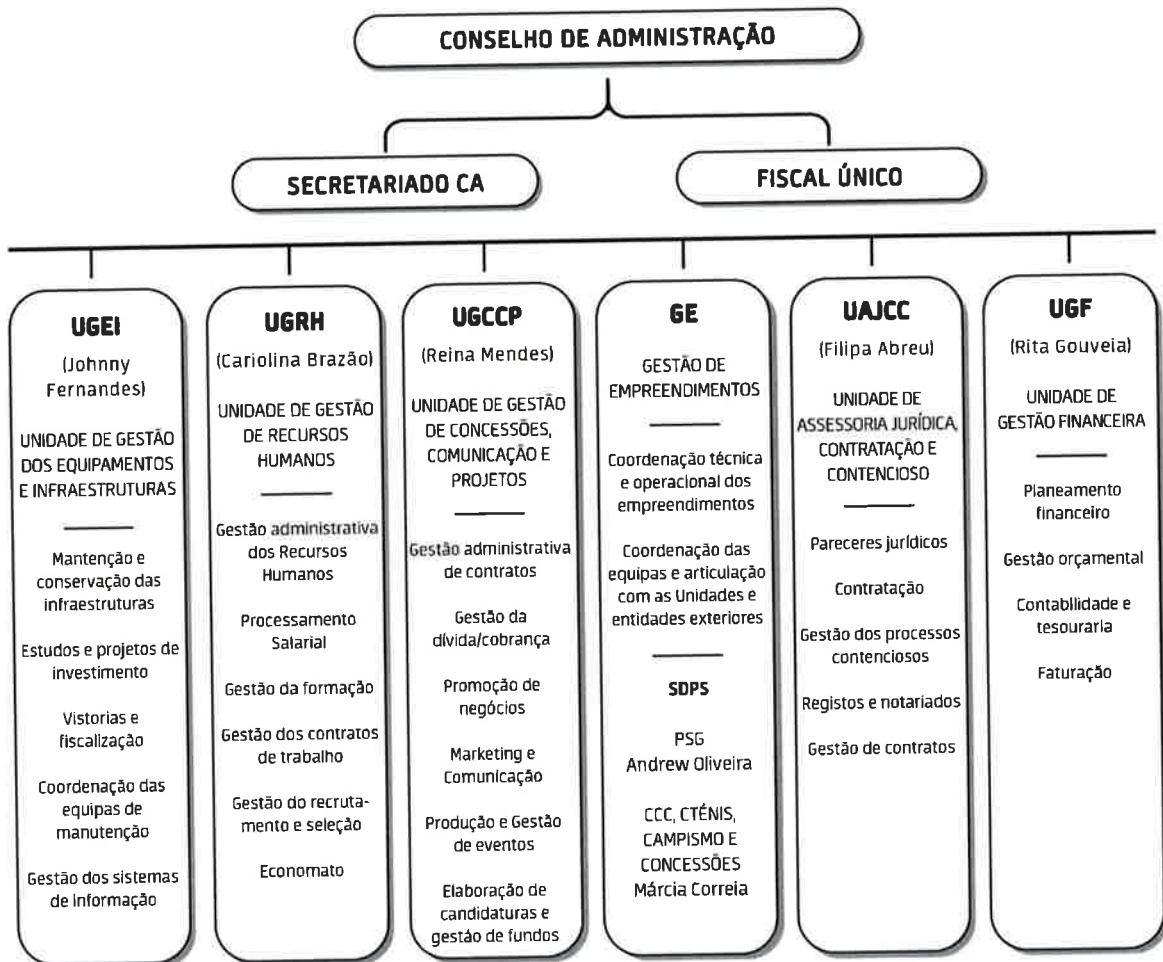


O ano de 2021 caracterizou-se pela retoma gradual da economia regional, refletida nas consequências da Pandemia COVID 19, onde por razões sobejamente reconhecidas, os fluxos de turismo e a circulação das pessoas foram fortemente penalizadoras da atividade da empresa.

6.2. ENQUADRAMENTO ORGANIZACIONAL

Desde 2012 que existem serviços partilhados entre a SDPS e as restantes três Sociedades de Desenvolvimento (Ponta do Oeste – Sociedade de Promoção e Desenvolvimento da Zona Oeste da Madeira, S.A., SDNM – Sociedade de Promoção e Desenvolvimento da Zona Oeste da madeira e SMD – Sociedade Metropolitana de Desenvolvimento, S.A.).

A estrutura organizacional da SDPS, que é comum às quatro Sociedades de Desenvolvimento, é a patente no organigrama infra:



Fonte: SDPS

6.3. ORIENTAÇÕES DE GESTÃO

Os objetivos estratégicos e operacionais definidos para 2021, vertidos no Plano de Atividades para 2021 foram aprovados pelo acionista em Assembleia Geral realizada a 29 de dezembro de 2020.

6.4. ENQUADRAMENTO LEGAL E REGULAMENTOS INTERNOS

A complexidade do enquadramento legal da SDPS, enquanto empresa pública reclassificada, condiciona a atividade da empresa, aplicando-se regulamentação muito diversa, desde o Código das Sociedades Comerciais ao Código da Contratação Pública, desde as normas da Contabilidade Orçamental às normas da Contabilidade Patrimonial.

Alguns regulamentos, pela sua relevância e especificidade, podem ser consultados no sítio das Sociedades de Desenvolvimento www.sociedadesdesenvolvimento.com.

Indicam-se os principais regulamentos externos:

- Lei n.º 58/2005, de 29/12: aprova a Lei da Água, transpondo para a ordem jurídica nacional a Diretiva n.º 2000/60/CE do Parlamento e do Conselho e estabelece as bases e o quadro institucional para a gestão sustentável das águas;
- Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31/05: estabelece o regime da utilização dos recursos hídricos;
- Decreto Legislativo Regional n.º 13/2010/M, de 5/08: estabelece o Regime Jurídico do Setor Empresarial da Região Autónoma da Madeira;
- Alterações ao SERAM;
- Estatuto Jurídico do Gestor público;
- Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31/10: estabelece o Regime Jurídico de Avaliação de Impacte Ambiental;
- Lei de Enquadramento Orçamental;
- Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso;
- Código da Contratação Pública;
- Orçamentos de Estado e da Região Autónoma da Madeira.

Regulamentos Internos:

- Preçários aplicáveis às infraestruturas e empreendimentos da SDPS;

- Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas;
- Código de Ética e Conduta;
- Plano de Contingência COVID – 19;
- Plano de Retoma da Atividade – mitigação das medidas COVID – 19;
- Regulamento de pagamentos;
- Certificação de Boas Práticas na Gestão de Riscos Biológicos associados ao COVID-19;
- Normas e circulares emitidas pelo Conselho de Administração e Coordenadores de gestão corrente dos serviços.



6.5. IDENTIFICAÇÃO E ESTRUTURA DOS ÓRGÃOS SOCIAIS – TRIÉNIO 2020-2022

A 31 de dezembro de 2021 a composição dos órgãos sociais, eleitos em Assembleia Geral realizada em 30 de dezembro de 2019, era a seguinte:

6.5.1. MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente: Francisco António Caldas Taboada

Secretário: Agostinho Pedro Gonçalves Marcial da Câmara

6.5.2. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente: Nivalda Nunes da Silva Gonçalves

Vogal Executivo: Maria de Fátima Pita Carvalho Correia

Vogal Executivo: Ricardo Jorge Santana Morna Jardim

Vogal Não Executivo: Júlia Isabel Vieira Lopes

Vogal Não Executivo: António Paulo Andrade Costa

Na estrutura de gestão do Conselho de Administração não existem comissões especializadas.

6.5.3. FISCAL ÚNICO

Efetivo: PKF – SROC, S.A., representada pelo sócio José de Sousa Santos

Suplente: Tiago Licínio da Costa Romeiro da Rocha

6.5.4. CONTABILISTA CERTIFICADO

Embora não sendo parte integrante de um órgão social, de realçar que as funções de contabilista certificado, exercidas nos termos e para os efeitos dos Estatutos do Contabilista Certificado, são desempenhadas pela Opção Divina, Lda., representada pelo contabilista Certificado Roberto Luís da Silva Vaz Barros, inscrito na Ordem dos Contabilistas Certificados com o n.º 81367.

6.5.5. FUNÇÕES EXERCIDAS NOUTRAS EMPRESAS / REPRESENTAÇÃO

Os membros do Conselho de Administração desempenham funções, em regime de acumulação¹³, autorizado por Despacho Conjunto do Vice Presidente do Governo Regional e dos Assuntos Parlamentares e do Secretário Regional de Equipamentos e Infraestruturas, datado de 2 de janeiro de 2020, na SDPS-Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo, S.A., SDNM-Sociedade de Desenvolvimento do Norte da Madeira, S.A., SMD – Sociedade Metropolitana de Desenvolvimento e na Ponta do Oeste-Sociedade de Promoção e Desenvolvimento da Zona Oeste da Madeira, S.A.

6.5.6. SÍNTESE CURRICULAR DOS MEMBROS EXECUTIVOS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E ÁREA DE TUTELA

O Conselho de Administração é constituído por cinco membros:

- Membros executivos:
 - 1 Presidente;
 - 2 vogais.
- Membros não executivos:
 - 2 vogais.

Em cumprimento do artigo 405.º do Código das Sociedades Comerciais foi aprovado o RFCA - Regulamento de Funcionamento do Conselho de Administração.

Nos termos do artigo 12.º dos Estatutos da SDPS – Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo, S.A, tem como principais competências:

¹³ De acordo com os critérios previstos na Resolução n.º 392/2015, de 19 de maio.

1. Assegurar a gestão dos negócios da Sociedade e praticar todos os atos necessários à prossecução do seu objeto social que não caibam na competência atribuída a outros órgãos, cabendo-lhe, designadamente:
- a) Elaborar o plano de atividades, anual e plurianual;
 - b) Elaborar o orçamento e acompanhar a sua execução;
 - c) Adquirir, alienar ou onerar participações no capital de outras sociedades, bem como obrigações e outros títulos semelhantes;
 - d) Representar a Sociedade em juízo e fora dele, ativa e passivamente, propor e acompanhar ações, confessar, desistir, transigir e aceitar compromissos arbitrais;
 - e) Adquirir, alienar ou onerar bens imóveis;
 - f) Deliberar sobre a realização de empréstimos ou outras operações financeiras no mercado financeiro, ressalvados os limites legais;
 - g) Estabelecer a organização técnico-administrativa da Sociedade;
 - h) Decidir sobre a admissão de pessoal e sua remuneração;
 - i) Constituir procuradores e mandatários da Sociedade, nos termos que julgue convenientes;
 - j) Exercer as demais competências que lhe caibam por lei, independentemente e sem prejuízo das que lhe sejam delegadas pela assembleia geral.
2. Delegação de competências; Sem prejuízo do disposto no n.º 2 do artigo 407.º do Código das Sociedades Comerciais, o conselho de administração poderá delegar em algum ou alguns dos seus membros ou em comissões especiais algum ou alguns dos poderes, conforme consta do Regulamento de funcionamento do Conselho de Administração.

Incumbe, especialmente, à Presidente do Conselho de Administração:

- a) Representar o conselho em juízo e fora dele;
- b) Coordenar a atividade do conselho de administração e convocar e dirigir as respetivas reuniões;
- c) Zelar pela correta execução das deliberações do conselho de administração.

Em cumprimento do disposto no artigo 13.º dos Estatutos da SDPS – Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo, S.A e do RFCA, o Conselho de Administração reúne

ordinariamente duas vezes por semana e extraordinariamente sempre que convocado pela Presidente, por sua iniciativa ou a solicitação de dois administradores e conforme consta do Regulamento de funcionamento do Conselho de Administração.

Nos termos do artigo 14.º dos Estatutos da SDPS – Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo, S.A, a Sociedade obriga-se:

- a) Pela assinatura da Presidente do Conselho de Administração;
- b) Pela assinatura dos dois vogais do Conselho de Administração, nos termos da respetiva delegação de poderes;
- c) Pela assinatura de um membro do Conselho de Administração e de um mandatário ou procurador da Sociedade, nos termos dos respetivos poderes;
- d) Pela assinatura de um mandatário ou procurador da Sociedade, nos termos dos respetivos poderes.
- e) Em assuntos de mero expediente, pela assinatura de um dos vogais do Conselho de Administração.

Nos termos do RFCA, a forma de obrigar pagamentos e levantamento de fundos é a seguinte:

- a) As autorizações para o pagamento de despesas e para o levantamento de fundos serão efetuadas pela emissão de cheques, ordem de transferência de fundos ou de crédito em conta bancária e ainda através de outra forma que se imponha, decorrente das condições de utilização da plataforma da Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública – IGCP, E.P.E;
- b) Os documentos são nominativos e obrigam a duas assinaturas do Conselho de Administração, independentemente do definido nos Estatutos desta Sociedade e no procedimento operacional de utilização da plataforma do IGCP.

Nos parágrafos seguintes é apresentada uma síntese dos elementos curriculares de todos os membros do Conselho de Administração.

Presidente: Nivalda Nunes da Silva Gonçalves

Formação Académica

- Licenciatura em Gestão de Instituições Financeiras - Universidade da Madeira
- Formação Pedagógica de Formadores, pela Magna Voce

- Pós-Graduação em Direitos do Consumidor, pela Universidade de Coimbra

Atividade Profissional Atual

- Desde março de 2018 - Presidente do Conselho de Administração da Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo, S.A., Sociedade Metropolitana de Desenvolvimento, S.A., Sociedade de Desenvolvimento do Norte da Madeira, S.A. e Ponta do Oeste – Sociedade de Promoção e Desenvolvimento da Zona Oeste da Madeira, S.A..



Atividade Profissional Anterior

- De outubro de 2017 a março de 2018 - Deputada na Assembleia Legislativa da Madeira
- De maio de 2015 a agosto de 2017 - Presidente da IHM – Investimentos Habitacionais da Madeira, EPERAM
- De outubro 2004 a abril de 2015 - Deputada na Assembleia Legislativa da Madeira
- De janeiro de 2000 a outubro de 2004 - Gestora de clientes no Millennium BCP
- De julho de 1998 a novembro a 1999 - Estágio em Contabilidade
- De julho 1997 a setembro 1997 - Apoio nas atividades de secretaria e faturação

Vogal Executivo: Maria de Fátima Pita Carvalho Correia

Formação Académica

- Licenciatura em Política Social no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa
- Pós-Graduação em Gestão Portuária e Transporte Intermodal no Instituto Superior de Transportes
- Pós-Graduação em Estudos Europeus, variante de Economia, Centro de Estudos Europeus da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra
- Pós-Graduação em Direito do Trabalho na Faculdade de Direito na Universidade Clássica de Lisboa
- Frequência da Licenciatura em Gestão na Universidade da Madeira
- 5.º Ano de Língua Francesa – Alliance Française



- Curso de Desenvolvimento de Competências de Gestão e Administração no Instituto de Planeamento e Desenvolvimento do Turismo

Atividade Profissional Atual

- Desde novembro de 2019, Vogal do Conselho de Administração da Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo, S.A., Sociedade Metropolitana de Desenvolvimento, S.A., Sociedade de Desenvolvimento do Norte da Madeira, S.A. e Ponta do Oeste – Sociedade de Promoção e Desenvolvimento da Zona Oeste da Madeira, S.A..

Atividade Profissional Anterior

- De março de 2014 a dezembro de 2016 e de outubro de 2017 a outubro de 2019 - Vogal Executiva do Conselho de Administração da APRAM-Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A.
- De maio de 2012 a março de 2014 – Vogal da Mesa da Assembleia Geral da APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A.
- De maio de 2010 a março de 2014 - Diretora Administrativa e de Recursos Humanos na APRAM, S.A.
- De março de 2001 a abril de 2010 - Diretora de Recursos Humanos na APRAM, S.A.
- De novembro de 1997 a fevereiro de 2001 - Diretora Administrativa, Financeira e de Recursos Humanos na Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, IP
- De abril de 1986 a agosto de 1991 - Técnica Superior no Gabinete de Estudos e Planeamento da Secretaria Regional do Plano e na Direção Regional de Portos
- De janeiro a abril de 1985 - Docente na Escola Secundária Dr. Ângelo Augusto da Silva, Funchal
- De outubro de 1984 a outubro de 1985 - Estágio profissional na UBP-União de Bancos Portugueses

Participação em Comissões/Grupos de Trabalho

- Integrou grupos de trabalho para a elaboração de propostas de diplomas de adaptação de legislação ao sector portuário da RAM
- Colaborou, na qualidade de representante regional, na elaboração da proposta do Decreto-Lei de racionalização de efetivos no sector portuário (reforma antecipada)

- Representante da APRAM, S.A. como membro suplente no Centro de Coordenação Operacional Regional
- Representante suplente da RAM no Observatório da Cabotagem Insular e na Comissão de Planeamento e Emergência do Transporte Marítimo
- Representante no grupo de trabalho previsto no DL n.º 51/2016, de 23 de agosto, que regula as condições para a obtenção do peso bruto verificado de cada contentor para exportação abrangido pela Convenção Internacional sobre a Segurança de Contentores (CSC), 1972, que é carregado num navio a que se aplique o capítulo VI da Convenção Salva-guarda da Vida Humana no Mar (SOLAS), 1974, e fixa as condições de credenciação necessárias
- Representante suplente da RAM no CCPTMP – Conselho consultivo para a proteção do transporte marítimo e dos portos

Vogal Executivo: Ricardo Jorge Santana Morna Jardim

Formação Académica

- Licenciatura em Organização e Gestão de Empresas no ISCTE-Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa

Atividade Profissional Atual

- Desde janeiro de 2020 - Vogal do Conselho de Administração da Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo, S.A., Sociedade Metropolitana de Desenvolvimento, S.A., Sociedade de Desenvolvimento do Norte da Madeira, S.A. e Ponta do Oeste – Sociedade de Promoção e Desenvolvimento da Zona Oeste da Madeira, S.A..

Atividade Profissional Anterior

- De 2001 a 2019 - Presidente do Conselho de Administração da Sociedade Madeira Parques Empresariais, Sociedade Gestora S.A.
- De 1995 a 2001 - Sócio-Gerente do CELFF-Centro de Estudos, Línguas e Formação do Funchal, Lda.
- De 1994 a 1995 - Diretor de operações do Grupo Jerónimo Martins
- De 1991 a 1994 - Conselho de Gerência da Codibal-Comércio e distribuição de bebidas e alimentação, Lda.



SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO
DO PORTO SANTO, S.A.

- De 1989 a 1994 - Administrador da Madibel-Indústria de Alimentos e Bebidas, S.A.

Vogal Não Executivo: António Paulo Andrade Costa

Formação Académica

- Licenciatura em Arquitetura pela Faculdade de Arquitetura da Universidade Técnica de Lisboa

Atividade Profissional atual

- Técnico Superior Arquitetura, Governo Regional da Madeira, Secretaria Regional dos Equipamentos e Infraestruturas;
- Vogal Não Executivo do Conselho de Administração das Sociedades de Desenvolvimento.

Atividade Profissional Anterior

- De 2011 a 2016 - Técnico Superior Arquitetura, do Governo Regional da Madeira, Secretaria Regional dos Assuntos Parlamentares e Europeus;
- De 2007 a 2011 - Técnico Superior Arquitetura, do Governo Regional da Madeira, Secretaria Regional Equipamento Social;
- De 1986 a 2007 - Técnico Superior Arquitetura, do Governo Regional da Madeira, Secretaria Regional Equipamento Social e Transportes;
- De 1993 a 2007 - Arquiteto/Consultor na elaboração de pareceres sobre projetos de Arquitetura de empreendimentos hoteleiros e similares no âmbito das competências da Direção Regional do Turismo, Secretaria Regional do Turismo e Cultura
- De 1986 a 2007 - Técnico Superior Arquitetura, Governo Regional da Madeira Secretaria Regional dos Equipamentos e Infraestruturas
- De 1985 a 1986 - Docente na Escola da Levada, das disciplinas de Projeto de Construção e de Medições e Custos, do Curso Técnico Profissional de Construção Civil (Pós-Laboral);
- De 1979 a 1980 - Docente na Escola Preparatória do Porto Santo, das disciplinas de Educação Visual e Físico-química
- Em 1979 - Docente na Escola Preparatória da Achada, das disciplinas de Educação Visual.



Vogal Não Executivo – Júlia Isabel Vieira Lopes

Formação Académica

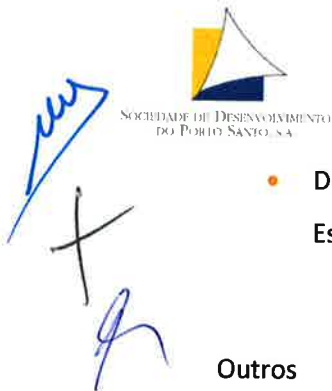
- Licenciatura em Direito, menção de Jurídico/Económicas, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa;
- Estágio de Advocacia no Centro Distrital de Estágio da Ordem dos Advogados da Madeira terminado a 11 de maio de 1992;
- Detentora da Cédula Profissional de Advogado n.º 88M, emitida pela Ordem dos Advogados em 11 de junho de 1993, ora suspensa;
- Frequência do curso de pós-licenciatura em Estudos Europeus, da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra;
- Pós-Graduação em Direito das Sociedades Comerciais, promovido em parceria entre o Conselho Distrital de Lisboa da Ordem dos Advogados e o Instituto Superior de Gestão.

Atividade Profissional Atual:

- Técnica Superior no Gabinete Jurídico da Vice-Presidência do Governo Regional e Assuntos Parlamentares;
- Vogal Não Executivo do Conselho de Administração das Sociedades de Desenvolvimento.

Atividade Profissional Anterior:

- De 2015 a 2019 exerceu funções de Chefe de Gabinete da Secretaria Regional do Ambiente e Recursos Naturais;
- De 2012 a 2015, face à reestruturação de serviços operada da Secretaria Regional do Plano e Finanças exerceu as funções de Diretora do Gabinete Jurídico e da Zona Franca da Secretaria Regional das Finanças;
- De 1993 a 2011 exerceu as funções de Diretora do Gabinete de Estudos e Pareceres Jurídico, órgão de apoio direto ao Secretário Regional das Finanças;
- De 1990 a 1993 desempenhou as funções no Gabinete de Estudos e Pareceres Jurídicos da Secretaria Regional das Finanças;



- De 1989 a 1990 ingressou na função pública, tendo exercido funções no Gabinete de Estudos e Pareceres Jurídicos da Vice-Presidência e Coordenação Económica.

Outros

- De 1997 a 2006 exerceu, na qualidade de representante do Governo Regional, as funções de Vogal e de Presidente do Conselho de Administração da empresa “Planal - Sociedade de Planeamento e Desenvolvimento da Madeira, S.A.”;
- De 2011 a 2015 exerceu as funções de vogal sem funções executivas do Conselho Administrativo único das Sociedades de Desenvolvimento do Norte da Madeira. S.A., Zona Oeste- Ponta Oeste, S.A., Metropolitana de Desenvolvimento, S.A. e do Porto Santo, S.A.;
- De 2015 a 2019 exerceu as funções de Vice-Presidente da Assembleia Geral da Empresa “ARM-Águas e Resíduos da Madeira, S.A.”.

6.5.7. REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

As remunerações dos membros dos Órgãos Sociais são as seguintes:

Assembleia Geral

- Presidente: não auferir qualquer remuneração pelo exercício do cargo.
- Secretário: não auferir qualquer remuneração pelo exercício do cargo.

Fiscal Único

- A remuneração auferida pelo Fiscal Único, PKF – SROC, S.A., durante o ano de 2021, foi de 3.904€.

Conselho de Administração

- Os membros do Conselho de Administração auferiram as remunerações e demais regalias sociais fixadas por Deliberação da Assembleia Geral da SMD, de 30 de dezembro de 2019, indicadas no quadro infra:

QUADRO 18 – RESUMO TOTAL DAS REMUNERAÇÕES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Descrição	Nivalda Gonçalves	Fátima Carvalho ¹⁴	Ricardo Morna	Júlia Lopes	Paulo Costa
Remuneração Base	9.526,92€	11.897,76€	7.933,20€	1.983,36€	1.983,36€
Subsídio de Férias/Natal	1.587,82€	1.982,96€	1.322,20€		
Subsídio de Alimentação	265,94€	262,36€	265,94€		
Despesas de Representação	4.011,36€	3.340,32€	3.340,32€		
CGA/Segurança Social/AT	3.989,49€	4.090,04€	2.991,46€	471,00€	471,00€
Comunicações			142,55€		
TOTAL	19.381,53€	21.573,44€	15.995,67€	2.454,36€	2.454,36€

Fonte: SDPS

- As despesas de representação foram processadas 12 meses.
- Todos os administradores estão inscritos e descontam para a Caixa Geral de Aposentações, Segurança Social, SAMS e ADSE, consoante a situação aplicável.
- Não existem planos complementares de reforma.
- Não foram atribuídos prémios de gestão.

6.6. REUNIÕES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DECISÕES MAIS RELEVANTES


No exercício de 2021 foram realizadas 86 reuniões, tendo sido tomadas 176 deliberações pelo Conselho de Administração. Nestas, estão incluídas 2 reuniões de Conselho de Administração alargado¹⁵.

¹⁴ A Vogal executiva optou vencimento do lugar de origem, nos termos do n.º 8 do artigo 23.º do Estatuto do Gestor Público das Empresas Públicas da Região Autónoma da Madeira, autorizado por Sua Excelência o Vice-Presidente do Governo Regional e Assuntos Parlamentares e a autorização expressa na eleição dos membros para os órgãos sociais.

¹⁵ Conselho de Administração com a presença dos vogais não executivos.

Destacamos as seguintes deliberações tomadas no exercício de 2021:

6.6.1. GOVERNO DAS SOCIEDADES

- 
- Aprovar o Relatório de Gestão, Contas do Exercício e demais documentos de Prestação de Contas relativos ao exercício findo em trinta e um de dezembro de dois mil e vinte e submetê-lo à apreciação e aprovação da Assembleia Geral;
 - Propor ao acionista a celebração de contratos programa ao abrigo dos montantes aprovados no ORAM 2021 para financiamento de projetos PIDDAR, através do fundo de Coesão Nacional;
 - Propor ao acionista a celebração de Contrato Programa para o financiamento do défice de exploração resultante da perda de receita afetas à prevenção, contenção, mitigação e tratamento da COVID -19 em 2021;
 - Aprovar as alterações ao Plano de Contingência e implementar nas instalações da SDPS no âmbito da pandemia COVID – 19, na sequência das sucessivas orientações das Autoridades de Saúde;
 - Aprovar a constituição dos Fundos de Maneio no ano de 2021;
 - Aprovar a Minuta Tipo para Acordo de Regularização de Dívida entre terceiros e as Sociedades de Desenvolvimento em virtude de atrasos no pagamento resultantes do impacto do Covid-19;
 - Aprovar o Relatório de Execução do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas de 2020;
 - Aprovar o Relatório de Execução Orçamental do 1.º trimestre de 2021;
 - Aprovar o Relatório de Execução Orçamental do 2.º Semestre de 2021;
 - Aprovar o Relatório de Execução Orçamental do 3.º Trimestre de 2021;
 - Aprovar a atualização dos Tarifários para o Campo de Golfe do Porto Santo, Centro Cultural e de Congresso e Complexo de Ténis;
 - Aprovar o Regulamento e atualização do tarifário do Estacionamento do Porto Santo;
 - Autorizar a libertação de garantia bancária da Empreitada de Arranjos do Pavimento Térreo das garagens do CCCPS;
 - Aprovar a minuta de protocolo entre a Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo e o Diário de Notícias;

- Adjudicar o seguro para a viatura Renault Kangoo Express;
- Autorizar a libertação de garantia bancária da Empreitada do Lago junto ao Club House do Porto Santo Golfe;




6.6.2. REPRESENTAÇÃO DA SDPS EM COMISSÕES E GRUPOS DE TRABALHO

A SDPS fez-se representar na Comissão Consultiva do POTRAM pelo Arquiteto Saulo Nunes, que integra a Unidade de Gestão dos Equipamentos e Infraestruturas (UGEI).

6.6.3. RECURSOS HUMANOS

- Apresentar candidatura aos:
 - Programa MAIS;
 - Programa Ocupacional de Desempregados (POT);
- Aprovar os mapas de férias para o ano de 2021;
- Autorizar a cedência por interesse público de uma técnica superior para o cargo em comissão de serviço na PATRIRAM;
- Prorrogar a cedência de interesse público de uma Técnica Superior na Secretaria Regional da Saúde;
- Solicitar, via tutela, a atribuição de suplementos remuneratórios;
- Propor à Assembleia Geral a remuneração da dupla insularidade e a atualização salarial, por analogia com as remunerações dos trabalhadores em funções públicas;
- Aquisição de Serviços de Higiene, Segurança e Saúde no Trabalho - Concurso Público n.º 01/2021;
- Aprovar o Relatório de Execução do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas de 2021 e Plano de Prevenção de Riscos de Gestão de 2021;
- Aprovar a Renovação da Comissão de Serviço dos Coordenadores e as minutas de contrato de trabalho em regime de comissão de serviço;
- Autorizar a cedência de interesse público de duas técnicas administrativas para a Secretaria Regional das Finanças.

6.6.4. GESTÃO FINANCEIRA / EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO / ARD'S

- 
- Aprovar o Acordo de Regularização de Dívida entre a entidade Vila Baleira Porto Santo, S. A. e a Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo, S. A.;
 - Aprovar o Acordo de Regularização de Dívida entre a pessoa coletiva Edimade - Edificadora da Madeira S.A. e SDPS, S.A.;
 - Autorizar a contratação da “Prestação de serviços de contabilidade e cumprimento de todas as formalidades associadas às funções de Contabilista Certificado” para as Sociedades de Desenvolvimento;
 - Autorizar a emissão e utilização de cartões recarregáveis e fundo de maneo nominativo;
 - Autorizar a participação no IGTM 2021, em parceria com a APMadeira e autorizar as despesas inerentes à deslocação;
 - Autorizar o pagamento da Taxa de Utilização do Domínio Público Marítimo referente ao ano 2021;
 - Autorizar o pagamento de quota 2021 SDPS - Associação de Promoção da Madeira


6.6.5. GESTÃO DOCUMENTAL E IMPLEMENTAÇÃO DO GOVERNO ELETRÓNICO

- Aprovar templates com a Uniformização das Minutas de informações e ofícios das Sociedades de Desenvolvimento;
- Autorizar a aquisição da Plataforma de gestão de reservas para o Complexo de Ténis do Porto Santo;
- Autorizar a Prestação de Serviços de Disponibilização de Plataforma de Gestão Documental para as Sociedades de Desenvolvimento;
- Autorizar a aquisição de equipamento informático e licenças Office;
- Adjudicar a Prestação de Serviços para Utilização de Plataforma Eletrónica de Contratação Pública pelas Sociedades de Desenvolvimento – Procedimento de Ajuste Direto;
- Adjudicar a aquisição de Serviços para Gestão Documental e Arquivo pelas Sociedades de Desenvolvimento.

6.6.6. CONTRATOS DE ARRENDAMENTO, ATRIBUIÇÃO DE LICENÇAS E CONTRATOS DE CONCESSÕES

- Aprovar o Aditamento ao contrato de arrendamento celebrado entre a Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo, S.A. e a Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira a 13 de fevereiro de 2020;
- Aprovar o Aditamento ao contrato de Arrendamento para fins não habitacionais entre a SDPS, S.A. e Galp Madeira, S.A.
- Autorizar a alienação da Viatura ALFA ROMEO 156 1.9 JTD 22-30-ST para abate e aprovar a proposta apresentada;
- Autorizar a alienação da viatura de passageiros SUZUKI FT GRAND VITARA 30-36-VE, Buggies EZGO e Viatura Volkswagen Passat 06-21-TC para Abate e aprovar a proposta apresentada;
- Autorizar a Concessão de Exploração de um Espaço Comercial no Centro de Artesanato do Porto Santo e aprovar a minuta de contrato;
- Autorizar a Instalação de Caixa Automática da Rede ATM EXPRESS e aprovar a minuta de contrato;
- Autorizar o arrendamento de instalações do Parque de Campismo Casa do Voluntário – Porto Santo Inclusivo e aprovar a minuta de contrato;
- Autorizar o Contrato de arrendamento da sala Ilhéu das Cenouras - Porto Santo e aprovar a minuta de contrato;
- Autorizar o Contrato de Cedência da Gestão, Exploração e Manutenção ao Município da Praça do Barqueiro, camarins integrantes do antigo Edifício do Mercado, Passeio Dunar e Praça e área circundante dos Edifícios Câmara Municipal e Centro de Congressos e aprovar a minuta de contrato;
- Autorizar o pedido de utilização das instalações do CCCPS para a vacinação contra a COVID-19 – SRS – Secretaria Regional da Saúde e Proteção Civil;
- Autorizar para aquisição por via do direito privado de três parcelas necessárias na Construção do Campo de Golfe do Porto Santo e Complexo de Ténis, ambos propriedade da SDPS, S.A.
- Autorizar a utilização do Auditório e Campo de Padel, mediante desconto, para:




- 
- A Conferência Da Democratização à Democracia Cultural: Repensando Instituições e Práticas
 - Torneio de Sto. António de padel realizado pela associação desportiva os Profetas
 - Jornadas Madeira 2021;

6.6.7. EMPREITADAS, AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS

- Adjudicar a prestação de serviços de Greenkeeper para o Porto Santo Golfe;
- Adjudicar o Estudo de Viabilidade Económico Financeiro para a alienação o Porto Santo Golf Resort - 1ª fase;
- Autorizar a aquisição de 12 baterias de 6 V para buggies;
- Autorizar a aquisição de Agentes e Produtos Fitofarmacêuticos para o Tratamento do Campo de Golfe do Porto Santo;
- Autorizar a aquisição de Viaturas Comerciais para a Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo, S.A.;
- Autorizar a aquisição de Equipamentos e Software, e a Prestação de Serviços de Assistência Técnica para o Parque de Estacionamento do CCCPS;
- Autorizar a aquisição de estrutura para promoção de todos os empreendimentos da SDPS;
- Autorizar a aquisição de materiais de proteção e desinfeção no âmbito do COVID-19;
- Autorizar a aquisição de Peças e Serviços para o Sistema de Rega do Campo de Golfe do Porto Santo;
- Autorizar a aquisição de Peças para as Máquinas de Manutenção das Zonas de Greens, Fairways e Roughts do Campo de Golfe do Porto Santo;
- Autorizar a aquisição de serviços de Assistência Técnica Eletromecânica;
- Autorizar a aquisição de Serviços para Acesso a Bases de Dados e outros Conteúdos Jurídicos pela SDPS, S.A. ;
- Autorizar a Empreitada de Reabilitação do Centro Hípico do Porto Santo e aprovar a minuta do contrato;
- Autorizar a prestação de serviços de “Técnico Responsável pela Exploração das Instalações Elétricas dos Empreendimentos das Sociedades de Desenvolvimento”;

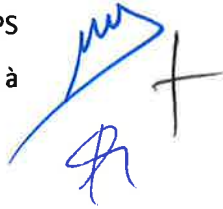
- Autorizar a prestação de Serviços de Fiscalização e Coordenação de Segurança da Empreitada de Reabilitação do Centro Hípico do Porto Santo;
- Autorizar a prestação de serviços de grua para desmantelar estruturas metálicas – Estádio Desportos de Praia;
- Autorizar a Prestação de Serviços de Higiene, Segurança e Saúde no Trabalho;
- Autorizar a prestação de serviços de Manutenção Preventiva do Gerador de Emergência do Centro Cultural de Congressos e Manutenção Preventiva dos Sistemas de Emergência do Centro Cultural e de Congressos e do Campo de Golfe do Porto Santo;
- Autorizar a Prestação de Serviços do Programa de Monitorização do Campo de Golfe do Porto Santo;
- Autorizar a prestação de serviços para elaboração de Avaliação Imobiliária de 39 lotes de terreno integrados no Loteamento do Porto Santo Golf Resort (Loteamento 1ª Fase A);
- Autorizar a prestação de serviços para Elaboração de Projeto de Arquitetura e Especialidades para o Complexo de Ténis do Porto Santo;
- Autorizar a prestação de serviços de Revisão do Projeto para a Reabilitação do Complexo de Ténis do Porto Santo;
- Autorizar a prestação de serviços para Elaboração de Projeto de Execução para Reabilitação do Empreendimento do Mercado do Porto Santo;
- Autorizar a prestação de serviços para o levantamento Topográfico do Parque de Campismo do Porto Santo;
- Autorizar a reabilitação da iluminação exterior e de acesso ao Centro Hípico do Porto Santo;
- Autorizar a reparação de Bomba SP95-9 e Fornecimento e Instalação de Motor Elétrico para o Sistema de Bombagem de Rega do Campo de Golfe do Porto Santo;
- Autorizar o fornecimento de Bomba EBARA Versatyle - SG1000 para o Centro Cultural e de Congressos, e Desmontagem, Transporte e Diagnóstico da Geradora de Emergência do Campo de Golfe do Porto Santo;
- Autorizar o fornecimento e instalação de peças e equipamentos para a correção das anomalias detetadas nos equipamentos de extinção de incêndios dos empreendimentos da SDPS;

- 
- Autorizar o fornecimento e substituição de uma botoneira de cabina completa no elevador n.º 2 do Centro Cultural e de Congressos do Porto Santo;
 - Autorizar o Fornecimento e Transporte de duas unidades - Resfriador de Óleo para a Maquinaria John Deere - Progator 2030Aum;
 - Autorizar o Fornecimento, Instalação e Assistência Técnica do Sistema de Gestão do Parque de Estacionamento do Centro Cultural e de Congressos do Porto Santo;
 - Autorizar o Início de Procedimento para a Elaboração de Certificação Energética dos Empreendimentos do Centro Cultural e de Congressos e do Campo de Golfe do Porto Santo, com vista à candidatura ao programa REACT;
 - Autorizar o início de procedimento para a Prestação de Serviços de Telecomunicações e Equipamentos;
 - Autorizar os trabalhos de Manutenção Preventiva e Curativa do Sistema de AVAC do Centro Cultural e de Congressos do Porto Santo – 2021
 - Autorizar os trabalhos de recuperação do muro de suporte no limite do Campo de Golfe do Porto Santo;
 - Autorizar os trabalhos de Reparação da vedação do Campo de Golfe do Porto Santo;
 - Autorizar os trabalhos de Reparação do Sistema SADI, CCTV e SADCO do Centro Cultural e de Congressos do Porto Santo;
 - Autorizar os trabalhos de Reparação e Manutenção dos Sistemas de Segurança de deteção de Incêndios e de Intrusão do Complexo de Ténis e Campo de Golfe do Porto Santo.

6.6.8. APOSSORIA JURÍDICA / CONTENCIOSO

- Adjudicar a prestação de serviço de Levantamento Topográfico do Prédio Rústico 149, Secção V, e envolvente no sítio do Tanque, Porto Santo;
- Adjudicar a prestação de serviços de Assessoria Jurídica Especializada;
- Adjudicar a Prestação de Serviços de Assessoria Jurídica para patrocínio judiciário - Processo n.º 296/20.1BEFUN;

- Mandatar a “Abreu & Associados – Sociedade de Advogados RL” para representar a SDPS no processo movido pela Buziodimensão, Ld.ª, com Procuração com poderes forenses à Sociedade Abreu Advogados Madeira & Associados, Sociedade de Advogados, SP, RL.






6.6.9. MARKETING E RELAÇÕES-PÚBLICAS

- Adjudicar a aquisição de Brindes promocionais para a IV Edição do torneio de golfe Colombo’s Golfe Trophy;
- Aprovar a Brochura “Your Golf Travel 2022”;
- Aprovar a celebração do PCV 2021 com a AP Madeira;
- Aprovar a prestação de serviços de Decorações para os Empreendimentos do Porto Santo;
- Aprovar a Promoção Porto Santo Golfe;
- Aprovar a Publicação na Revista Golf2all&lifestyle; - IV Colombo's Golf Trophy;
- Aprovar o Acordo de Vendas - Promoção e comercialização de vouchers/cupões relativos a serviços a prestar pela SDPS S.A./PSG, através da venda de Green Fees à sociedade S.E.T. Baleira Sol, S.A. detentora do Hotel Vila Baleira, em Porto Santo para o ano económico 2021;
- Aprovar o programa da Comemoração do 17.º Aniversário do Porto Santo Golfe;
- Aprovar o programa do Sunset Golfe;
- Aprovar o relançamento no mercado internacional da imagem gráfica do Porto Santo Golfe, Centro Cultural de Congressos, Complexo de Ténis e Centro Hípico;

6.7. ENTIDADES ENCARREGADAS DE AUDITORIA EXTERNA

- Agência para o Desenvolvimento e Coesão, IP;
- Inspeção Geral de Finanças;
- Inspeção Regional de Finanças;
- Inspeção Regional do Trabalho;
- Instituto de Desenvolvimento Regional. IP;
- PKF– SROC, Lda;

- 
- 
- 
- Secretaria Regional das Finanças;
 - Tribunal de Contas Europeu;
 - Tribunal de Contas;
 - Unidade Técnica de Acompanhamento ao Setor Empresarial Regional.
 - Outras que, no âmbito das suas atribuições de inspeção/fiscalização sejam indicadas pelas respetivas entidades gestoras.

6.8. CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

A Certificação Legal de contas, emitida pelo Revisor Oficial de Contas PKF– SROC, Lda, encontra-se em anexo ao presente relatório.

7.

RESPONSABILIDADE SOCIAL, TRANSPARÊNCIA E SUSTENTABILIDADE



7. RESPONSABILIDADE SOCIAL, TRANSPARÊNCIA E SUSTENTABILIDADE

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL



Em junho de 2021 foi aprovado o novo regime jurídico do SERAM prevê na subsecção II obrigações e responsabilidades das empresas do SERAM da Secção II das práticas de bom governo. Mais define no artigo 43.º que¹⁶ “Anualmente, cada empresa informa o titular da função acionista e o público em geral do modo como *foi prosseguida a sua missão, do grau de cumprimento dos seus objetivos, da forma como foi cumprida a política de responsabilidade social, de desenvolvimento sustentável e os termos de prestação do serviço público*, e em que medida foi salvaguardada a sua competitividade, designadamente pela via da investigação, do desenvolvimento, da inovação e da integração de novas tecnologias no processo produtivo, informação publicitada nos sítios na Internet em nome da transparência”.

¹⁶ Regime Jurídico do Sector Empresarial da Região Autónoma da Madeira (SERAM), aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 15/2021/M, de 30 de junho.

7.1. MISSÃO E TERMOS DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO

A SDPS, empresa pública, cuja estrutura acionista pertence ao Governo Regional da Madeira e ao Município do Porto Santo tem por missão a promoção, o desenvolvimento económico, social, desportivo e cultural da ilha do Porto Santo.

As atividades da SDPS visam a obtenção de resultados sustentáveis no incremento do desenvolvimento do Porto Santo nas vertentes económicas, sociais e ambientais que vão muito além do lucro. Desde logo, e como plasmado nos Estatutos¹⁷s de criação da sociedade em 1999, com objetivos bem definidos, num quadro de acelerada integração económica, financeira e social a nível comunitário, onde a Região Autónoma da Madeira procurou implementar uma **política de desenvolvimento local** equilibrada, por forma a garantir uma melhor abertura aos mercados externos e dinamizar o investimento produtivo a nível local e regional.

Afigurou-se, assim, necessário implementar uma estratégia de promoção das vantagens competitivas e comparativas dos vários territórios locais abrangidos, por forma a atrair o investimento externo, criar condições de confiança favoráveis à sua efetivação e congregar os meios humanos necessários ao desenvolvimento da área de intervenção projetada pela Operação Integrada de Desenvolvimento da Ilha do Porto Santo¹⁸.

Neste sentido, a criação da Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo, S. A., foi a concretização de um objetivo, de um projeto de melhoria e promoção da intercooperação, concebida como um **instrumento privilegiado ao serviço do desenvolvimento equilibrado e durável**, rentabilizando os recursos endógenos na adequação de respostas às necessidades sentidas pela comunidade local e regional e promovendo a articulação entre serviços e estruturas locais, com vista à maximização de esforços na definição e concretização de planos integrados de desenvolvimento local.

Atendendo a que, a Ilha do Porto Santo apresentava características que indiciavam ser um concelho de potencial foco de investimento e progresso, foi, todavia, necessário, que se criassem

¹⁷ Decreto Legislativo Regional n.º 16/99/M, de 18 de maio

¹⁸ Pela Resolução do Conselho do Governo n.º 1809/97, de 18 de dezembro, foi criada a Operação Integrada de Desenvolvimento do Porto Santo, instrumento de intervenção decisivo para o desenvolvimento integrado da ilha do Porto Santo, que não pôde deixar de ser considerado como de **interesse público e regional**. Através deste instrumento visou-se, nomeadamente, proceder à criação de infraestruturas, à implementação de determinados equipamentos e à maximização dos recursos e das oportunidades locais, fundamentais ao desenvolvimento integrado do Porto Santo, que passou pela **melhoria da qualificação da população ativa em geral e dos jovens em particular, numa perspetiva de criação de novos postos de trabalho, pela satisfação das necessidades do tecido económico e social e, sobretudo, pela consequente melhoria das condições de vida da população**.



um conjunto de mecanismos, por forma a permitir que o desenvolvimento se operasse de forma cautelosa, salvaguardando todo o seu espólio ambiental, patrimonial e natural.

Atendendo à necessidade de assegurar uma maior transparência na aplicação e distribuição dos fundos comunitários disponibilizados no âmbito dos Quadros Comunitários de Apoio, bem como de impulsionar uma mais célere execução das tarefas projetadas, a SDPS foi o instrumento proporcionou uma adequada cooperação entre os vários agentes institucionais envolvidos, salvaguardando o espaço de competências próprio de cada um e assegurando, também, o respeito pela estrutura administrativa.

A Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo S. A. prossegue fins de interesse público, tem por objeto social a conceção, promoção, construção e gestão de projetos, ações e empreendimentos que contribuam de forma integrada para o desenvolvimento económico, social, desportivo e cultural do concelho do Porto Santo, integrando-se na prestação de serviço de interesse geral.

Nesse âmbito, a concretização dos investimentos previstos no PIDDAR e no Plano de Atividades para 2021, com destaque para a reabilitação dos empreendimentos foram desenvolvidos com financiamento através de receita própria. Os investimentos estão relatados e quantificados no presente documento, e que aqui se dão por integralmente reproduzidos¹⁹, dando-se cumprimento ao artigo 46.º do SERAM.

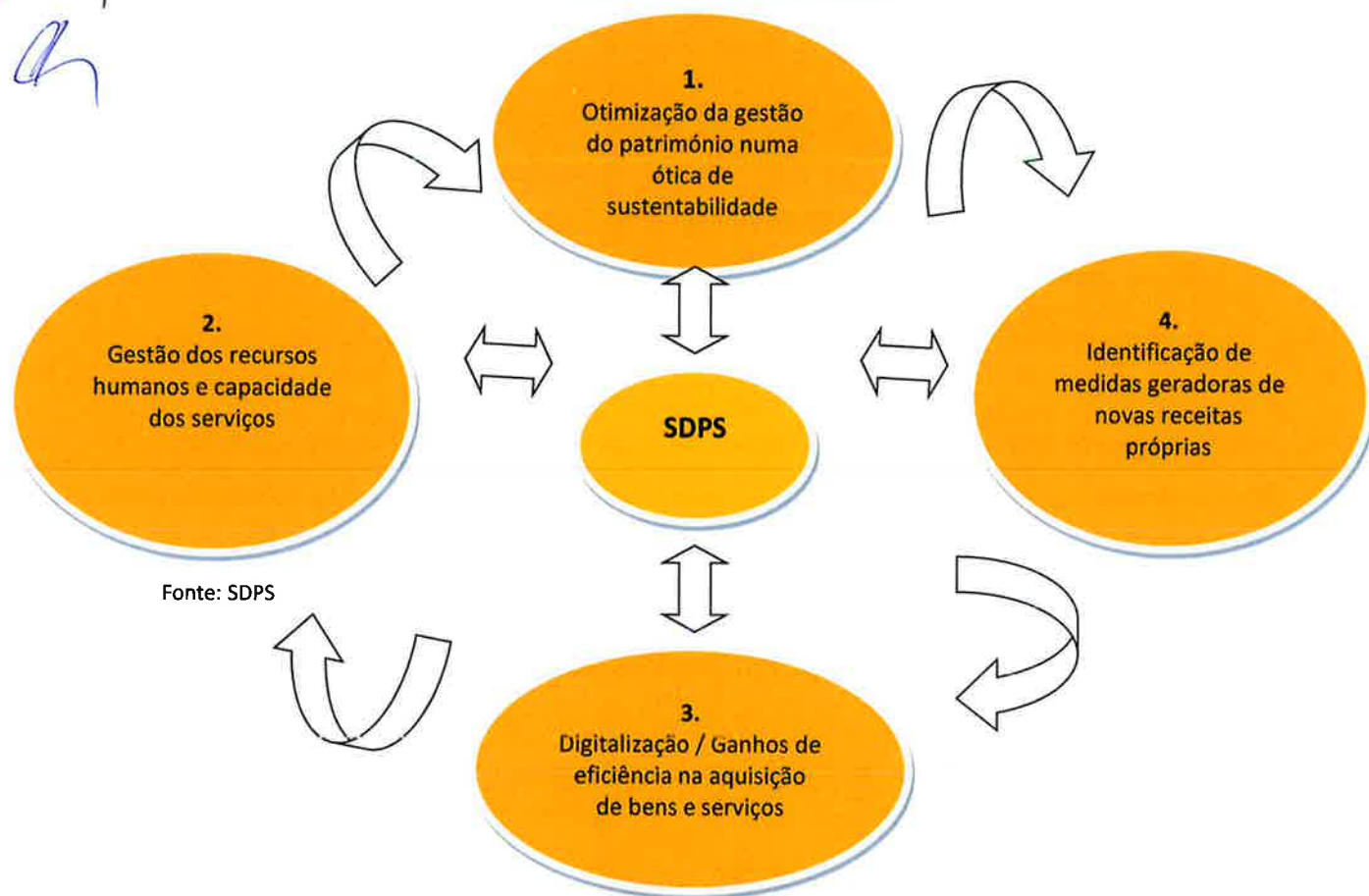
As propostas apresentadas, e a parte concretizada tiveram em consideração a garantia de níveis adequados de satisfação dos utentes dos inúmeros equipamentos e infraestruturas do Porto Santo, com destaque para o Campo de Golfe do Porto Santo e do Centro Cultural e de Congressos, bem como assegurar a compatibilidade com o esforço financeiro da Sociedade.

Graças ao esforço do acionista, colaboradores e demais stakeholders, a SDPS tem adotado metodologias que lhe permitem melhorar continuamente a qualidade do serviço prestado e o grau de satisfação dos clientes e/ou utentes.

¹⁹ Capítulo 4. INVESTIMENTOS.

7.2. DO GRAU DE CUMPRIMENTO DOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DEFINIDOS PARA 2021

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS



Fonte: SDPS

A SDPS deu continuidade a algumas ações já iniciadas em anos anteriores e procedeu ao lançamento de outras, indo de encontro ao cumprimento dos objetivos estratégicos.


Realce para as principais nos quadros infra:

OE1 – OTIMIZAÇÃO DA GESTÃO DO PATRIMÓNIO, INCLUINDO INFRAESTRUTURAS NUMA ÓTICA DE SUSTENTABILIDADE ECONÓMICA, SOCIAL E AMBIENTAL

Objetivo/Meta	Ações
Regularização patrimonial da Sociedade, incluindo as benfeitorias	Adjudicação do Espaço de Restauração do Centro de Artesanato do Porto Santo
Reabilitação de alguns empreendimentos, de modo a permitir a sua eficaz rentabilização, com impactos na receita e, conseqüente autonomia financeira	Adjudicação da Empreitada de Reabilitação do Centro Hípico do Porto Santo
	Empreitada iniciada em dezembro de 2021, devendo estar concluída até maio de 2022
	Adjudicação da Prestação de Serviços de Elaboração de Projeto de Arquitetura e



Objetivo/Meta	Ações
	Especialidades para Reabilitação do Complexo de Ténis do Porto Santo Elaboração do projeto de arquitetura e início da tramitação para o lançamento do concurso para a empreitada e fiscalização da obra.
Atualização do valor do património da sociedade e a atualização de um cadastro que permita, em qualquer momento, tomar decisões consonantes com a estratégia do acionista	Início da elaboração das peças processuais para o lançamento do procedimento em 2022
Adaptação das infraestruturas e equipamentos às regras COVID-19 e ao acesso a indivíduos com mobilidade reduzida	Contrato de cedência da gestão, exploração e manutenção da: <ul style="list-style-type: none">• Praça do Barqueiro• Passeio Dunar• Praça e área circundante dos edifícios da Câmara Municipal e Centro de Congressos
Implementação de programas e medidas de sustentabilidade ambiental, em linha com o programa de Governo, designadamente nas áreas: <ul style="list-style-type: none">• energéticas• aproveitamento das águas de rega• substituição de viaturas para a redução da pegada ecológica, tendendo para emissões zero	Aquisição e substituição de lâmpadas para o Club House do Campo de Golfe do Porto Santo, mais económicas do ponto de vista energético: Reaproveitamento da água das lagoas para a rega do campo de golfe Aquisição de uma viatura comercial novas, em substituição de uma antiga, mais económica e eficiente do ponto de vista energético
Desenvolvimento de modelos de gestão partilhada das áreas de atuação da SDPS	Implementação do sistema de gestão documental e de arquivo Implementação dos serviços de higiene e medicina do trabalho
Propostas dos planos anuais, nomeadamente de: <ul style="list-style-type: none">• Obras de manutenção, com partilha de custos na ótica do utilizador / pagador em áreas da sociedade, mas com gestão pelas autarquias	Celebração do protocolo com o Município do Porto Santo



Objetivo/Meta	Ações
<ul style="list-style-type: none"> Colaboração na elaboração dos planos de desenvolvimento económico-social da RAM, de médio e longo prazo. 	<p>Colaboração no relatório PIDDAR 2020</p> <p>Participação na equipa de renegociação dos empréstimos contraídos por entidades do SERAM, liderada pela Secretaria Regional das Finanças</p> <p>Representação na Comissão Consultiva do POTRAM</p> <p>Contributos para o PIDDAR 2022</p>

OE2 -- GESTÃO DOS RECURSOS HUMANOS E CAPACIDADE DOS SERVIÇOS ATRAVÉS DE REALOCAÇÃO INTERNA E RECEÇÃO DE PESSOAL DO IEM

Objetivo/Meta	Ações
Otimização dos recursos humanos, através do desenvolvimento e definição de competências polivalentes, motivando e adaptando os trabalhadores às unidades e empreendimentos que melhor se enquadrem nas respostas às suas problemáticas, com evidentes benefícios na eficiência e eficácia da organização e com reflexo positivo na orgânica da organização	<p>Foram ajustadas as tarefas de alguns trabalhadores</p> <p>Foram efetuadas transferências de local de funções de alguns trabalhadores</p>
Definição e implementação de normas e procedimentos internos tendo em vista o aumento da eficiência dos serviços, com benefícios operacionais e financeiros, libertando recursos para tarefas que se revelem adequadas à melhoria da performance financeira da sociedade e ao aperfeiçoamento das relações com os <i>stakeholders</i>	<p>Adjudicação da prestação de serviços de disponibilização de plataforma de gestão documental (iDOK) ferramenta que possibilita, além do arquivo digital, uma melhor e eficiente gestão documental reduzindo os gastos em material de escritório, bem como um incremento na proatividade dos recursos humanos</p> <p>Implementação da prestação de serviços de arquivo</p> <p>Início da elaboração de regulamento arquivístico</p>
Prestação atempada de informação clara e sucinta que permita a tomada de decisões de forma mais célere e eficaz. Desta forma, pretende-se estabelecer minutas de relatórios a serem elaborados pelos responsáveis pelas unidades e empreendimentos, por forma a permitir um acompanhamento permanente da atividade da sociedade e a tomada	<p>Foram efetuadas reuniões com os Coordenadores das Unidades e dos empreendimentos</p> <p>Aprovação das diversas minutas dos documentos utilizados na gestão</p>



Objetivo/Meta	Ações
de decisões em consonância com a estratégia definida pelo acionista	diária e respetivos circuitos de envio e receção
Negociação do Acordo coletivo de trabalho, ou instrumento equivalente	Adjudicação da prestação de serviços de assessoria jurídica para o estudo e elaboração do Acordo Empresa ou instrumento análogo
Continuidade de um plano de recursos humanos para a substituição das saídas, designadamente a consolidação de mobilidades, baseado no aproveitamento interno dos recursos, nos casos em que tal situação seja possível, recorrendo à contratação externa ou externalização de serviços, quando tal se revele necessário	Autorização de: Consolidações de mobilidades, Cedências de interesse público Contratações para fazer face ao aumento do volume de trabalho
Implementação do plano plurianual 2020-2022 de formação profissional	Continuidade às ações de formação previstas no plano plurianual, prevendo-se concluir, na íntegra, no ano de 2022 Foi autorizada a frequência de uma pós-graduação em contratação pública a 2 trabalhadores
Contratualização e implementação da higiene, segurança e saúde no trabalho para os colaboradores da empresa	<ul style="list-style-type: none">• Contrato de Prestação de Serviços de Higiene, Segurança e Saúde no Trabalho, (em vigor)• De modo a dar cumprimento ao imperativo legal constante na Lei 102/2009 de 10 de setembro, foram implementados os serviços de higiene, segurança e saúde no trabalho
Nas situações possíveis, conciliação da vida pessoal do trabalhador com a vida profissional, através da adaptação dos horários de trabalho	Foram autorizados horários de trabalho com a acumulação das 2 horas de redução, para efeitos de amamentação
Receção de desempregados colocados pelo IEM – Instituto de Emprego da Madeira, sempre que tal se manifeste do interesse das partes	Foram colocados ao abrigo do Programa MAIS, do Programa POT, bem como de Estágios Profissionais
Incentivo ao autodesenvolvimento pessoal através da formação académica, com a facilitação,	Foi atribuído o estatuto de trabalhador-estudante aos trabalhadores que solicitaram



Handwritten signature and initials in blue ink.

Objetivo/Meta	Ações
nomeadamente nos horários de trabalho praticados, sempre que possível.	

OE3 – DIGITALIZAÇÃO / GANHOS DE EFICIÊNCIA NA AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS

Objetivo/Meta	Ações
<p>Negociação através de agrupamento de empresas dos contratos de uso comum (higiene e limpeza, digitalização, arquivo, comunicações, entre e outras aquisições de bens e serviços), com ganhos de escala.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Contrato de Prestação de Serviços de Contabilidade para as Sociedades de Desenvolvimento (em vigor) • Contrato de Prestação de Serviços de Revisores Oficiais de Contas para as Sociedades de Desenvolvimento (em vigor) • Contrato de Prestação de Serviços de Gestão Documental e Arquivo para as Sociedades de Desenvolvimento (em vigor) • Contrato de Prestação de Serviços de Impressão, Cópias, Digitalização e Fax para as Sociedades de Desenvolvimento (em vigor) • Contrato de Aquisição de Material de Escritório para os Empreendimentos das Sociedades de Desenvolvimento (em vigor) • Contrato de Aquisição de Materiais e Produtos de Limpeza para os Empreendimentos das Sociedades de Desenvolvimento (em vigor)
<p>Como empresa de interesse público, a SDPS S.A. é responsável pela eficiência da comunicação intra e extra empresa pelo que para a melhoria da governance e do interface com os diferentes parceiros, estão previstas as seguintes ações:</p> <p>Promoção da utilização de recursos e da agilização dos fluxos de informação, associados à prestação de serviços para simplificar e harmonizar procedimentos entre todos os parceiros, contribuindo a implementação do sistema de gestão documental, digitalização da documentação através da plataforma eletrónica e redução do papel</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Contrato de Prestação de Serviços de Disponibilização de Plataforma eletrónica de gestão documental IDOK (em vigor) (Está repetido acima) • Envio das faturas por e mail, reduzindo significativamente os custos com despesas de correio,



Handwritten signature and initials in blue ink.

	rapidez na entrega e redução de papel
Continuar a insistir na melhoria da performance do sistema informático SIAG, de modo que responda às necessidades e exigências legais, nomeadamente as resultantes do SNC-AP e S3CP, dos reportes da contabilidade orçamental/patrimonial, cálculo de juros de mora nas faturas geradas pelo SIAG	<p>Efetuada insistências para a parametrização do sistema designadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Foram efetuadas as atualizações anuais obrigatórias por lei • Cálculo automático de juros de mora • Datas de vencimento das faturas • Controlo dos contratos, com data de início e fim • Interligação ao programa da faturação eletrónica • Disponibilização dos códigos QR nas faturas
Implementação da contabilidade analítica	Em estudo
Implementação da fatura eletrónica.	Início do processo, em conjunto com os demais serviços do GR que utilizam o SIAG

OE4 – IDENTIFICAÇÃO DE MEDIDAS GERADORAS DE NOVAS RECEITAS PRÓPRIAS

Objetivo/Meta	Ações
Negociação das condições de utilização dos espaços da Sociedade que atualmente não apresentam retorno financeiro	<p>Contrato de cedência da gestão, exploração e manutenção da:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Praça do Barqueiro • Passeio Dunar • Praça e área circundante dos edifícios da Câmara Municipal e Centro de Congressos
Abertura à concorrência para a exploração dos espaços devolutos. Além disso será dada continuidade ao estabelecimento de parcerias que permitirão aumentar a afluência aos espaços da sociedade, bem como à promoção de eventos, atividades que terão impacto no aumento da receita.	Abertura do procedimento para a concessão de exploração de um espaço comercial destinado a restauração na Praça do Barqueiro.

Objetivo/Meta	Ações
Sensibilização para a implementação de políticas comerciais competitivas para a Sociedade, em especial nas áreas objeto de concorrência	Marketing e promoção dos espaços, com relevância para: <ul style="list-style-type: none"> • Feira Internacional de golfe; • Entrevistas em revistas e meios de comunicação da área • Publicidade através das redes sociais
Propostas para o estabelecimento de parcerias, envolvendo o município na parte em que seja viável a complementaridade das funções e áreas de atuação	Proposta em análise para a utilização do Centro Cultural e de Congressos por parte do Município
Propostas de preçários, numa ótica custo/benefício, sem descuidar a componente de interesse público	Aprovados novos Regulamentos Tarifários para: <p>Centro Cultural e de Congressos</p> <p>Parque de Estacionamento</p> <p>Campo de Golfe</p> <p>Complexo de Ténis.</p> <p>Atualização das taxas e rendas de acordo com o plasmado nos respetivos contratos.</p>
Aperfeiçoamento do sistema de incentivos para a atratividade da utilização dos equipamentos e infraestruturas, em especial das menos apetecíveis e mais penalizadas com a pandemia	Aplicação de redução de preços no preçário a entidades públicas ou atividades de relevante interesse público
Participação em feiras e eventos internacionais, em parceria com a APMadeira, publicidade em revistas da especialidade nacionais e internacionais para promoção do Campo de Golfe do Porto Santo, Complexo de Ténis e Centro Hípico e CCCPS	Feira IGTM
Desenvolvimento de parcerias com os hoteleiros e empresas de animação turística de modo a dinamizar as infraestruturas e a prestação de serviços	Parceria com o Hotel Vila Baleira, que permitiu a utilização do golfe no âmbito da operação Dinamarca: Parceria com a Bendix/Primo Tours que utilizou o Complexo de Ténis
Iniciativas a desenvolver na implementação do Plano de Atividades, dinamizadas pelos Coordenadores dos Empreendimentos.	Atividades desenvolvidas pelos empreendimentos, conforme no RGC 2021 no Capítulo "2. Atividades desenvolvidas"



No Capítulo “2. Atividades desenvolvidas”, estão descritas as principais atividades desenvolvidas pelos empreendimentos da Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo, S.A., quer nos de exploração direta, quer em espaços concessionados/ arrendados.

7.3. PREVENÇÃO DA CORRUPÇÃO

A Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo, S.A. cumpre a legislação e a regulamentação em vigor relativas à prevenção da corrupção²⁰. Encontra-se aprovado por deliberação do Conselho de Administração, e em vigor, o Plano de Prevenção de Riscos, de Corrupção e Infrações Conexas. É efetuada anualmente a monitorização através da elaboração de relatório que se encontra publicitado no sítio da internet no endereço <https://sociedadesdesenvolvimento.com/>

Artigo 45.º

7.4. PADRÕES DE ÉTICA E CONDUTA

A Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo, S.A. cumpre a legislação e a regulamentação em vigor relativas à prevenção da corrupção²¹.

Nesse sentido, a SDPS aprovou e adotou o Código de Ética e Conduta das Sociedades de Desenvolvimento, ao abrigo da *Recomendação do Conselho de Prevenção da Corrupção*, de 1 de julho de 2009, e alterações, que estabelece que os órgãos dirigentes máximos das entidades gestoras de dinheiros, valores ou patrimónios públicos devem dispor de planos de gestão de riscos de corrupção e infrações conexas.

Este documento foi amplamente divulgado por todos os seus colaboradores e encontra-se publicitado no sítio da internet no endereço <https://sociedadesdesenvolvimento.com/>.

O Código de Ética e Conduta das Sociedades de Desenvolvimento contempla exigentes comportamentos éticos e deontológicos, prevendo o tratamento com equidade de todos os seus clientes e fornecedores e demais titulares de interesses legítimos, designadamente colaboradores da empresa, instituições públicas relacionadas, outros credores que não fornecedores ou, de um modo geral, qualquer entidade que estabeleça alguma relação jurídica com a empresa.

²⁰ artigo 44.º do SERAM

²¹ artigo 45.º do SERAM

7.5. RESPONSABILIDADE SOCIAL

De acordo com o artigo 47.º do SERAM, e no que se refere à Responsabilidade social *“As empresas públicas regionais devem prosseguir objetivos de responsabilidade social e ambiental, a proteção dos consumidores, o investimento na valorização profissional, a promoção da igualdade e da não discriminação, a proteção do ambiente e o respeito por princípios de legalidade e ética empresarial.”*

A medição dos objetivos a que se refere o ponto anterior, normalmente através de relatório elaborado com base nas diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI) (relatório de responsabilidade social, também conhecido como relatório de sustentabilidade), mas que com referência ao ano de 2021 ainda não estamos em condições de o elaborar dado o know how que é necessário e a especificidade do documento.

A Responsabilidade Social Empresarial (RSE) é definida, segundo a Norma Internacional ISO 26000, como *“a responsabilidade assumida por uma organização pelos impactos das suas decisões e atividades na sociedade e no meio ambiente, por meio de um comportamento ético e transparente”*, ou seja, a RSE vai além de questões económicas, passa por diferentes questões sociais, de governance e ambientais.

De acordo o Livro Verde²² da Comissão Europeia, são identificados alguns vetores que fazem parte da responsabilidade social das empresas:

- As práticas laborais, como os direitos humanos, trabalho e formação, diversidade, igualdade de género, saúde e bem-estar dos trabalhadores
- As questões ambientais, como a biodiversidade, alterações climáticas, utilização eficiente dos recursos e prevenção da poluição
- O combate à corrupção
- A contribuição para o desenvolvimento da comunidade
- A inclusão de pessoas em situação de desigualdade
- Envolvimento com os interesses e benefícios dos consumidores.

Com base nestes princípios, e tomando por base as boas práticas de RSE, identificamos algumas ações tomadas pela Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo, S.A.:

²² Livro verde - Promover um quadro europeu para a responsabilidade social das empresas /* COM/2001/0366 final *

1. Política de recursos humanos e promoção da igualdade²³

A SDPS enquanto empresa pública regional tem implementado políticas de recursos humanos, dentro dos vários constrangimentos, orientados para a valorização e capacitação do indivíduo, para o fortalecimento da motivação e para o estímulo do aumento da produtividade, sendo de realçar a formação profissional, melhor descrita no ponto 5.15 – formação profissional.

Todos os seus trabalhadores são tratados com respeito e integridade.

Existe uma efetiva igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres, da SDPS, sem qualquer prática discriminatória entre género, religião ou ideologia. De notar que dos 41 trabalhadores, 15 são mulheres.

2. Promover o equilíbrio entre a vida pessoal e familiar com a vida laboral – A SDPS estimula a conciliação da vida pessoal com a familiar, como por exemplo:

- a conciliação do período de férias entre casais e filhos, sobretudo os que estão em idade escolar
- em 2021:
 - 1 trabalhadora com horário reduzido para efeitos de amamentação;
 - 1 trabalhadora em gozo de licença parental;
 - 2 trabalhadoras para assistência a filhos menores.

3. Elaborar um Código de Conduta - A SDPS dispõe de Código de conduta, conforme descrito no ponto 7.4. Padrões de ética e conduta.

4. Verificar se a empresa está em conformidade com a legislação - É feita a coordenação e o acompanhamento constante pela Unidade de Assessoria Jurídica, Contratação e Contencioso de forma a manter atualização dos procedimentos em conformidade com a legislação e demais normas e regulamentos aplicáveis às funções e atividades da SDPS.

5. Estimular a economia local – A economia local é estimulada pela criação e manutenção de postos de trabalho 37 trabalhadores trabalham e residem no Porto Santo, ilha onde a oferta de mão de obra é excedentária. A SDPS é um dos maiores empregadores prementes na Ilha do Porto Santo. As várias atividades, que criam e mantêm postos de trabalho indiretos também são relevantes conforme as atividades desenvolvidas e melhor elucidadas no

²³ Artigo 48.º do SERAM

capítulo 2. Atividades desenvolvidas. Exemplificamos a dinâmica do golfe como principal polo dinamizador da economia local do Porto Santo na época baixa.

6. Criar canais de comunicação entre a empresa e a comunidade – As redes sociais e a divulgação através dos órgãos de comunicação social têm sido os principais canais de comunicação utilizados. Em 2021, para além da atualização da informação no sítio da internet da SDPS, realce para:

- Entrevista ao Programa de Golfe da SIC, no âmbito da sustentabilidade económica e ambiental do Porto Santo Golfe;
- Revistas específicas de golfe no âmbito dos torneios de golfe, em especial, o Torneio do Cristóvão Colombo;
- Suplemento do Diário de Notícias e campanha digital no âmbito do Projeto Porto Santo Activo;
- Participação na IGTM (feira internacional de golfe) que decorreu em 2021 no País de Gales com um stand conjunto da Madeira com hoteleiros e os 3 campos de Golfe;
- Várias notícias da RTP/Madeira com anúncio da retoma da operação Dinamarca, reabilitação do centro hípico, complexo de ténis, entre outros.

7. Participar e patrocinar eventos e projetos sociais – O patrocínio e participação em projetos sociais, dada a natureza de as possibilidades da SDPS, não foi descurado.

Destacam-se os seguintes projetos:

- Centro de Vacinação ao COVID-19 nas instalações do CCCPS
- Torneio solidário e Porto Santo Activo com verbas arrecadas a atribuir a causa da luta contra o cancro, com a parceira da LPCC
- Parcerias com IPSS e Associações locais e regionais na dinamização de atividades nas instalações da SDPS.

Cultura:

- Apoio à Porta 33 na nova sede na escola da vila Baleira
- Colaboração com o Plano Nacional das Artes, no âmbito da Presidência Portuguesa da UE “Democratização à democracia Cultural”
- Achados arqueológicos no Edifício da Baiana.

De igual forma, houve patrocínio aos seguintes eventos:

- Atuações culturais e de teatro
 - Golf Passaport Plus – acesso aos 3 campos de golfe
 - Cantinho Literário junto ao novo espaço de lazer no centro da cidade, junto a praça do Barqueiro.
8. Criar campanhas que incentivem hábitos alinhados com a sustentabilidade com destaque para a sensibilização da redução de impressão de documentos, impressão a preto e branco e frente e verso e, por conseguinte, a redução de papel e de tinta.
9. Apoio em tempos de crise e teletrabalho: Apoio os funcionários, cujas funções permitiram o teletrabalho e que por razões pessoais, esta modalidade revelou-se adequada, possibilitando que não houvesse perda de remuneração.
10. Ambiente de trabalho inclusivo: A inclusão esteve presente nos processos de recursos humanos, com destaque para apoio em casos de doenças degenerativas e de mobilidade reduzida.
11. Apostar em inovação e novos procedimentos:
- A digitalização da correspondência permitiu uma poupança de tempo e otimização na circulação da correspondência. Complementarmente, o início da elaboração de normas e procedimentos para o arquivo centralizado virtualmente da correspondência
 - A aquisição de uma nova máquina moderna e com novas funcionalidades para o parque de estacionamento do Porto Santo
 - Plataforma de gestão de reservas online para o Complexo de Ténis.

A sustentabilidade depende de fatores ambientais, económicos, sociais e de governance. Assumem acutilância muito especial a governance, que assegura princípios robustos de gestão ética e que são cumpridos os princípios de compliance legal no modo com gerem a sua atividade sócio-económica e geram os seus lucros. Cabe referir, e para os efeitos previstos e no âmbito dos artigos 49.º e 50.º do SERAM SUBSECÇÃO III Prevenção de conflitos de interesse, que os membros do Conselho de Administração atuaram, e atuam, com independência e que no início do seu mandato em 2020 declaram ao órgão de administração e ao órgão de fiscalização a acumulação de funções na SMD Sociedade Metropolitana de Desenvolvimento, S.A., na Ponta do Oeste Sociedade de Promoção e Desenvolvimento da Zona Oeste da Madeira, S.A. e na SDNM Sociedade de Desenvolvimento do Norte da Madeira, S.A., cumpriram com os deveres de informação à Inspeção Regional de Finanças, bem como com os deveres de informação, igualmente aplicáveis

na matéria, nos termos do disposto, designadamente, no Estatuto do Gestor Público das Empresas Públicas da Região Autónoma da Madeira, aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 12/2010/M, de 5 de agosto, e alterado pelos Decretos Legislativos Regionais n.ºs 2/2011/M, de 10 de janeiro, 31/2013/M, de 26 de dezembro, 6/2015/M, de 13 de agosto, e 42-A/2016/M, de 30 de dezembro.

Nos desafios ambientais, assume particular relevância as alterações climáticas e a consequente necessidade de tornar a economia da União Europeia mais sustentável, em linha com a visão e a estratégia definidas no Pacto Ecológico Europeu e com o Acordo de Paris, e tendo ainda em conta os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas, documento intitulado “transformando nosso mundo: a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável”, baseado em cinco eixos de atuação: Paz, Pessoas, Planeta, Prosperidade e Parcerias, com o lema é: “Ninguém pode ficar de fora!”.



Fonte: <https://sc.movimentoods.org.br/os-5ps-da-sustentabilidade/>

No cumprimento dos objetivos do desenvolvimento sustentável, o Governo Regional da Madeira declarou o PORTO SANTO SUSTENTÁVEL SMART FOSSIL FREE ISLAND, pretendendo que seja uma ilha sem combustíveis fósseis e com mitigação das emissões de carbono e das alterações climáticas.



A SDPS, e no seu contributo para este desígnio:

- Adquiriu uma viatura elétrica e mudou a viatura de apoio à manutenção por outra mais económica em termos de consumos.
- Os equipamentos de locomoção (buggies) que são utilizados pelos utentes do campo de golfe são elétricos.

Mas a Smart Fossil Free Island conta ainda com o contributo da SDPS através de:

- Substituição de lâmpadas mais económicas
- Reabilitação de empreendimentos cujos projetos foram elaborados com medidas de eficiência energética.

Paralelamente, para os empreendimentos em uso, foi iniciado a tramitação para o estudo da eficiência energética, cuja adaptação prevê-se venha a ser candidatada ao REACT no corrente ano.

A ilha do Porto Santo caracteriza-se pela escassez da água subterrânea, fruto da baixa precipitação média anual e da irregularidade da distribuição temporal, mas também das condições desfavoráveis à infiltração pelo que o reaproveitamento da água é de importância primordial para o abastecimento ao campo de golfe do Porto Santo. De acordo com o estudo “Análise da eficiência hídrica nos campos de golfe em Portugal”²⁴, campo de golfe apresenta relvas C4 nas áreas de tees, fairways e roughs e nas áreas de greens utiliza uma mistura de relvas. A rega é efetuada com águas pluviais, com águas residuais tratadas da ETAR do Porto Santo e pelo reaproveitamento das águas das lagoas e reservas. É de enorme importância o sistema adutor de rega do Porto Santo, que se destina ao reaproveitamento das águas da chuva, captadas na zona central da ilha e direcionadas para o açude do Tanque, das águas residuais tratadas na ETAR da Ponta e das águas naturais subterrâneas captadas no furo situado junto ao hotel do Porto Santo e nas noras

²⁴ Almeida, Alexandra Betâmio, Federação Portuguesa de Golfe; Velosa, Vanessa, Conselho Nacional da Indústria do Golfe; Nunes, Joel (Colaboração), Associação Portuguesa de Greenkeepers, ANÁLISE DA EFICIÊNCIA HÍDRICA NOS CAMPOS DE GOLFE EM PORTUGAL, Turismo de Portugal, março de 2021

existentes na zona do Tanque, para fins do regadio agrícola e ou rega do campo de golfe. A adução de água de rega para o campo de golfe, para além do efluente tratado fornecido pela ETAR da Ponta que satisfaz as necessidades de rega durante os meses de inverno, é reforçada, nos meses de verão, com água de rega proveniente do açude do tanque e também com água dessalinizada proveniente do Reservatório do Lombo do Atalho pertencente ao Sistema Adutor da Central Dessalinizadora.



O projeto do campo de golfe de Porto Santo foi sujeito ao procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental, sendo que a Declaração de Impacte Ambiental refere a obrigatoriedade de uso de águas para reutilização, o que tem sido feito, com benefícios ambientais elevados.

Destaque para a:

- Realização da Monitorização Ambiental no ano de 2021 do campo do Porto Santo Golfe;
- Acompanhamento da Greenkeeper às condições da relva do PSG, de modo a mantê-lo nas melhores condições de utilização e com otimização do consumo de água;
- Implementação da Certificação de Riscos Biológicos – SGS do PSG e Ténis.

Cabe ainda referir e de acordo com os dados constantes do referido estudo que o consumo médio anual de água para rega do campo de golfe do Porto Santo foi em 2018, 2019 e 2020 de

4.064m³/ha²⁵. Na Madeira, o campo de golfe de 18 buracos apresentou um consumo médio anual de água para rega, considerando os anos de 2019 e 2020, de 11.784 m³ /ha.

7.6. TRANSPARÊNCIA

A transparência é um valor da SDPS, a que crescem os valores da Responsabilidade, Compromisso, Excelência e Inovação.

A visão da SDPS não está dissociada da transparência, mais rigorosa ainda quando se trata de uma sociedade de interesse público. A sua ação visa a rentabilização dos ativos que lhe estão afetos, através da conceção, promoção, construção e gestão de projetos, ações e empreendimentos.

Cabe, aqui, uma referência à transparência existente nas aquisições de bens e serviços, empreitadas e concessões, em suma processos de contratação pública, em que é utilizada a plataforma da AcinGov e publicitada no sítio da internet.

Como valor e princípio ético, a transparência é mais do que obrigação, é o desejo de informar tudo aquilo que, no plano empresarial possa afetar significativamente os interesses legalmente protegidos pelo que quem mais informado estiver, melhor decisões pode tomar.

Vivemos na sociedade da informação, que observa cuidadosamente cada um dos passos dados pelas empresas, que nem sempre é devidamente percecionada, e nessa situação estão as Sociedades de Desenvolvimento, nas quais se inclui a SDPS.

Nesta matéria há ainda um longo caminho a percorrer, que passa pela necessidade de forma estruturada de aperfeiçoar a transparência com o desenvolvimento, na relação com os stakeholders, meios de comunicação e a sociedade em geral e cujo objetivo é aumentar a acessibilidade da empresa e melhorar a compreensão.

Em suma, conseguir que a transparência seja um ativo reconhecível da SDPS e que todos os stakeholders com quem se relaciona recebem as informações corretas, a tempo e de forma compreensível.

A SDPS cumpre com os princípios da transparência financeira a que alude o artigo 15.º do SERAM, com a sua contabilidade (patrimonial e orçamental) organizada nos termos legais, com utilização das aplicações informáticas SIGORAM e SIAG. São perfeitamente identificáveis todos os fluxos

²⁵ <https://business.turismodeportugal.pt/SiteCollectionDocuments/sustentabilidade/turismo-sustentavel-mai-2021-eficiencia-hidrica-campos-golfe-portugal.pdf>



SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO
DO PORTO SANTO, S.A.

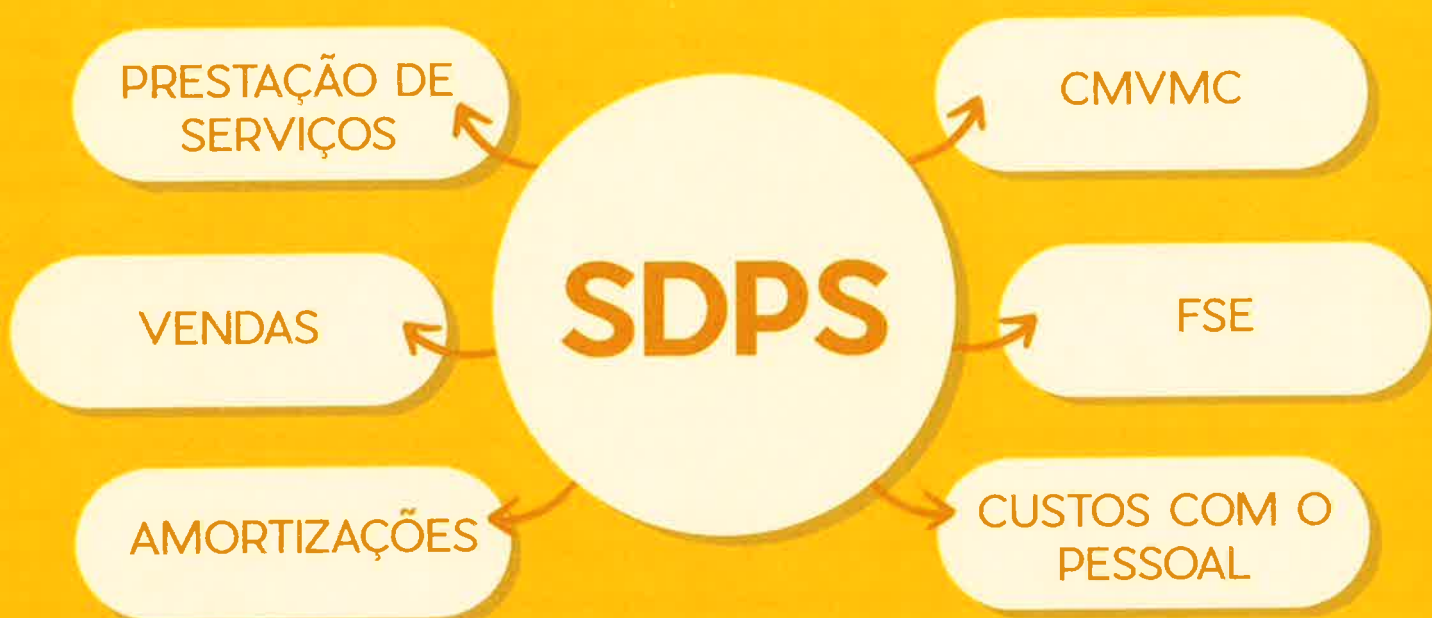
financeiros, operacionais e económicos existentes entre a SDPS e as entidades públicas regionais titulares do respetivo capital social (Governo Regional da Madeira e Município do Porto Santo).

Não existe qualquer despesa não documentadas.

Ainda no domínio da transparência de referir que a SDPS cumpre com a Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso e publica no seu site, nos termos legais as seguintes informações:

- Declaração dos pagamentos em atraso a fornecedores, que no ano anterior não se verificou nenhuma situação;
- Declaração dos pagamentos em atraso de clientes;
- Declaração dos compromissos plurianuais assumidos;
- Obrigatoriedade de efetuar o reporte regular da informação financeira e do número de trabalhadores.

8. RECLASSIFICAÇÃO DA SDPS E ANÁLISE ORÇAMENTAL



8. RECLASSIFICAÇÃO DA SDPS E ANÁLISE ORÇAMENTAL

8.1. MERCANTILIDADE

Desde 2014 que a SDPS – Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo, S.A. integra o perímetro da Administração Pública Regional, sendo equiparada a fundo e serviço autónomo.

Para determinar as entidades que integram o perímetro do sector público não financeiro, é necessário avaliar a natureza da sua atividade e a mercantilidade.

O subsector das administrações regional inclui, para além dos governos regionais e das autarquias locais, as entidades não mercantis do Setor Público Empresarial da RAM, onde se inclui a SDPS.

Da análise aos rácios de mercantilidade²⁶, dos últimos 2 anos verificou-se uma evolução positiva: de 14.44% para 17.57%.

Cabe realçar que as vendas e prestações de serviços em 2020 e 2021 foram fortemente influenciadas pela COVID-19, conforme largamente explanado no presente documento.

8.2. RECLASSIFICAÇÃO DA SDPS

A SDPS – Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo, S.A. integra o setor público empresarial da Região Autónoma da Madeira como empresa pública reclassificada (EPR), situação que introduziu alterações significativas nas suas obrigações, das quais se destacam:

- A integração da SDPS no orçamento da RAM, concorrendo para todos os limites à despesa e não podendo ultrapassar as dotações orçamentais atribuídas;
- Obrigatoriedade do Cumprimento da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso;
- Obrigatoriedade de efetuar o reporte regular da informação financeira e do número de trabalhadores;
- Cumprimento de cumprir com a regra da unidade de tesouraria, movimentando os seus fluxos financeiros em contas do IGCP.

²⁶ As entidades públicas podem ser classificadas em unidades institucionais mercantis ou não mercantis.

O apuramento do carácter não mercantil de uma unidade baseia-se na utilização de um critério quantitativo, que corresponde ao rácio entre vendas e custos de produção. A unidade é considerada não mercantil se anualmente as suas vendas não cobrirem pelo menos 50% dos seus custos durante um período prolongado.

Consideram-se vendas, as receitas resultantes do fornecimento de bens ou serviços a preços economicamente significativos, ou seja, a preços que influenciam as quantidades produzidas e consumidas. Excluem-se destas receitas, os pagamentos recebidos das administrações públicas (transferências), a menos que sejam concedidos a outros produtores que realizem a mesma atividade (indenizações compensatórias). Os custos de produção relevantes correspondem, de uma forma geral, aos custos operacionais, onde se incluem as despesas com pessoal, os consumos intermédios, o consumo de capital fixo e os impostos líquidos de subsídios à produção.

O orçamento inicial da SDPS para o ano económico de 2021, elaborado na ótica da contabilidade orçamental, apresentou um valor global de 5.569.662 €, com a seguinte distribuição:

QUADRO 19 – ORÇAMENTO INICIAL DA SDPS

Unidade: €

Designação	Orçamento	
1. Receitas correntes	1 141 244	20,5%
2. Receitas de capital	4 428 418	79,5%
TOTAL DAS RECEITAS	5 569 662	100,0%
1. Despesas correntes	2 274 503	40,8%
2. Despesas de capital	3 295 159	59,2%
TOTAL DAS DESPESAS	5 569 662	100,0%

Fonte: SDPS

8.3. DESEMPENHO ORÇAMENTAL DA SDPS

8.3.1. EVOLUÇÃO DO ORÇAMENTO

Neste ponto analisaremos o desempenho da SDPS ao nível da receita e da despesa, sendo considerados na receita, os valores realmente cobrados, e na despesa, os valores efetivamente pagos.

No decurso do ano de 2021, e atendendo à situação complicada motivada pelo COVID-19 e pela perda de receita resultante da isenção de rendas e taxas, receção de subsídio através de contrato programa, foram necessários ajustamentos ao orçamento.

Foram elaboradas 16 alterações orçamentais, com destaque para:

- Integração do saldo de gerência no montante de 3.865.937€, utilizado para fazer face várias despesas, na medida em que a SDPS não tem pagamentos em atraso
- Meras transferências entre rubricas económicas e de valores provenientes de receitas próprias.

8.3.2. SALDO DE GERÊNCIA

O Saldo de Gerência corresponde ao saldo de caixa apurado à data de 31 de dezembro de 2020, tendo sido totalmente integrado no orçamento de 2021, através da 2.ª Alteração orçamental.

QUADRO 20 - SALDO DE GERÊNCIA

Designação	2021			2020		Variação 2021/2020	
	Orçamento Corrigido	Execução		Execução			
	€	€	%	€	€	%	
Saldo orçamental	3 865 937	3 865 936	100,0%	3 611 187	254 749	7,1%	
Na posse do serviço	3 865 937	3 865 936	100,0%	3 611 187	254 749	7,1%	
Receita Total	3 865 937	3 865 936	100,0%	3 611 187	254 749	7,1%	

Fonte: SDPS

De referir que parte do montante transitado em saldo de gerência é consignado a despesas de investimento, na sequência do empréstimo bancário concedido à SDPS, avalizado pelo Governo Regional. A sua utilização está sujeita a autorização prévia pela Secretaria Regional da Finanças.

O orçamento corrigido, após a integração do saldo de gerência, apresentou um valor de 9,44 M€.

8.3.3. RECEITA

A receita do ano 2021 ascendeu a aproximadamente 8,3M€, apresentando uma taxa de execução de 88,7%.

Nas receitas correntes, a execução foi de 0,896M€, ou seja, 10,7% do orçamento global, enquanto as despesas de capital, que integram o saldo de gerência, tiveram uma execução de 89,3%.

QUADRO 21 - RESUMO DA RECEITA

Designação	2021			2020		Variação 2021/2020		
	Orçamento Corrigido	Execução		Execução	Peso			
	€	€	%	€	%	€	%	
Receitas Correntes								
Transferências correntes	249 120	0	0,0%	0,0%	399 405	4,8%	-399 405	-100%
Venda de bens e serviços correntes	1 125 244	564 266	50,1%	6,7%	476 411	5,7%	87 855	18,4%
Outras receitas correntes	16 000	25 096	156,8%	0,3%	20 150	0,2%	4 946	24,5%
Subtotal	1 390 364	589 362	42,4%	7,0%	895 966	10,7%	-306 604	-34,2%
Receitas de Capital								
Região Autónoma da Madeira	141 196	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
Passivos Financeiros	4 038 102	3 914 527	96,9%	46,8%	3 856 336	46,1%	58 191	1,5%
Saldo da gerência anterior	3 865 937	3 865 936	100,0%	46,2%	3 611 187	43,2%	254 749	7,1%
Subtotal	8 045 235	7 780 463	96,7%	93,0%	7 467 523	89,3%	312 940	4,2%
Receita Total	9 435 599	8 369 825	88,7%	100,0%	8 363 489	100,0%	6 336	0,1%

Fonte: SDPS

Relativamente a 2020, note-se o decréscimo em 306 604 euros das receitas, que representa um decréscimo na ordem dos 34,2%, justificado pelo COVID-19, bem como pelo reflexo da isenção das taxas e rendas aos concessionários e arrendatários privados até junho de 2021 e da retoma do pagamento de rendas parciais a partir de julho, pese embora ainda vários concessionários continuassem isentos nos termos das orientações do acionista, em função do volume de negócios.

As receitas de capital tiveram um ligeiro aumento em 4,2%.

No entanto, comparativamente a 2020, note-se um crescimento de 18,4% nas receitas provenientes da atividade operacional da SDPS, refletida no capítulo Venda de Bens e Serviços Correntes, resultado da retoma da operação Dinamarca a partir de meados de setembro. No entanto estes montantes nem atingiu metade dos montantes faturados pré pandemia.

As receitas de capital tiveram um ligeiro aumento em 4,2%, influenciados pelo valor transitado em saldo de gerência de 2020.

8.3.4. TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL

QUADRO 22 – TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL

Designação	2021		2020		Variação 2021/2020	
	Orçamento Corrigido	Execução	Execução			
	€	€ %	€		€	%
Sociedades e quase soc. não financeiras	1 121 581	0 0,0%	0		0	0,0%
Privadas	1 121 581	0 0,0%	0		0	0,0%
Total	1 121 581	0 0,0%	0		0	0,0%

Fonte: SDPS

No orçamento para 2021, inicialmente foi previsto um valor a ser executado nesta rubrica, no entanto não houve qualquer execução registada.

Estes montantes estão consignados a investimentos, sendo parte avalizada pelo Governo Regional, pelo que a sua utilização está dependente de autorização prévia.

8.3.5. RECEITA POR FONTE DE FINANCIAMENTO

Os recursos financeiros globais da SDPS em 2021 resultaram, essencialmente de:

- Receitas próprias
- Contrato programa – perda receita COVID-19
- Injeção de Capital
- Integração do Saldo de gerência de 2020.

O financiamento da SDPS por fonte de financiamento, encontra-se demonstrado no quadro infra:

QUADRO 23 - DISTRIBUIÇÃO DA RECEITA POR FONTE DE FINANCIAMENTO

Designação	2021		2020		Variação 2021/2020	
	Execução	Peso	Execução	Peso	€	%
	€	%	€	%		
Passivos Financeiros - RAM	0	0,0%	956 336	11,4%	-956 336	-100,0%
RG Não Afetas a Projetos Co-Financiados	1 014 527	12,1%	3 299 405	39,5%	-2 284 878	-69,3%
Saldos RG Não Afetas a Projetos Co-Financiados	326 622	3,9%	38 008	0,5%	288 614	759,4%
RP do Ano com Outras Origens	589 363	7,0%	496 562	5,9%	92 801	18,7%
Saldos RP Transitados - Com Outras Origens	3 539 314	42,3%	3 573 178	42,7%	-33 864	-0,9%
No Sistema Bancário Externo	2 900 000	34,6%	0	0,0%	2 900 000	100,0%
Receita Total	8 369 825	100,0%	8 363 489	100,0%	6 336	0,1%

Fonte: SDPS

No que concerne à fonte de financiamento, o quadro abaixo evidencia o elevado peso dos Passivos Financeiros contraídos junto do acionista Região Autónoma da Madeira, que representa 46,20% do total do orçamento da receita.

Observa-se um aumento do peso das receitas próprias face a 2020, representando, em 2021, 7% do total das receitas, com um crescimento de 18,7%, comparativamente a período homólogo.

O peso do saldo de gerência no total da receita manteve-se semelhante, ao verificado no ano de 2020.

8.3.6. TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

As transferências correntes tiveram uma execução nula, em 2021 porquanto apesar de celebrado contrato programa para a receção de montantes destinados a compensar a perda de receita advinda da isenção de rendas não foram rececionados valores em 2021.

QUADRO 24 - TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

Designação	2021		2020		Variação 2021/2020	
	Orçamento Corrigido	Execução	Execução		€	%
	€	€	%	€		
Administração Regional	249 120	0 0,0%	399 405	-399 405	-100,0%	
Região Autónoma da Madeira	249 120	0 0,0%	399 405	-399 405	-100,0%	
Total	249 120	0 0,0%	399 405	-399 405	100,0%	

Fonte: SDPS

8.3.7. VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES

O capítulo Venda de Bens e Serviços Correntes registou um aumento em 18,4%, face a 2020.

QUADRO 25 - VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES

Designação	2021			2020		Variação 2021/2020	
	Orçamento Corrigido	Execução		Execução			
	€	€	%	€	€	%	
Venda de bens	50 301	49 917	99,2%	31 198	18 719	60,0%	
Mercadorias	50 301	49 917	99,2%	31 198	18 719	60,0%	
Serviços	1 074 943	514 349	47,8%	445 213	69 136	15,5%	
Aluguer de espaços e equipamentos	295 785	157 840	53,4%	241 702	-83 862	-34,7%	
Serviços sociais, recreativos, culturais e desporto	764 158	316 845	41,5%	173 376	143 469	82,8%	
Outros	15 000	39 664	264,4%	30 135	9 529	31,6%	
Total	1 125 244	564 266	50,1%	476 411	87 855	18,4%	

Fonte: SDPS

Este crescimento ficou a dever-se essencialmente à retoma da atividade, muito penalizada pelo COVID – 19 e conforme descrito no Capítulo das atividades desenvolvidas.

8.3.8. OUTRAS RECEITAS CORRENTES

A execução das receitas desta natureza em 2021, foi de 25 096€, que comparativamente a 2020 apresentou um crescimento de 24,5%.

QUADRO 26 - OUTRAS RECEITAS CORRENTES

Designação	2021			2020		Variação 2021/2020	
	Orçamento Corrigido	Execução		Execução			
	€	€	%	€	€	%	
Outras	16 000	25 096	156,8%	20 150	4 946	24,5%	
Prémios, taxas por garantias de risco e diferenças de câmbio	1 000	0	0,0%	0	0	0,0%	
Outras	15 000	25 096	167,3%	20 150	4 946	24,5%	
Total	16 000	25 096	156,8%	20 150	4 946	24,5%	

Fonte: SDPS

8.3.9. OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL

Neste agrupamento pode-se verificar que face a 2020, houve um ligeiro aumento em 1,5%.

QUADRO 27 - RECEITAS DE CAPITAL

Designação	2021			2020		Variação 2021/2020	
	Orçamento Corrigido	Execução		Execução			
	€	€	%	€	€	%	
Administração Regional	141 196	0	0,0%	0	0	0,0%	
Região Autónoma da Madeira	141 196	0	0,0%	0	0	0,0%	
Outros Ativos Financeiros	4 038 102	3 914 527	96,9%	3 856 336	58 191	1,5%	
Adm Públicas - Adm regional	4 038 102	3 914 527	96,9%	3 856 336	58 191	1,5%	
Total	4 179 298	3 914 527	93,7%	3 856 336	58 191	1,5%	

Fonte: SDPS



8.4. DESPESA

A SDPS apresentou em 2021 despesas globais no valor de 4 679 699,00€, com uma taxa de execução orçamental de 50,4% (despesas correntes - 1 627 302€, - 42,9% despesas de capital - 3 052 397, - 53,6%), conforme indicadores no quadro infra:

QUADRO 28 – ORÇAMENTO DA DESPESA: EXECUTADO/ORÇAMENTADO

Unidade: €

Designação	Orçamento inicial 2021 (1)	Orçamento corrigido 31.12.2021 (2)	Execução orçamental 31.12.2021 (3)	Variação = (3) - (2)	
				Valor	%
DESPESAS CORRENTES (1)	2 274 503	2 851 123	1 627 302	-1 223 821	-42,9%
01 Despesas com Pessoal	1 281 622	1 337 740	999 497	-338 244	-25,3%
01 01 Remunerações certas e permanentes	897 845	935 689	696 875	-238 814	-25,5%
01 02 Abonos variáveis ou eventuais	140 265	149 313	118 466	-30 847	-20,7%
01 03 Segurança social	243 512	252 738	184 156	-68 582	-27,1%
02 Aquisição de bens e serviços	736 881	1 311 601	492 759	-818 842	-62,4%
02 01 Aquisição de bens	129 534	117 475	17 337	-100 138	-85,2%
02 02 Aquisição de serviços	607 347	1 194 126	475 421	-718 705	-60,2%
03 Juros e outros encargos	1 000	1 000	20	-980	-98,0%
0305 outros juros	1 000	1 000	20	-980	-98,0%
04 Transferências correntes	25 000	25 000	12 601	-12 399	-49,6%
04 08 Famílias	25 000	25 000	12 601	-12 399	-49,6%
06 Outras despesas correntes	230 000	175 782	122 426	-53 356	-30,4%
0602 Diversas	230 000	175 782	122 426	-53 356	-30,4%
DESPESAS DE CAPITAL (2)	3 295 159	6 584 476	3 052 397	-3 532 079	-53,6%
07 Aquisição de bens de capital	395 159	2 562 895	152 397	-2 410 498	-94,1%
07 01 Investimentos	395 159	2 562 895	152 397	-2 410 498	-94,1%

08 Transferências de Capital	0	1 121 581	0	-1 121 581	-100,0%
08 01 Privadas	0	1 121 581	0	-1 121 581	-100,0%
10 Passivos financeiros	2 900 000	2 900 000	2 900 000	0	0,0%
10 06 Empréstimos de médio e longo prazo	2 900 000	2 900 000	2 900 000	0	0,0%
TOTAL DAS DESPESAS (3) = (1)+(2)	5 569 662	9 435 599	4 679 699	-4 755 900	-50,4%

Fonte: SDPS

8.4.1. DESPESAS COM PESSOAL

As Despesas com o Pessoal representam 21,36% do total da despesa, com um valor 0,9M€.

QUADRO 29 - DESPESAS COM O PESSOAL

Designação	2021			2020		Variação 2021/2020	
	Orçamento Corrigido	Execução		Execução			
	€	€	%	€	€	%	
Remunerações certas e permanentes	935 689	696 875	74,5%	679 123	17 752	2,6%	
Órgãos sociais	46 572	37 229	79,9%	36 074	1 155	3,2%	
Pessoal dos quadros-Reg de contrato de trabalho em funções públicas	62 994	46 292	73,5%	31 366	14 925	47,6%	
Pessoal dos quadros-Reg de contrato individual trabalho	620 661	440 584	71,0%	445 360	-4 775	-1,1%	
Representação	22 175	19 767	89,1%	16 778	2 990	17,8%	
Suplementos e prémios	9 641	7 099	73,6%	7 205	-105	-1,5%	
Subsídio de refeição	81 380	56 492	69,4%	56 478	14	0,0%	
Subsídio de férias e de Natal	92 266	89 411	96,9%	85 863	3 548	4,1%	
Abonos variáveis ou eventuais	149 313	118 466	79,3%	115 460	3 006	2,6%	
Gratificações variáveis ou eventuais	4 200	3 102	73,9%	1 354	1 749	129,2%	
Ajudas de custo	3 000	0	0,0%	0	0	0,0%	
Abono para falhas	2 917	2 208	75,7%	2 254	-46	-2,0%	
Formação	2 500	210	8,4%	1 746	-1 536	-88,0%	
Subsídio de turno	8 105	6 476	79,9%	6 071	406	6,7%	
Outros abonos em numerário ou espécie	128 591	106 469	82,8%	104 036	2 434	2,3%	
Segurança social	252 738	184 156	72,9%	172 027	12 129	7,1%	
Contribuições para a segurança social	238 683	178 161	74,6%	166 940	11 221	6,7%	
Seguros	11 250	5 080	45,2%	5 087	-7	-0,1%	
Outras Despesas de Segurança Social	2 805	914	32,6%	0	914	100,0%	
Total	1 337 740	999 497	74,7%	966 610	32 887	3,4%	

Fonte: SDPS

No agrupamento 01 – Despesas com pessoal houve uma execução de 966 610,00€, que em termos globais representou um acréscimo de 3,4%, comparativamente a 2020. Embora se verifique uma redução nas rubricas de Pessoal dos Quadros – Regime do Contrato Individual Trabalho” e “Formação”, as demais rubricas cresceram, que se explica da seguinte forma:

- Pessoal dos Quadros – Regime de Contrato de Trabalho em funções públicas: aumento de 47,6%, justificado pela celebração de acordo de cedência de um trabalhador do quadros do IDR – Instituto de Desenvolvimento Regional, para exercer funções no Centro Hípico do Porto Santo
- Gratificações Variáveis ou Eventuais: aumento de 129% resultado da atividade em 2020 ter sido reduzida por causa do COVID-19, o que não se verificou em 2021
- Formação: decréscimo de 88% pelo facto de que em 2020 ter sido promovida a frequência de uma pós-graduação em contratação pública
- Outras Despesas de Segurança Social: aumento de 100% que decorreu da implementação dos serviços de Higiene, Segurança e Saúde no trabalho, rubrica que não existia em anos anteriores.

8.4.2. AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS

A Aquisição de Bens e Serviços representa 10,53% do total da despesa, com um valor de 0,4M€.

QUADRO 30 - AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS

Designação	2021		2020		Variação 2021/2020	
	Orçamento Corrigido	Execução	Execução			
	€	€ %	€	€	€	%
Aquisição de bens	117 475	17 337 14,8%	36 251	-18 913	-52,2%	
Combustíveis e lubrificantes	25 000	0 0,0%	9 025	-9 025	100,0%	
Limpeza e higiene	7 500	3 539 47,2%	4 790	-1 250	-26,1%	
Vestuário e artigos pessoais	5 000	0 0,0%	0	0	0,0%	
Material de escritório	5 000	1 374 27,5%	5 840	-4 466	-76,5%	
Prémios condecorações e ofertas	100	0 0,0%	0	0	0,0%	
Ferramentas e utensílios	43 941	10 863 24,7%	14 649	-3 786	-25,8%	
Livros e documentação técnica	50	0 0,0%	0	0	0,0%	
Outros bens	30 884	1 561 5,1%	1 947	-386	-19,8%	
Aquisição de serviços	1 194 126	475 421 39,8%	348 374	127 047	36,5%	
Encargos das instalações	255 000	187 067 73,4%	135 092	51 975	38,5%	
Limpeza e higiene	12 000	0 0,0%	7 651	-7 651	100,0%	
Conservação de bens	228 907	66 025 28,8%	52 038	13 986	26,9%	
Comunicações	14 600	9 936 68,1%	9 444	492	5,2%	
Transportes	1 000	46 4,6%	675	-630	-93,2%	
Seguros	36 264	13 076 36,1%	11 102	1 974	17,8%	
Deslocações e estadas	10 000	5 488 54,9%	3 968	1 520	38,3%	
Estudos pareceres projetos e consultadoria	233 081	32 786 14,1%	45 501	-12 715	-27,9%	
Publicidade	57 500	53 310 92,7%	24 084	29 226	121,4%	
Assistência técnica	12 599	6 077 48,2%	8 017	-1 940	-24,2%	
Outros trabalhos especializados	308 404	96 955 31,4%	43 632	53 322	122,2%	
Outros serviços	24 771	4 657 18,8%	7 169	-2 513	-35,0%	
Total	1 311 601	492 759 37,6%	384 625	108 134	28,1%	

Fonte: SDPS



Foram executadas neste agrupamento as despesas diretamente relacionadas com a atividade corrente da empresa, nomeadamente:

- Conservação e reparação dos equipamentos e infraestruturas que não se enquadram como investimento de natureza corpórea
- Gastos das instalações (água, luz, comunicações)
- Aquisições de combustíveis, limpeza e higiene, seguros entre outras despesas

Para variação observada, salientam-se as de maior valor absoluto:

- As reduções maiores verificaram-se nos combustíveis e lubrificantes, material de escritório, ferramentas e utensílios, limpeza e higiene, transportes, estudos pareceres projetos e consultadoria, assistência técnica e nos outros serviços, pois o Conselho de Administração tomou algumas medidas de redução de custos
- Os aumentos maiores verificaram-se nos encargos com as instalações, conservação de bens, seguros, deslocações e estadas, publicidade e outros trabalhos especializados.

8.4.3. JUROS E OUTROS ENCARGOS

Os Juros e Outros Encargos representam um valor reduzido, tendo uma expressão residual no total da despesa, e apresentam uma diminuição de -33% face a 2020.

Para este valor contribui essencialmente a faturação da ARM, que tem um prazo de pagamento muito apertado para a validação e liquidação, pese embora já tenha sido solicitado o alargamento do prazo. Tem sido efetuado um esforço pelo cumprimento, pelo que apesar dos montantes serem quase inexpressivos, verificou-se uma redução acentuada.

QUADRO 31- JUROS E OUTROS ENCARGOS

Designação	2021		2020		Variação 2021/2020	
	Orçamento Corrigido	Execução	Execução			
	€	€ %	€	€	%	
Outros juros	1 000	20 2,0%	30	-10	-33,0%	
Outros	1 000	20 2,0%	30	-10	-33,0%	
Total	1 000	20 2,0%	30	-10	-33,0%	

Fonte: SDPS

De destacar que no ano de 2021 não houve juros bancários a pagar.



Handwritten signature and initials in blue ink.

8.4.4. TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

As transferências correntes, no total de 12 601,00€ destinaram-se ao reembolso dos pagamentos efetuados na sequência dos programas de emprego celebrados com o Instituto de Emprego da Madeira, IP.

QUADRO 32 - TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

Designação	2021		2020		Variação 2021/2020	
	Orçamento Corrigido	Execução	Execução			
	€	€ %	€		€	%
Famílias	25 000	12 601 50,4%	8 920		3 681	41,3%
Outras	25 000	12 601 50,4%	8 920		3 681	41,3%
Total	25 000	12 601 50,4%	8 920		3 681	41,3%

Fonte: SDPS

O aumento verificado, comparativamente ao ano anterior, resultou do acolhimento de um maior número de beneficiários.

8.4.5. OUTRAS DESPESAS CORRENTES

Este subagrupamento representa 0,27% do total da despesa, e apresenta um aumento de 41,3% face a 2020.

QUADRO 33 - IMPOSTOS E TAXAS

Designação	2021		2020		Variação 2021/2020	
	Orçamento Corrigido	Execução	Execução			
	€	€ %	€		€	%
Diversas	175 782	122 426 69,6%	131 948		-9 522	-7,2%
Impostos e taxas	175 782	122 426 69,6%	131 948		-9 522	-7,2%
Total	175 782	122 426 69,6%	131 948		-9 522	-7,2%

Fonte: SDPS

A diminuição verificada resultou essencialmente dos valores pagos referentes ao IVA, que reduziram significativamente, fruto da redução da atividade.

8.4.6. AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL

Este subagrupamento representa 3,26% do total da despesa, e apresenta um crescimento de 74,4% face a 2020.

QUADRO 34 - AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL

Designação	2021			2020		Variação 2021/2020	
	Orçamento Corrigido	Execução		Execução			
	€	€	%	€	€	%	
Investimentos	2 562 895	152 397	5,9%	87 400	64 997	74,4%	
Terrenos	15 000	5 108	34,1%	0	5 108	100,0%	
Construções diversas	2 370 704	67 496	2,8%	59 253	8 243	13,9%	
Material de transporte	40 000	32 940	82,4%	13 000	19 940	153,4%	
Equipamento de Informática	15 750	0	0,0%	0	0	0,0%	
Software informático	16 593	1 083	6,5%	1 702	-619	-36,3%	
Equipamento básico	104 848	45 769	43,7%	13 445	32 324	240,4%	
Total	2 562 895	152 397	5,9%	87 400	64 997	74,4%	

Fonte: SDPS

O acréscimo verificado resulta do aumento da execução em todas as rubricas e do esforço que tem sido efetuado na reabilitação dos empreendimentos e na regularização patrimonial, conforme descrito no capítulo dos investimentos e das decisões de gestão.

8.4.7. PASSIVOS FINANCEIROS

Os Passivos Financeiros representam 61,97% do total da despesa, e apresentam um valor executado igual a 2020. Neste subagrupamento foi registado o pagamento do serviço da dívida à banca comercial (amortizações de capital) decorrente dos empréstimos bancários contraídos para a realização dos investimentos na década de 2000-2010.

QUADRO 35 - PASSIVOS FINANCEIROS

Designação	2021			2020		Variação 2021/2020	
	Orçamento Corrigido	Execução		Execução			
	€	€	%	€	€	%	
Empréstimos a médio e longo prazos	2 900 000	2 900 000	100,0%	2 900 000	0	0,0%	
Sociedades financeiras - Bancos e outras	2 900 000	2 900 000	100,0%	2 900 000	0	0,0%	
instituições financeiras							
Total	2 900 000	2 900 000	100,0%	2 900 000	0	0,0%	

Fonte: SDPS

Consta-se que os encargos com o serviço da dívida, correspondem a mais de metade do valor total dos gastos da SDPS, ficando claramente demonstrado o excessivo ónus nas contas desta sociedade.

Os gastos de auditoria, apesar de constarem nas rubricas orçamentais, como despesas dos órgãos sociais, estão expressos para efeitos de SNC-AP nos gastos de Fornecimentos e Serviços Externos (Trabalhos especializados).

Por fim, importa referir que existe um saldo positivo entre o total das receitas e o total das despesas no valor de 3,594 M€, o qual transitará em saldo de gerência para 2022.

8.4.8. LIMITE DE CRESCIMENTO DO ENDIVIDAMENTO

Como já referido anteriormente, o atual enquadramento da SDPS, enquanto EPR determinou que as suas necessidades de financiamento anual, para além das receitas próprias, foram cobertas também por injeção de capital, cujos montantes estavam inscritos no Orçamento da Região autónoma da Madeira para 2021.



QUADRO 36 – FINANCIAMENTOS OBTIDOS PARA O SERVIÇO DA DÍVIDA

Unidade: €

Rubricas	2021	2020	Variação	
			Valor	%
Deutsche Pfandbriefbank AG (Deutsche Bank)	16 499 999,96	18 333 333,30	(1 833 333,34)	-10,00%
Deutsche Pfandbriefbank AG (Depfa Bank)	10 666 666,70	11 733 333,36	(1 066 666,66)	-9,09%

Fonte: SDPS

8.4.9. PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO

A divulgação dos pagamentos em atraso é obrigatória nos termos da Lei dos Compromissos e dos pagamentos em Atraso, a que a SDPS dá cumprimento, reportando aos órgãos competentes e no sítio da internet das Sociedades.

Em conformidade com a RCM n.º 34/2008, de 22 de fevereiro, que aprovou o Programa Pagar a Tempo e Horas, com a alteração introduzida pelo Despacho n.º 9870/2009, do Ministério das Finanças e Administração Pública, de 13 de abril, o prazo médio de pagamento a fornecedores verificado em 2021 é inferior a 60 dias.

8.4.10. DIVULGAÇÃO DE ATRASOS NOS PAGAMENTOS (“ARREARS”)

No final de 2021 não existiam quaisquer pagamentos em atraso, como se evidencia a seguir:

QUADRO 37 – PRAZOS DE PAGAMENTO

Dívidas Vencidas	Valor (€)	Valor das dívidas vencidas de acordo com o art. 1.º DL 65-A/2011 (€)				
	0-90 dias	90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias	> 360 dias	
Aq. de Bens e Serviços	-	-	-	-	-	
Aq. de Capital	-	-	-	-	-	
Total	-	-	-	-	-	

Fonte: SDPS

No final de 2021 existiam montantes de recebimentos em atraso, como se evidencia a seguir:

QUADRO 38 - PRAZOS DE RECEBIMENTO

Dívidas Vencidas	Valor das dívidas vencidas de acordo com o art. 1.º DL 65-A/2011 (€)					Total
	Valor (€)	0-90 dias	90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias	
Aq. de Bens e Serviços	3 707,83	236,08	6 583,74	34 295,73	28 715,27	73 538,65

Fonte: SDPS

Em sede de controlo dos atrasos, quer dos recebimentos, quer nos pagamentos é de assinalar que a SDPS tem vindo a implementar os mecanismos necessários tendentes a prevenir tais ocorrências, nomeadamente através de uma gestão mais eficiente de identificação dos riscos de incumprimentos nos pagamentos e dos procedimentos de faturação e de pagamento. Destaca-se a aprovação de um Regulamento e normas específicas.

Existem montantes em cobrança coerciva que estão a ser acompanhados pela Abreu & Advogados – Sociedade de Advogados, RL.

9. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA





9. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

De destacar o Enquadramento Macroeconómico no ano 2021 no contexto nacional, em que o Produto Interno Bruto (PIB) no 3.º trimestre de 2021, registou um crescimento de 4,2%, assinalando a retoma da atividade económica com o gradual levantamento das restrições a vários setores, procura interna foi determinante, com destaque para o investimento (FBC).

A taxa de desemprego manteve a trajetória decrescente para os 6,1%, e a população empregada continuou em crescimento, sobretudo nos serviços, e 12,7% da população empregada manteve-se em teletrabalho.

Destaque para a redução nas moratórias públicas, que abrangiam 18% dos empréstimos às empresas, quando no segundo semestre de 2020, chegaram a 34%.

O défice público ficou em -5,4% do PIB no 2º trimestre, registando uma ligeira melhoria face ao trimestre anterior e a dívida pública reduziu-se para 130,9% do PIB. Espera-se que no final de 2021, o défice e dívida pública se situem em -4,5% e 128% do PIB, respetivamente²⁷.

No contexto da Região Autónoma da Madeira e, de acordo com os dados mais recentes do Indicador Regional de Atividade Económica (IRAE)²⁸, observamos que a atividade económica regional no 3.º trimestre de 2021, manteve-se em forte crescimento, apresentando, no entanto, alguma desaceleração face ao trimestre precedente.

Indicador Regional de Atividade Económica (média móvel 3 meses)



²⁷ Fonte: AD&C – Flash Macroeconómico 3.º trimestre de 2021

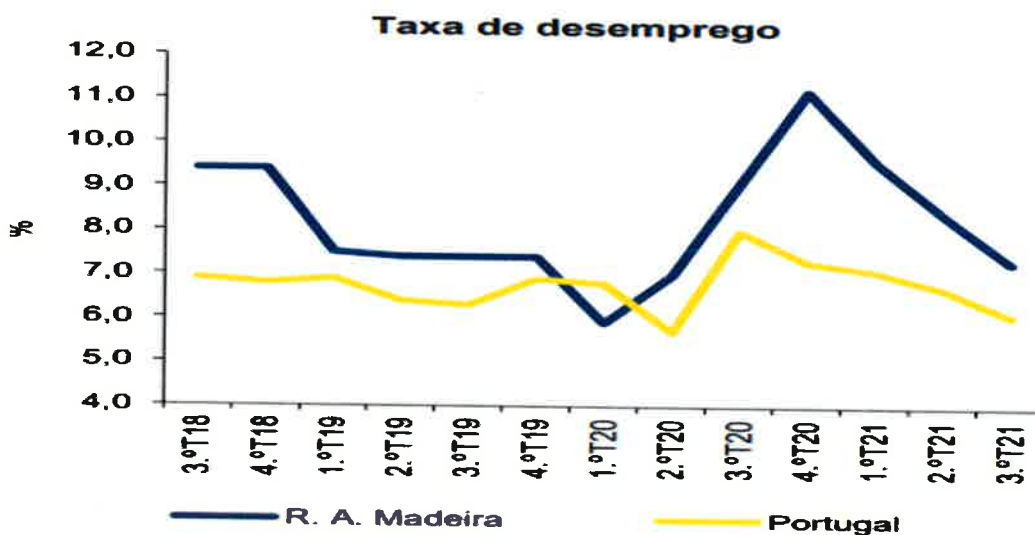
²⁸ O Indicador Regional de Atividade Económica (IRAE) é um instrumento de síntese que tem como objetivo facilitar o acompanhamento atempado da evolução da economia regional, nomeadamente no que se refere à sua direção e magnitude das flutuações, não se apresentando como um substituto de outras estatísticas oficiais, nomeadamente no que se refere à taxa de variação homóloga do Produto Interno Bruto (PIB).

O IRAE, que mede a evolução da atividade económica, por comparação com o período homólogo, e tal como se antecipava, cresceu acentuadamente, o que naturalmente é explicado pela quase paralisação da economia em grande parte do ano de 2020.

O PIB, registou um crescimento de 4,9% em volume, o mais elevado desde 1990, após a diminuição histórica de 8,4% em 2020, na sequência dos efeitos marcadamente adversos da pandemia COVID-19, na atividade económica.

Esta variação do PIB resulta entre outros fatores do contributo expressivo da procura interna (que tinha sido negativa em 2020), com uma recuperação do consumo privado e do investimento²⁹.

A taxa de desemprego, que apresentou uma subida acentuada a partir do 1.º trimestre de 2020, desde o 1.º trimestre de 2021 tem vindo a decrescer, conforme podemos observar no gráfico infra:



Os resultados do Inquérito ao Emprego relativos ao 3.º trimestre de 2021, indicam uma taxa de desemprego na RAM, estimada em 7,3%³⁰.

Em 2021 a SDPS apresentou um EBITDA negativo de 852.335,72€, o que representa uma margem de -937% devido à constituição de provisões no âmbito do processo referente ao Penedo do Sono.

²⁹ Fonte: Direção Regional de Estatística.

³⁰ Fonte: Direção Regional de Estatística



Para a formação deste resultado não foram consideradas as imparidades de ativos, bem como os aumentos/reduções de justo valor.

9.1. ANÁLISE À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

A Demonstração de Resultados da SDPS reflete os rendimentos e os gastos do exercício, evidenciando os resultados da atividade no ano de 2021 e comparando-os com o ano de 2020.

Neste sentido, o quadro 25 patenteia os resultados dos exercícios de 2021 e 2020, bem como a sua variação.

QUADRO 39 - DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Rendimentos e Gastos	2021	2020	Variação	
			Valor	%
Vendas	40 562,00	25 552,72	15 009,28	58,74%
Prestações de serviços	423 031,78	324 737,35	98 294,43	30,27%
Transferências correntes e subsídios à exploração	247 600,00	399 405,00	(151 805,00)	-38,01%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(26 061,27)	(17 095,71)	(8 965,56)	52,44%
Fornecimentos e serviços externos	(430 565,07)	(319 189,33)	(111 375,74)	34,89%
Gastos com o pessoal	(1 011 064,66)	(974 305,04)	(36 759,62)	3,77%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-	41 893,12	(41 893,12)	-100,00%
Provisões (aumentos/reduções)	(6 017 135,00)	-	(6 017 135,00)	100,00%
Outros rendimentos e ganhos	21 565,08	24 667,97	(3 102,89)	-12,58%
Outros gastos e perdas	(117 403,58)	(93 437,72)	(23 965,86)	25,65%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento	(6 869 470,72)	(587 771,64)	(6 281 699,08)	1068,73%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	(1 111 461,57)	(1 115 516,26)	4 054,69	-0,36%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)	(7 980 932,29)	(1 703 287,90)	(6 277 644,39)	368,56%
Resultado antes de impostos	(7 980 932,29)	(1 703 287,90)	(6 277 644,39)	368,56%
Imposto sobre o rendimento do período	(362,42)	(205,42)	(157,00)	76,43%
Resultado líquido do período	(7 981 294,71)	(1 703 493,32)	(6 277 801,39)	368,53%

Fonte: Opção Divina

Como se pode concluir, o Resultado Líquido do Exercício aumentou em 6.277.801,39€. Para esta variação, concorre os aumentos das Provisões.

9.1.1. RENDIMENTOS

Os rendimentos obtidos no ano 2021 ascenderam a 732.758,86€, resultantes, na sua maioria, dos contratos de concessão de exploração de espaços tutelados pela SDPS.

QUADRO 40 – RENDIMENTOS

Rendimentos	2021	2020	Variação	
			Valor	%
Vendas	40 562,00	25 552,72	15 009,28	58,74%
Prestações de serviços	423 031,78	324 737,35	98 294,43	30,27%
Transferências correntes e subsídios à exploração	247 600,00	399 405,00	(151 805,00)	-38,01%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-	41 893,12	(41 893,12)	
Outros rendimentos e ganhos	21 565,08	24 667,97	(3 102,89)	-12,58%
Rendimentos Totais	732 758,86	816 256,16	(83 497,30)	-10,23%

Fonte: Opção Divina

Como se pode observar, os rendimentos provenientes da atividade operacional, nomeadamente as Prestações de Serviços, aumentaram em 30,27%, uma variação que ascende a 98.294,43€.

9.1.2. GASTOS

Os gastos do ano 2021 ascenderam a 8.713.691,15€, apresentando um aumento de 245,84%, o equivalente a 6.194.147,09M€.

QUADRO 41 – GASTOS

Gastos	2021	2020	Variação	
			Valor	%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(26 061,27)	(17 095,71)	(8 965,56)	52,44%
Fornecimentos e serviços externos	(430 565,07)	(319 189,33)	(111 375,74)	34,89%
Gastos com o pessoal	(1 011 064,66)	(974 305,04)	(36 759,62)	3,77%
Provisões (aumentos/reduções)	(6 017 135,00)	-	(6 017 135,00)	100,00%
Outros gastos e perdas	(117 403,58)	(93 437,72)	(23 965,86)	25,65%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	(1 111 461,57)	(1 115 516,26)	4 054,69	-0,36%
Gastos Totais	(8 713 691,15)	(2 519 544,06)	(6 194 147,09)	245,84%

Fonte: Opção Divina

Esta variação é devida ao aumento das Provisões.

9.2. RENDIMENTOS DE EXPLORAÇÃO E GASTOS DE EXPLORAÇÃO

Os Rendimentos de Exploração e os Gastos de Exploração estão explanados no quadro infra.

QUADRO 42 - ESTRUTURA DOS RENDIMENTOS E GASTOS DE EXPLORAÇÃO

Descrição	2021	2020	Variação	
			Valor	%
Rendimentos de exploração	732 758,86	816 256,16	(83 497,30)	-10,23%
Gastos de exploração	(7 602 229,58)	(1 404 027,80)	(6 198 201,78)	441,46%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento (EBITDA)	(6 869 470,72)	(587 771,64)	(6 281 699,08)	1068,73%
Margem (EBITDA) %	-937%	-72%		

Fonte: Opção Divina

9.2.1. RENDIMENTOS DE EXPLORAÇÃO

Os Rendimentos de exploração tiveram um decréscimo na ordem dos 10,23%, uma variação que ascende a 83.497,30€.

QUADRO 43 - RENDIMENTOS DE EXPLORAÇÃO

Rubricas	2021	2020	Variação	
			Valor	%
Prestações de serviços	423 031,78	324 737,35	98 294,43	30,27%
subsídios à exploração	247 600,00	399 405,00	(151 805,00)	-38,01%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-	41 893,12	(41 893,12)	-100,00%
Outros rendimentos e ganhos	21 565,08	24 667,97	(3 102,89)	-12,58%
Total	732 758,86	816 256,16	(83 497,30)	-10,23%

Fonte: Opção Divina

9.2.2. GASTOS DE EXPLORAÇÃO

Verifica-se este ano que o total das rubricas de exploração da empresa, tiveram um aumento de gastos na ordem 6.198.201,78M€, sendo as principais rubricas as Provisões e fornecimentos e serviços externos.

Note-se que:

- O Custo das Mercadorias Vendidas e das matérias Consumidas apresentaram um aumento de 52,44% (8.965,56€)
- Os Fornecimentos e Serviços Externos apresentaram um aumento de 34,89% (113.375,74€) referente a aquisição de várias despesas para os vários empreendimentos
- Os gastos com o pessoal apresentaram um aumento de 3,77% (36.759,62€) devido ao regresso de 2 trabalhadores que estavam na situação de baixa e à atualização do Salário Mínimo Regional.
- Na rubrica “Outros gastos e perdas” houve um aumento na ordem dos 25,65%.

QUADRO 44 - GASTOS DE EXPLORAÇÃO

Rubricas	2021	2020	Variação	
			Valor	%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(26 061,27)	(17 095,71)	(8 965,56)	52,44%
Fornecimentos e serviços externos	(430 565,07)	(319 189,33)	(111 375,74)	34,89%
Gastos com o pessoal	(1 011 064,66)	(974 305,04)	(36 759,62)	3,77%
Provisões (aumentos/reduções)	(6 017 135,00)	-	(6 017 135,00)	100,00%
Outros gastos e perdas	(117 403,58)	(93 437,72)	(23 965,86)	25,65%
Total	(7 602 229,58)	(1 404 027,80)	(6 198 201,78)	441,46%

Fonte: Opção Divina

9.2.3. ESTRUTURA DOS GASTOS DE EXPLORAÇÃO

Na estrutura de gastos de exploração da empresa, o maior peso centrou-se nas “Provisões”, com 79,15%, seguindo-se os “Gastos com o Pessoal”, com 13,30%.

QUADRO 45 - ESTRUTURA PERCENTUAL DOS GASTOS DE EXPLORAÇÃO

Rubricas	2021	2020
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	0,34%	1,22%
Fornecimentos e serviços externos	5,66%	22,73%
Gastos com o pessoal	13,30%	69,39%
Provisões (aumentos/reduções)	79,15%	0,00%
Outros gastos e perdas	1,54%	6,65%
Total	100,00%	100,00%

Fonte: Opção Divina

9.3. FUNDOS LIBERTOS

A cobertura do investimento por autofinanciamento apresenta-se negativo devido ao valor dos “Gastos/reversões de depreciação e de amortização” não serem suficientes para cobrir o resultado líquido negativo.

QUADRO 46 - FUNDOS LIBERTOS

Rubricas	2021	2020
Resultado líquido do exercício	(7 981 294,71)	(1 703 493,32)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	1 111 461,57	1 115 516,26
Cobertura do Investimento por autofinanciamento	(6 869 833,14)	(587 977,06)

Fonte: Opção Divina

9.4. SITUAÇÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL

O quadro que se segue evidencia a evolução da situação patrimonial no período de 2021/2020.

Do lado das aplicações de fundos destaca-se, em termos absolutos, a manutenção do imobilizado líquido, com valores superiores a 63,74% do ativo líquido total, sendo a parcela com maior representatividade nas contas da SDPS o que reflete o volume de investimento efetuado, de acordo com as orientações de gestão dos acionistas.

Em relação ao ativo corrente, verifica-se um aumento de 0,73% (146.291,22€), comparativamente ao ano anterior.

Note-se, por último, que apesar da diminuição das dívidas de clientes, a SDPS continua com elevados montantes a receber, algumas com antiguidade e em cobrança coerciva.

QUADRO 47 - SITUAÇÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL (1)

Rubricas	2021	2020	Varição Valor	%
ATIVO NÃO CORRENTE				
Ativos fixos tangíveis	35 484 789,49	36 467 720,51	(982 931,02)	-2,70%
Total de ativo não corrente	35 484 789,49	36 467 720,51	(982 931,02)	-2,70%
ATIVO CORRENTE				
Clientes, contribuintes e utentes	61 489,92	73 538,68	(12 048,76)	-16,38%
Estado e outros entes públicos	234 657,09	222 198,92	12 458,17	5,61%
Outras contas a receber	10 545 110,17	10 226 945,32	318 164,85	3,11%
Caixa e depósitos	3 759 446,71	3 902 480,89	(143 034,18)	-3,67%
Total de ativo corrente	20 190 406,06	20 044 114,84	146 291,22	0,73%
TOTAL DO ATIVO	55 675 195,55	56 511 835,35	(836 639,80)	-1,48%

Fonte: Opção Divina

O Ativo Líquido atingiu os 55.675.195,55€ e registou uma diminuição de 1,48% (836.639,80€) face ao ano anterior.

Esta diminuição verificou-se em quase todas as rubricas do ativo.

- Por um lado, existe o efeito das depreciações do ativo, que anualmente refletem nas contas de resultados o desgaste dos bens do ativo fixo tangível e intangível da empresa.
- Por outro lado, verifica-se uma diminuição das dívidas de clientes, face ao esforço que a SDPS tem vindo a desenvolver na cobrança das receitas, bem como na promoção da cobrança coerciva através da Abreu & Advogados, para aqueles clientes que se afiguram de cobrança duvidosa ou incobrável.

No entanto, verifica-se uma redução de 143.034,18€ do saldo de caixa e depósitos bancários.

Desde a sua fundação como sociedade anónima em 1999, o ativo líquido da SDPS cresceu, fruto dos elevados investimentos em infraestruturas e equipamentos de interesse comum na Ilha do Porto Santo.

No entanto, atualmente a tendência é a oposta: o ativo líquido a decrescer porque o investimento já está consolidado e o efeito das amortizações contribuem para o seu decréscimo.

9.5. RESULTADOS ANTES DE DEPRECIAÇÕES, GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS

Os resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos, são negativos, atingindo o valor de 6.869.470,72M€.

O Resultado Líquido do Exercício registou um prejuízo de 7.981.294,71M€.

No ano de 2021, o Passivo Corrente atingiu os 3.879.821,35M€, registando-se assim um aumento de 112.993,08€. Esta situação ficou a dever-se ao aumento da rubrica “Outras contas a pagar”.

Registe-se a diminuição das dívidas a fornecedores de conta corrente, que atualmente nas contas da SDPS quase não tem expressão, uma vez que a empresa tem feito um esforço no sentido de não deixar valores em dívida no final do ano económico, bem como a diminuição dos outros passivos financeiros, diminuindo a amortização dos empréstimos bancários a que estão associadas. Por outro lado, o facto da empresa reconhecer anualmente nos seus resultados o valor dos subsídios ao investimento na mesma proporção das amortizações do exercício, resulta numa melhoria dos resultados da empresa.

Associado a estes resultados, também se encontra uma política de gestão, no sentido da SDPS tender para que os rendimentos da sua atividade, sejam suficientes para a cobertura dos gastos com a mesma (sem o efeito das amortizações do exercício e da amortização da dívida).

Em termos de rubricas de origens de fundos, verifica-se um crescimento no Capital Próprio, influenciado, em especial, pelo aumento da Rúbrica “Outros instrumentos de Capital Próprio”, a Rúbrica de “Resultados transitados” vai sendo prejudicada pela transferência dos Resultados líquidos que têm sido negativos, bem como pelo decréscimo das “Outras variações no capital próprio”, que vai diminuindo à medida que vai sendo imputado parte do valor dos subsídios ao investimento na proporção das depreciações do exercício. Considerando os avultados prejuízos fiscais, sobre os quais a SDPS considera, nesta data, não existir a capacidade de dedução a lucros tributáveis futuros, não foram reconhecidos impostos diferidos ativos de qualquer natureza.

No que respeita ao “Passivo não Corrente”, os “Financiamentos obtidos”, apresentam uma diminuição na ordem dos 6.849.438,46€. Nesta rubrica estão expressos os valores a reembolsar referentes a empréstimos contraídos junto do Depfa bank e Deutsche Bank.

QUADRO 48 - SITUAÇÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL (2)

Capital Próprio e Passivo	2021	2020	Variação	
			Valor	%
CAPITAL PRÓPRIO				
Património/Capital	79 518 535,00	79 518 535,00	-	0,00%
Outros instrumentos de capital próprio	28 351 798,52	20 487 833,23	7 863 965,29	38,38%
Prémios de emissão	1,62	1,62	-	0,00%
Resultados transitados	(78 724 402,89)	(77 020 909,57)	(1 703 493,32)	2,21%
Resultado líquido do período	(7 981 294,71)	(1 703 493,32)	(6 277 801,39)	368,53%
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO	21 164 637,54	21 281 966,96	(117 329,42)	-0,55%
PASSIVO NÃO CORRENTE				
Provisões	6 364 070,00	346 935,00	6 017 135,00	1734,37%
Financiamentos obtidos	24 266 666,66	31 116 105,12	(6 849 438,46)	-22,01%
Total do passivo não corrente	30 630 736,66	31 463 040,12	(832 303,46)	-2,65%
PASSIVO CORRENTE				
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	60 375,00	60 375,00	-	0,00%
Estado e outros entes públicos	362,42	205,42	157,00	76,43%
Financiamentos obtidos	2 900 000,00	2 900 000,00	-	0,00%
Outras contas a pagar	919 083,93	806 247,85	112 836,08	14,00%
Total do passivo corrente	3 879 821,35	3 766 828,27	112 993,08	3,00%
TOTAL DO PASSIVO	34 510 558,01	35 229 868,39	(719 310,38)	-2,04%
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO	55 675 195,55	56 511 835,35	(836 639,80)	-1,48%

Fonte: Opção Divina

9.6. ANÁLISE DO BALANÇO

O Balanço³¹ da SDPS disponibiliza informação acerca da sua posição financeira, refletida através do Ativo, do Passivo e do Património Líquido.

QUADRO 49 - BALANÇO

Rubricas	2021	2020	%
ATIVO NÃO CORRENTE			
Ativos fixos tangíveis	35 484 789,49	36 467 720,51	-2,70%
Total de ativo não corrente	35 484 789,49	36 467 720,51	-2,70%
ATIVO CORRENTE			
Clientes, contribuintes e utentes	61 489,92	73 538,68	-16,38%
Estado e outros entes públicos	234 657,09	222 198,92	5,61%
Outras contas a receber	10 545 110,17	10 226 945,32	3,11%
Caixa e depósitos	3 759 446,71	3 902 480,89	-3,67%
Total de ativo corrente	20 190 406,06	20 044 114,84	0,73%
TOTAL DO ATIVO	55 675 195,55	56 511 835,35	-1,48%
CAPITAL PRÓPRIO			
Património/Capital	79 518 535,00	79 518 535,00	0,00%
Outros instrumentos de capital próprio	28 351 798,52	20 487 833,23	38,38%
Prémios de emissão	1,62	1,62	0,00%
Resultados transitados	(78 724 402,89)	(77 020 909,57)	2,21%
Resultado líquido do período	(7 981 294,71)	(1 703 493,32)	368,53%
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO	21 164 637,54	21 281 966,96	-0,55%
PASSIVO NÃO CORRENTE			
Provisões	6 364 070,00	346 935,00	1734,37%
Financiamentos obtidos	24 266 666,66	31 116 105,12	-22,01%
Total do passivo não corrente	30 630 736,66	31 463 040,12	-2,65%
PASSIVO CORRENTE			
Estado e outros entes públicos	362,42	205,42	76,43%
Financiamentos obtidos	2 900 000,00	2 900 000,00	0,00%
Outras contas a pagar	919 083,93	806 247,85	14,00%
Total do passivo corrente	3 879 821,35	3 766 828,27	3,00%
TOTAL DO PASSIVO	34 510 558,01	35 229 868,39	-2,04%
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO	55 675 195,55	56 511 835,35	-1,48%

Fonte: Opção Divina

A redução do ativo não corrente decorre do efeito das depreciações dos ativos, que ascenderam a 1.111.461,57M€ em 2021. Apesar do ativo corrente ter um ligeiro acréscimo de 0,73% (146.291,22€), refira-se a ligeira redução do ativo total (1,48%) resultante, essencialmente de Clientes, Contribuintes e Utentes: redução das dívidas de clientes, onde se verificou uma redução de 16,38%.

³¹ De acordo com a Estrutura Concetual vertida no SNC-AP, um Ativo é um recurso presentemente controlado pela entidade como resultado de um evento passado. Por outro lado, o Passivo constitui uma obrigação presente, originada num evento passado, que gera uma saída de recursos. O Património Líquido corresponde ao valor agregado dos seus ativos, deduzidos dos passivos, com referência à data do relato.

10. PATRIMÓNIO LÍQUIDO





10. PATRIMÓNIO LÍQUIDO

10.1. PATRIMÓNIO / CAPITAL

A SDPS é uma sociedade anónima com capital não admitido à cotação em mercados regulados.

O capital, no valor de 79.518.535 euros, é composto por 15.903.707 ações de valor nominal de cinco euros cada, encontrando-se, todo realizado.

A rubrica de Património/Capital, à data de relato, decompõe-se da seguinte forma:

QUADRO 50 - PATRIMÓNIO/CAPITAL

Entidade	% Participação	Património Subscrito	Património Realizado
Região Autónoma da Madeira	98,74%	78 514 145,00	78 514 145,00
Município do Porto Santo	1,26%	1 004 390,00	1 004 390,00
Total	100,00%	79 518 535,00	79 518 535,00

Fonte: Opção Divina

10.2. VARIAÇÕES PATRIMÓNIO LÍQUIDO

As variações registadas no Património Líquido compreendem essencialmente o resultado apurado no corrente exercício, conforme:

QUADRO 51 - VARIAÇÕES PATRIMÓNIO LÍQUIDO

Rubrica	Saldo Inicial	Aplicação Resultado Líquido	Variações	Saldo Final
Patrimonio / Capital	79 518 535,00	-	-	79 518 535,00
Outros instrumentos de capital próprio	20 487 833,23	-	7 863 965,29	28 351 798,52
Prémios de emissão	1,62	-	-	1,62
Resultados Transitados	(77 020 909,57)	(1 703 493,32)	-	(78 724 402,89)
Excedentes de revalorização	-	-	-	-
Outras variações no patrimonio Líquido	-	-	-	-
Resultado Líquido	(1 703 493,32)	1 703 493,32	(7 981 294,71)	(7 981 294,71)
Total patrimonio Líquido	21 281 966,96	-	(117 329,42)	21 164 637,54

Fonte: Opção Divina

A rubrica de outras variações no Património Líquido inclui:

QUADRO 52 - OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMÓNIO LÍQUIDO

Rubrica	2021	2020
Saldo inicial	0,00	12 780,74
Imputação ao exercício	0,00	-12 780,74
Saldo Final	0,00	0,00

Fonte: Opção Divina

10.3. FUNDOS DE MANEIO

O fundo de maneiio apresenta-se positivo em 16.310.584,71M€, pelo que as dívidas de clientes e os inventários são suficientes para fazer face às obrigações correntes (fornecedores) da empresa, numa ótica de curto prazo.

De salientar, neste exercício económico, a diminuição das dívidas de clientes na ordem dos 12mil euros.

QUADRO 53 - FUNDO DE MANEIO

Rubricas	2021	2020	Variação	
			Valor	%
ATIVO CORRENTE (1)				
Clientes, contribuintes e utentes	61 489,92	73 538,68	(12 048,76)	-16,38%
Estado e outros entes públicos	234 657,09	222 198,92	12 458,17	5,61%
Outras contas a receber	10 545 110,17	10 226 945,32	318 164,85	3,11%
Caixa e depósitos	3 759 446,71	3 902 480,89	(143 034,18)	-3,67%
PASSIVO CORRENTE (2)				
Estado e outros entes públicos	362,42	205,42	157,00	100,00%
Financiamentos obtidos	2 900 000,00	2 900 000,00	-	0,00%
Outras contas a pagar	919 083,93	806 247,85	112 836,08	14,00%
FUNDO DE MANEIO (3) = (1) - (2)	16 310 584,71	16 277 286,57	33 298,14	0,20%

Fonte: Opção Divina

10.4. RÁCIOS DE NATUREZA ECONÓMICA

Atendendo ao peso do Resultado Líquido (negativo) e ao desempenho das prestações de serviços obtidas no exercício, os indicadores económicos da SDPS em 2021 apresentam-se semelhantes aos do ano anterior.

A rentabilidade das prestações de serviços decresceu ligeiramente, devido essencialmente à diminuição das rendas e taxas, efeito este causado pela pandemia COVID - 19.

A rendibilidade dos Capitais Próprios melhorou devido a evolução positiva do Resultado Líquido.



QUADRO 54 - RÁCIOS DE NATUREZA ECONÓMICA

Rubricas	Exercícios	
	2021	2020
Vendas e prestações de serviços / Ponto crítico (1)	0,32	0,27
Rentabilidade das prestações de serviços (2)	-17,22	-4,86
Rentabilidade do ativo (ROI) (3)	-0,14	-0,03
Rendibilidade dos capitais próprios (ROE) (4)	-0,38	-0,08

Notas:

(1) Ponto crítico = Gastos variáveis (CMVMC + FSE) + Gastos de estrutura (GCP)

(2) Resultados operacionais / Prestações de serviços

(3) Resultados líquidos / Ativo total líquido

(4) Resultados líquidos / Capitais próprios

Fonte: Opção Divina

10.5. RÁCIOS DE NATUREZA FINANCEIRA

De um modo geral, os indicadores financeiros apresentam este ano um resultado próximo do ano anterior, apesar do resultado líquido negativo e dos resultados transitados que, paulatinamente, vão “consumindo” o capital próprio da empresa.

O aumento no capital social, que ocorreu em 2016, veio contribuir para uma maior solidificação do capital próprio, a par da diminuição das dívidas de “Financiamentos obtidos” de médio e longo prazo.

No entanto, este ano, a diminuição nas outras variações do capital próprio, bem como o aumento das dívidas de “Financiamentos obtidos” de curto prazo, a par com o aumento significativo dos resultados transitados negativos, contribuem significativamente para a não obtenção de rácios de natureza financeira com melhor desempenho.

No caso da Liquidez Geral, a evolução foi positiva.

Quanto à Autonomia Financeira e à Solvabilidade, verifica-se um aumento, sendo evidenciados, deste modo, pelos factos acima expostos (Aumento de resultados transitados negativos, diminuição nas outras variações).

QUADRO 1 - RÁCIOS DE NATUREZA FINANCEIRA

Rubricas	Exercícios	
	2021	2020
Liquidez Geral (1)	0,27	0,25
Autonomia Financeira (2)	0,24	0,12
Solvabilidade (3)	0,32	0,14
Cobertura do imobilizado/investimento (4)	0,93	0,93
Capacidade de endividamento (5)	1,37	1,16
<i>Debt-to-equity</i> (6)	2,85	6,56
Prazo médio de recebimentos (dias) (7)	173,28	91,14
Prazo médio de pagamentos (dias) (8)	0,00	0,00

Fonte Opção Divina

Notas:

- (1) Ativo corrente/Passivo corrente
- (2) Capital próprio/Ativo total líquido
- (3) Capital próprio/Passivo total
- (4) Capitais permanentes/Investimentos líquidos
- (5) Capitais permanentes/Passivos não correntes
- (6) Passivo financeiro/Capital próprio
- (7) (Saldo de clientes C/C * 365 dias)/Vendas + Prestação de serviços)
- (8) (Saldo de fornecedores C/C * 365 dias)/Fornecimentos e serviços externos + Compras

11. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS



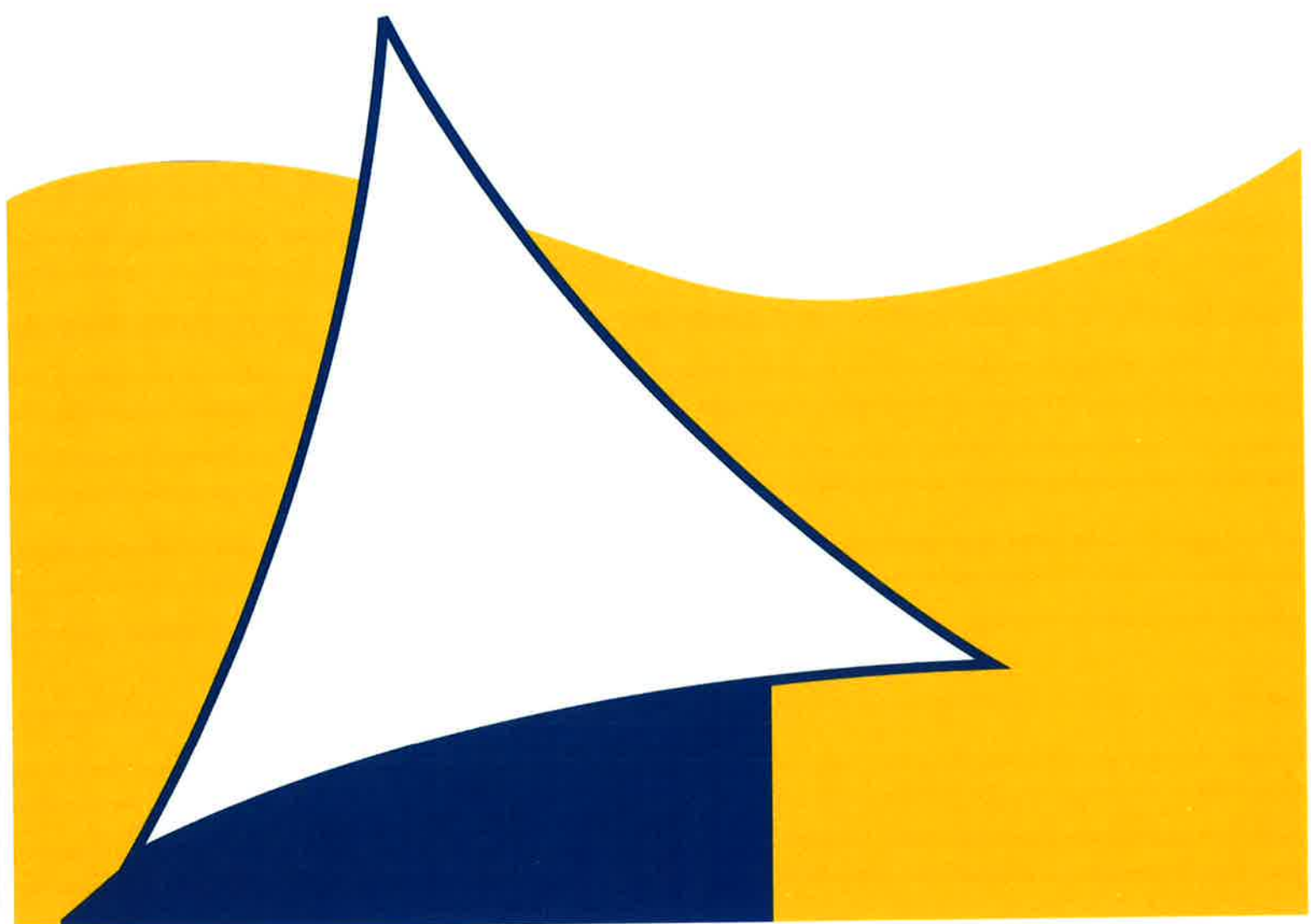


11. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

As demonstrações financeiras relativas ao exercício concluído em 31 de dezembro de 2021 evidenciam um resultado líquido negativo de 7.981.294,71€.

Nesta medida, nos termos da alínea f) do n.º 5 do artigo 66.º e para efeitos da alínea b) do n.º 1 do artigo 376.º, ambos do Código das Sociedades Comerciais e no Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, o Conselho de Administração propõe que o resultado líquido apurado no exercício de 2021 seja transferido para a conta de resultados transitados.

12. OUTRAS INFORMAÇÕES





12. OUTRAS INFORMAÇÕES

12.1. SITUAÇÃO PERANTE A SEGURANÇA SOCIAL E O SECTOR PÚBLICO ESTATAL

A SDPS – Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo, S.A. tem a sua situação regularizada perante a Autoridade Tributária, o Instituto de Segurança Social da Madeira e demais entidades públicas.

12.2. PERSPETIVAS FUTURAS

O ano 2021 foi ainda marcado pela pandemia COVID - 19, que marcou, e condicionou, em muito o desempenho operacional da SDPS.

Para os próximos exercícios económicos, de acordo com as orientações de gestão e com o plano de atividades e orçamento, prevê-se a recuperação gradual das atividades, com a expectativa do controlo da pandemia e na execução de investimentos de reabilitação de algumas infraestruturas e equipamentos coletivos da SDPS, com destaque para:

- Centro Hípico do Porto Santo
- Complexo de Ténis.

Prevê-se, ainda, e em grandes linhas estratégicas alienar os terrenos destinados ao aldeamento do Golfe Resort do Porto Santo – 1.ª fase A.

12.3. FINANCIAMENTO

A SDPS não dispõe, nem se prevê que possa dispor no imediato, de condições para dar cumprimento à amortização dos empréstimos contratados junto da banca internacional, mantendo-se a dependência de financiamento dos acionistas.

Esta dependência resulta da natureza dos investimentos de interesse público realizados, da preponderância de empreendimentos em que o retorno social é significativamente superior ao retorno económico financeiro e da inexistência de indemnizações compensatórias pela fruição social dos investimentos realizados, pelo que prevemos que a amortização de capital³² seja efetuada pelo recurso a prestações acessórias.

³² Nos termos dos contratos celebrados, não estão a ser pagos juros porquanto estas taxas são negativas.



O financiamento em 2021, para além das prestações acessórias, foi efetuado através de receita própria, da celebração de um contrato programa para compensação de parte das receitas perdidas e do aumento de despesa, resultantes da pandemia Covid-19.

De salientar que desde janeiro de 2014, a SDPS está obrigada ao cumprimento da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, o que obriga a uma gestão da tesouraria e que as decisões que envolvem a contração de despesa, sejam ainda mais criteriosas.

12.4. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

A gestão do risco financeiro na SDPS é feita tendo por base o conjunto de aspetos considerados relevantes que se sintetizam no quadro seguinte:

QUADRO 55 – GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO

Item	Medidas / Situação
Diversificação de instrumentos de financiamento	A empresa detém financiamentos obtidos em anos anteriores. Desde 2014, na sequência da reclassificação da empresa como EPR, o acesso a financiamento de mercado está vedado, cingindo-se às regras previstas no ORAM. Em 2020 e 2021, as necessidades de fundos foram supridas por injeção de capital.
Diversificação das modalidades de taxa de juro disponíveis/ Diversificação das entidades credoras	A estrutura de financiamento contraída junto da banca estrangeira ainda viva em dez. de 2021 era no montante de 43 500 000,00, atualmente com taxas de juro negativas. A empresa mantém vários empréstimos obtidos em anos anteriores, junto do Deutsche Pfandbriefbank AG
Consolidação passivo remunerado: transformação passivo de curto em M/L prazo, em condições favoráveis	Em 2021 não houve recurso a financiamento remunerado. Foi efetuada uma injeção de capital para cobertura das amortizações que se venceram em 2021.
Prestação de garantias reais	Os empréstimos junto da banca comercial encontram-se avalizados pelo Governo Regional
Medidas prosseguidas com vista à otimização da estrutura financeira da empresa	Início de procedimento para a contratualização de um empréstimo por parte do acionista para amortização do empréstimo vivo no montante de 27.166.667€
Opção pelos investimentos com comprovada rentabilidade social/empresarial, beneficiam de Fundos Comunitários, contratos programa	Os investimentos efetuados constam das orientações de gestão e aprovados no PIDDAR 2021
Utilização de auto-financiamento e de receitas de desinvestimento	Foram efetuados os investimentos nos vários empreendimentos da SDPS, com recurso a receita própria



Item	Medidas / Situação
Inclusão nos Relatórios e Contas	Sim
Descrição da evolução da taxa média anual de financiamento nos últimos 5 anos	Conforme descrito no Relatório de Gestão.
Juros suportados anualmente com o passivo remunerado e outros encargos suportados anualmente	Relatório de Gestão e Notas anexas. Atualmente taxas negativas dos empréstimos contraídos junto da banca comercial

Fonte: SDPS

12.5. MERCADOS

A Madeira de um modo geral, e o Porto Santo de um modo muito particular, têm características singulares, com forte impacto na atividade empresarial da ilha. Desde logo, a exiguidade territorial e populacional, com impactos nos custos dos recursos e a sazonalidade.

12.6. GASTOS

Como evidenciado no presente relatório os *gastos operacionais* não são cobertos na totalidade pelos rendimentos da mesma natureza.

Não obstante, os *gastos de outra natureza* serão sempre incontrolláveis, não só porque dependem de fatores externos à vontade da sociedade, mas também porque resultam de imposições legais, como por exemplo as depreciações, cujo valor tem uma representatividade elevada no cômputo global dos gastos.

Pelos motivos expostos, a estratégia do acionista de unificar a gestão das quatro sociedades de desenvolvimento da Madeira foi um passo importante na redução dos gastos, não só pela diminuição dos valores pagos a título de remuneração do Conselho de Administração, em 75%, mas também como pelos benefícios que a partilha de recursos entre aquelas entidades e adoção de políticas de gestão uniformes veio imprimir à estrutura de gastos das Sociedades.

Nesta sequência, as opções estratégicas adotadas pela administração da SDPS, no sentido de implementar procedimentos internos que visam explorar, em primeiro lugar, a aplicação dos recursos internos disponíveis, e só recorrer à aquisição de bens e serviços quando se conclua pela sua inexistência internamente, são de extrema importância e serão continuadas.

Acrescerão a estas, as definidas no Plano de Atividades de 2022, nomeadamente:

- Implementação de medidas de eficiência energética que permitam a redução dos consumos de energia
- Revisão dos contratos de manutenção e assistência técnica numa ótica de gestão conjunta, com economias na negociação de contratos
- Implementação da *Governance eletrónica*.

12.7. RENDIMENTOS

Os rendimentos gerados provêm maioritariamente da exploração dos espaços concessionados pela SDPS.

Este facto decorre não só dos mesmos serem submetidos à concorrência, através de procedimentos de contratação, o que exponencia a receita a arrecadar, mas também do facto dos mesmos não decorrerem de um serviço público, cuja acessibilidade importa garantir.

Pelo contrário, os fins públicos a que o acionista submete a SDPS, acometendo à empresa a responsabilidade pelo desenvolvimento económico, social, desportivo e cultural da Ilha do Porto Santo, com enfoque na realização de fins de interesse público, condiciona a definição de preços a cobrar e, conseqüentemente, o nível de rendimentos desejável para a sua autonomia financeira.

12.8. FUSÃO

A estratégia defendida pelo acionista RAM para as quatro Sociedades de Desenvolvimento³³ passa por um processo de fusão das mesmas.

Os primeiros passos foram dados em 2011 com a nomeação de um único Conselho de Administração para as quatro sociedades e com a gradual integração de funções na área administrativa e operacional, aproveitando as sinergias assim criadas.

Posteriormente, em 2016, a RAM adquiriu as participações sociais detidas pelos Municípios em três das Sociedades de Desenvolvimento, estando em negociações para adquirir a participação do Município do Porto Santo na Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo, S.A.

Neste momento, está em curso a negociação com a banca para a obtenção da autorização prévia à operação de fusão, que permita concluir o negócio e o conseqüente registo.

³³ Sociedade de Desenvolvimento do Norte da Madeira, SA, Sociedade Metropolitana de Desenvolvimento, SA, Sociedade de Promoção e Desenvolvimento da Zona Oeste da Madeira, SA e Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo, SA..



12.9. PROCESSOS JUDICIAIS

Estão em curso processos judiciais, em que a SDPS – Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo, S.A. é parte, e que a seguir se enumeram:

- **Processo n.º 333/15.1BEFUN do Tribunal Administrativo e Fiscal do Funchal (ref.ª AB: M94049)**

Autora: Farrobo – Sociedade de Construções, S.A.

Réus: SDPS, S.A., Secretaria Regional dos Assuntos Parlamentares e Europeus – Direção Regional de Estradas, Município do Porto Santo, Região Autónoma da Madeira

Espécie: Ação Administrativa Comum

Valor: € 1.134.093,95 (solidariamente com outros réus)

Descrição Sumária: Ação administrativa comum sob a forma de processo ordinário intentada contra a SDPS solidariamente com os restantes Réus, na qual é peticionado o pagamento da quantia de € 1.018.329,05 pela realização de diversos trabalhos no Campo de Golfe do Porto Santo, no Parque de Estacionamento Club House, na Zona Lúdica do Penedo do Sono, no Parque de Estacionamento junto ao Estádio dos Desportos de Praia / Infraestruturas junto do Penedo do Sono / Arranjos Pista de Kart, e outros trabalhos efetuados após chuvadas de fevereiro de 2005, e respetivos juros vencidos, Contestação Apresentadas, Realizada Audiência prévia em setembro de 2019. Despacho Saneador julgou procedente exceção de falta de personalidade Judiciária da Secretaria Regional dos Assuntos Parlamentares e Europeus e da Direção Regional de Estradas. Ação prossegue contra os restantes Réus.

Estado em 31.01.2021: Pendente, aguarda audiência de julgamento.

- **Processo n.º 334/18.8BEFUN do Tribunal Administrativo e Fiscal do Funchal**

Autora: Maria Paulina de Sousa Henriques de Sousa

Ré: SDPS, S.A.

Contrainteressada: Sociedade de Empreendimentos Turísticos Baleira Sol, S.A.

Espécie: Processo Cautelar / Ação Administrativa Comum

Valor: € 96.960,00

Descrição Sumária: Processo cautelar de contencioso pré-contratual (apenso A). Impugnação do concurso público para “concessão de exploração do restaurante do Campo de Golfe do



Porte Santo” e pedido de indemnização. Suspensão automática do concurso. Apresentada contestação. O Tribunal proferiu sentença de suspensão da eficácia do ato de adjudicação da proposta da Sociedade de Empreendimentos Turísticos Baleira Sol, S.A. e converteu o processo cautelar em ação administrativa comum. Dispensada a realização de audiência prévia. Apresentadas alegações escritas. Aguarda ulteriores tramites.

Estado em 31.12.2021: Pendente, aguarda audiência de julgamento.

- **Processo n.º 171/20.0BEFUN do Tribunal Administrativo e Fiscal do Funchal**

Autora: Buziodimensão, Lda.

Ré: SDPS, S.A.

Espécie: Providência Cautelar

Valor: € 250.000,00

Estado em 25.02.2021: Pendente [Fase de Recurso]

Descrição Sumária: Providência cautelar intentada contra a SDPS para que, por um lado, se abstenha de se opor à abertura do estabelecimento comercial concedido para exploração à Autora, na sequência da tomada de posse pela SDPS, devolvendo todas as chaves e, por outro, para que a SDPS diligencie pela obtenção das licenças administrativas necessárias. Apresentada oposição. Apresentada réplica pela Autora.

Sentença favorável de absolvição do pedido cautelar contra a SDPS. Interposição de recurso da sentença pela Autora. Apresentação de contra-alegações Acórdão do Tribunal Central Administrativo do Sul confirmou a decisão de manter o indeferimento do pedido cautelar apresentado pela Autora.

Estado em 31.12.2021: Findo

- **Processo nº 46/21.5T8PST**

Tribunal: Comarca da Madeira - Juízo de Competência Genérica do Porto Santo.

Autores: José dos Reis Leão Pestana, Ilda Maria Inês Silva Pestana Leão (falecida), Alexandra Manuela da Silva Pestana Leão, Marco António da Silva Pestana Leão, Carla Susana da Silva Pestana Leão e Andreia Cláudia da Silva Pestana Leão, habilitados em lutar daquela.

Réu: SDPS

Valor do Processo: €6.350,00 (seis mil, trezentos e cinquenta euros)

Resumo do Processo: Ação de justificação intentada contra a SDPS, para reconhecimento da aquisição do Direito de Propriedade dos Autores por usucapião do prédio urbano inscrito na matriz sobre o nº 6621 e omissa na Conservatória do Registo Predial do Porto Santo (Iambecas).

Apresentada contestação, pedindo a alteração do valor da causa para €36.000,00 (trinta e seis mil euros) e indeferimento do pedido Habilitação de Herdeiros Alexandra Manuela da Silva Pestana Leão, Marco António da Silva Pestana Leão, Carla Susana da Silva Pestana Leão e Andrea Cláudia da Silva Pestana Leão como autores, por morte de Ilda Maria Inês Silva Pestana Leão Determinada perícia para avaliação do imóvel.

Estado em 31.12.2021: Aguarda relatório pericial e ulteriores termos do processo.

- **Processo n.º 140/18.0BEFUN do Tribunal Administrativo e Fiscal do Funchal**

Requerente: SDPS, S.A.

Requerido: Francisco Henrique Mendes Rodrigues Teixeira

Espécie: Processo de Execução de Dívidas

Valor: € 111.974,21

Descrição Sumária: Requerimento de injunção enviado Dedução de oposição à injunção pelo devedor Resposta às exceções apresentada Tribunal julgou-se absolutamente incompetente em razão da matéria, absolvendo o Réu da instância.

Remessa do processo 151751/15.7YIPRT para o tribunal competente (TAF), com atribuição de novo número. Audiência prévia em 08/11/2018: sem possibilidade de entendimento exceções serão analisadas por escrito, dada a complexidade da matéria. TAF Julgou-se absolutamente incompetente por preterição da constituição de tribunal arbitral voluntário

Estado em 31.12.2021: Aguarda constituição do Tribunal Arbitral.

- **Processo n.º 296/20.1 BEFUN do Tribunal Administrativo e Fiscal do Funchal**

Exequente: Sítio da Calheta Porto Santo – Actividades Turísticas, S.A.

Executada: Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo, S.A.

Espécie: Execução

Valor: € 5.670.200,00

Descrição: Ação executiva para pagamento de quantia certa, no âmbito de diferendo relativo às condições e termos da ocupação e exploração do imóvel denominado “Pico de Baixo e Penedo”, iniciado pela sociedade PBEP contra a Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo, S.A. (“SDPS”), que abrangia (i) o preço de aquisição da parcela de terreno do imóvel, com a área de 11.842 m² e com a delimitação e configuração constantes de planta que ficou anexa à transação (a “Parcela”), em que se encontrava parcialmente edificado o Empreendimento do Penedo do Sono e (ii) a compensação indemnizatória da PBEP por lucros cessantes e investimentos perdidos em razão da ocupação pela SDPS da Parcela. A SDPS deduziu oposição à execução. A ação judicial em apreço afigura-se difícil e complexa, atenta, nomeadamente, a diversidade da matéria alegada e a prova produzida e a produzir.

12.10. EVOLUÇÃO PREVISÍVEL

As perspetivas futuras para a evolução da atividade da SDPS passam fundamentalmente pela implementação do Plano de Atividades e Orçamento para 2022, pela consolidação das iniciativas previstas e pela realização física dos investimentos projetados.

De realçar o contributo da SDPS para o projeto de um Porto Santo Mais Sustentável, na esteira da política do Governo Regional para aquela ilha.

Na projeção da atividade deverá ainda ser tido em consideração a natureza da própria SDPS e a sua finalidade que, nos termos estatutários, deve garantir a prossecução de fins de interesse público, paralelamente aos objetivos de exponenciação dos proveitos.

Se é verdade que muitos dos ativos da SDPS podem ser rentabilizados a preços de mercado, também é verdade que, por decisão do acionista e imposição dos Estatutos, deverão ser salvaguardados os fins públicos que estão na génese da sua criação e que obstaculizam a obtenção de resultados líquidos desejáveis a uma qualquer sociedade comercial.

Em suma, a vertente empresarial da SDPS é fundamental para que, numa perspetiva comercial, se possa diligenciar uma atuação que permita potenciar ao máximo a rentabilidade dos ativos, mas só poderá ser assegurada se assumido o diferencial entre custo efetivo dos serviços públicos³⁴ considerados pelo acionista como essenciais para o desenvolvimento³⁵ da Ilha do Porto Santo e o custo efetivo dos mesmos.

³⁴ Bem vincado nos valores praticados nos diversos empreendimentos desportivos e culturais da SDPS, bem como, na disponibilização de ativos de acesso livre à população.

³⁵ Conforme determinado nos estatutos da SDPS.



Esta decisão terá um peso substancial nos resultados da empresa, numa primeira instância porque alterará a natureza das verbas transferidas anualmente para a SDPS, que deixarão de ter impacto nas contas uma vez que deixarão de revestir o carácter de empréstimo³⁶, assumindo a sua essência que é, de facto, a compensação pelas decisões de interesse público adotadas pelos acionistas, mas também porque permitirá imprimir uma visão mais fidedigna do retorno dos investimentos da empresa.

Ora, esta resolução é crucial para o cumprimento da legislação atinente às Sociedades Comerciais, pois evitaria o acumular de prejuízos, que conduziram a SDPS ao incumprimento da regra do equilíbrio do Capital Próprio da Sociedade, preconizada no artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais.

Nesta sequência, conforme previsto legalmente e informada a realidade da empresa pela Administração, vem esta propor, de entre as possibilidades previstas³⁷, que o acionista promova uma injeção de capital através de prestações acessórias pecuniárias, no valor que seja suficiente para satisfazer o equilíbrio requerido legalmente.

Aprovado por deliberação n.º /2022, do Conselho de Administração de 28 de março de 2022.

O Conselho de Administração

A Presidente

(Nivalda Gonçalves)

A Vogal

(Fátima Carvalho Correia)

O Vogal

(Ricardo Morna Jardim)

³⁶ Com impacto na dívida da SDPS e, consequentemente, na dívida da RAM.

³⁷ Nos termos do artigo 35.º do CSC, quando o capital próprio da sociedade for igual ou inferior a metade do capital social, os accionistas deverão optar por uma das seguintes medidas: a) dissolução da sociedade; b) redução do capital social; c) realização de entradas em dinheiro que mantenham pelo menos em dois terços a cobertura do capital social.

ANEXOS

Relatório e Contas 2021





ANEXOS

1. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A SDPS - Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo, S.A., de acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, apresenta os seguintes elementos referentes ao exercício de 2021:

- Demonstração de Resultados por Naturezas
- Balanço
- Demonstração de Fluxos de Caixa
- Demonstrações das alterações no Capital Próprio
- Anexo.

1.1. DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE RESULTADOS POR NATUREZA

SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO DO PORTO SANTO, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

(Montantes expressos em Euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	31/12/2021 (12 Meses)	31/12/2020 (12 Meses)
Impostos e taxas		40 562,00	25 552,72
Vendas		423 031,78	324 737,35
Prestações de serviços		247 600,00	399 405,00
Transferências correntes e subsídios à exploração		(26 061,27)	(17 095,71)
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		(430 565,07)	(319 189,33)
Fornecimentos e serviços externos		(1 011 064,66)	(974 305,04)
Gastos com o pessoal		-	41 893,12
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		(6 017 135,00)	-
Provisões (aumentos/reduções)		21 565,08	24 667,97
Outros rendimentos e ganhos		(117 403,58)	(93 437,72)
Outros gastos e perdas			
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento		(6 869 470,72)	(587 771,64)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		(1 111 461,57)	(1 115 516,26)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)		(7 980 932,29)	(1 703 287,90)
Juros e rendimentos similares obtidos		-	-
Juros e gastos similares suportados		-	-
Resultado antes de impostos		(7 980 932,29)	(1 703 287,90)
Imposto sobre o rendimento do período		(362,42)	(205,42)
Resultado líquido do período		(7 981 294,71)	(1 703 493,32)

Fonte: Opção Divina

1.2. BALANÇO INDIVIDUAL A 31 DE DEZEMBRO DE 2021

SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO DO PORTO SANTO, S.A.
BALANÇO

(Montantes expressos em Euros)

RUBRICAS	NOTAS	31/dez/21	31/dez/20
ATIVO			
ATIVO NÃO CORRENTE			
Ativos fixos tangíveis		35 484 789,49	36 467 720,51
<i>Total de ativo não corrente</i>		35 484 789,49	36 467 720,51
Ativo CORRENTE			
Inventários		5 589 702,17	5 615 763,44
Clientes, contribuintes e utentes		61 489,92	73 538,68
Estado e outros entes públicos		234 657,09	222 198,92
Outras contas a receber		10 545 110,17	10 226 945,32
Diferimentos		-	3 187,59
Caixa e depósitos		3 759 446,71	3 902 480,89
<i>Total de ativo corrente</i>		20 190 406,06	20 044 114,84
TOTAL DO ATIVO		55 675 195,55	56 511 835,35
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património/Capital		79 518 535,00	79 518 535,00
Outros instrumentos de capital próprio		28 351 798,52	20 487 833,23
Prémios de emissão		1,62	1,62
Resultados transitados		(78 724 402,89)	(77 020 909,57)
Resultado líquido do período		(7 981 294,71)	(1 703 493,32)
TOTAL DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO		21 164 637,54	21 281 966,96
PASSIVO			
PASSIVO NÃO CORRENTE			
Provisões		6 364 070,00	346 935,00
Financiamentos obtidos		24 266 666,66	31 116 105,12
<i>Total do passivo não corrente</i>		30 630 736,66	31 463 040,12
PASSIVO CORRENTE			
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes		60 375,00	60 375,00
Estado e outros entes públicos		362,42	205,42
Financiamentos obtidos		2 900 000,00	2 900 000,00
Outras contas a pagar		919 083,93	806 247,85
<i>Total do passivo corrente</i>		3 879 821,35	3 766 828,27
TOTAL DO PASSIVO		34 510 558,01	35 229 868,39
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		55 675 195,55	56 511 835,35
		-	-

Fonte: Opção Divina



1.3. DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA

Handwritten signatures and initials in blue ink.

SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO DO PORTO SANTO, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

(Montantes expressos em Euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	31/dez/21	31/dez/20
Fluxos de caixa das actividades operacionais			
Recebimentos de clientes		543 752,48	446 276,83
Pagamentos a fornecedores		-524 827,87	-384 624,52
Pagamentos ao pessoal		-644 161,76	-966 609,97
Caixa gerada pelas operações		-625 237,15	-904 957,66
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		19 308,94	14 866,90
Outros recebimentos/pagamentos		-501 073,95	234 197,85
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		-1 107 002,16	-655 892,91
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-85 470,48	-87 399,40
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis			
Subsídios ao investimento			
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		-85 470,48	-87 399,40
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		3 949 438,46	3 856 335,90
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-2 900 000,00	-2 900 000,00
Juros e gastos similares			
Dividendos			
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		1 049 438,46	956 335,90
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		-143 034,18	213 043,59
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		3 902 480,89	3 689 437,30
Caixa e seus equivalentes no fim do período		3 759 446,71	3 902 480,89
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDO DE GERÊNCIA			
Caixa e seus equivalentes no início do período		3 902 480,89	3 689 437,30
- Equivalentes a caixa no início do período		0,00	0,00
- Variações cambiais de caixa no início do período		0,00	0,00
= Saldo da gerência anterior		3 902 480,89	3 689 437,30
De execução orçamental		3 865 936,09	3 611 186,28
De operações de tesouraria		36 544,80	78 251,02
Caixa e seus equivalentes no fim do período		3 759 446,71	3 902 480,89
- Equivalentes a caixa no fim do período		0,00	0,00
- Variações cambiais de caixa no fim do período		0,00	0,00
= Saldo para a gerência seguinte		3 759 446,71	3 902 480,89
De execução orçamental		3 690 126,96	3 865 936,09
De operações de tesouraria		69 319,75	36 544,80

Fonte: Opção Divina

1.4. DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO

SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO DO PORTO SANTO, S.A.

Demonstração das alterações no património líquido no período findo em 31.12.2020

(Montantes expressos em Euros)

DESCRIÇÃO	Notas	Património Líquido atribuído aos detentores do Património Líquido da empresa mãe												Interesses que não controlam	Total do Património Líquido
		Capital / Património Realizado	Ações (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Reservas decorrentes de transferências de ativos	Outras reservas	Resultados transferidos	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no Património Líquido	Resultado líquido do período		
Posição no início do período (01.01.2019)	(1)	79 518 535,00	0,00	0,00	1,62	0,00	0,00	0,00	-73 853 817,00	0,00	0,00	12 780,74	-3 167 092,57	2 510 407,79	2 510 407,79
ALTERAÇÕES NO PERÍODO															
Outras alterações conhecidas no Património Líquido				20 487 833,23					-3 167 092,57			-12 780,74	3 167 092,57	20 475 052,49	20 475 052,49
	(2)	0,00	0,00	20 487 833,23		0,00	0,00	0,00	-3 167 092,57	0,00	0,00	-12 780,74	3 167 092,57	20 475 052,49	0,00
Resultado líquido do período	(3)												-1 703 493,32	-1 703 493,32	-1 703 493,32
Resultado Integral	(4)=(2)+(3)													1 463 599,25	18 771 559,17
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO															
Outras operações														0,00	0,00
	(5)	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Posição no fim do período (31.12.2019)	(6)=(1)+(2)+(3)+(5)	79 518 535,00	0,00	20 487 833,23	1,62	0,00	0,00	0,00	-77 020 909,57	0,00	0,00	0,00	-1 703 493,32	21 281 966,96	0,00

Demonstração das alterações no património líquido no período findo em 31.12.2021

(Montantes expressos em Euros)

DESCRIÇÃO	Notas	Património Líquido atribuído aos detentores do Património Líquido da empresa mãe												Interesses que não controlam	Total do Património Líquido
		Capital / Património Realizado	Ações (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Reservas decorrentes de transferências de ativos	Outras reservas	Resultados transferidos	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no Património Líquido	Resultado líquido do período		
Posição no início do período (01.01.2020)	(1)	79 518 535,00	0,00	20 487 833,23	1,62	0,00	0,00	0,00	-77 020 909,57	0,00	0,00	0,00	-1 703 493,32	21 281 966,96	0,00
ALTERAÇÕES NO PERÍODO															
Outras alterações conhecidas no Património Líquido				7 863 965,29					-1 703 493,32				1 703 493,32	7 863 965,29	7 863 965,29
	(2)	0,00	0,00	7 863 965,29	0,00	0,00	0,00	0,00	-1 703 493,32	0,00	0,00	0,00	1 703 493,32	7 863 965,29	0,00
Resultado líquido do período	(3)												-7 981 294,71	-7 981 294,71	-7 981 294,71
Resultado Integral	(4)=(2)+(3)													-6 277 801,39	-117 329,42
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO															
Outras operações														0,00	0,00
	(5)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Posição no fim do período (31.12.2020)	(6)=(1)+(2)+(3)+(5)	79 518 535,00	0,00	28 351 798,52	1,62	0,00	0,00	0,00	-78 724 402,89	0,00	0,00	0,00	-7 981 294,71	21 164 637,54	0,00

A Presidente



(Nivalda Gonçalves)

A Vogal



(Fátima Carvalho Correia)

O Vogal



(Ricardo Morna Jardim)

O Contabilista Certificado



(Roberto Luís da Silva Vaz Barros)

R. Nul
f-

1.5. ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1.5.1 IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE E PERÍODO DE RELATO

A SDPS - Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo, S.A., pessoa coletiva n.º 511131879, foi constituída em 18 de maio de 1999, pelo Decreto Legislativo Regional 19/99/M e tem a sua sede social na Vila Baleira, Porto Santo.

A atividade principal da Sociedade insere-se no âmbito do interesse público, na gestão dos projetos e ações inscritas na Operação Integrada de Desenvolvimento do Porto Santo, tendo por objeto social a conceção, execução e construção dos correspondentes empreendimentos.

O Conselho de Administração entende que estas demonstrações financeiras, patrimoniais e orçamentais, refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Sociedade, desempenho financeiro e fluxos de caixa. Contudo, as mesmas Demonstrações Financeiras estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas, nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal.

As demonstrações financeiras são expressas monetariamente em euros, salvo se indicado em contrário.

O balanço em 31 de dezembro de 2021, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e a demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, fazem parte integrante do presente anexo, não devendo ser lidos separadamente.

1.5.2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras individuais foram preparadas com base nos registos contabilísticos mantidos em conformidade com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP) relevantes para entidade.

1.5.3 BASES DE APRESENTAÇÃO

Estas demonstrações financeiras individuais foram preparadas de acordo com o referencial contabilístico nacional, constituído pelo Sistema de Normalização Contabilística para Administrações Públicas (SNC-AP), o qual integra a estrutura conceptual da informação financeira pública, as normas de contabilidade pública (NCP) e o plano de contas multidimensional.

A apresentação e divulgação destas demonstrações financeiras obedece ao preceituado nas bases de apresentação de demonstrações financeiras integrantes do SNC-AP bem como da NCP 1 –



Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras, sendo todas as divulgações em notas feitas por força dessa NCP e legislação complementar. Foi, também, tido em conta, a adoção dos modelos de demonstrações financeiras gerais aprovados no âmbito do SNC-AP.

As demonstrações financeiras foram preparadas na base da continuidade das operações e em conformidade com os conceitos contabilísticos fundamentais de prudência, consistência, especialização dos exercícios, substância sobre a forma e materialidade, respeitando as características qualitativas da relevância, fiabilidade e comparabilidade.

As demonstrações financeiras que incluem o Balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações dos Fundos Patrimoniais, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo, foram aprovadas pelo órgão de Gestão da Empresa, no dia ___ de março de 2022, são expressas em euros, e foram preparadas de acordo com os pressupostos da continuidade e do regime do acréscimo no qual os itens são reconhecidos como ativos, passivos, fundos patrimoniais, rendimentos e gastos quando satisfaçam as definições e os critérios de reconhecimento para esses elementos contidos na estrutura conceptual, em conformidade com as características qualitativas da compreensibilidade, relevância, materialidade, fiabilidade, representação fidedigna, substância sobre a forma, neutralidade, prudência, plenitude e comparabilidade.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o SNC - AP requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar pela entidade, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte.

Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência do Conselho de Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que pressupostos e estimativas sejam significativos para as demonstrações financeiras são apresentadas nas notas 4 a 11.

1.5.4 COMPARABILIDADE DAS RUBRICAS DO BALANÇO E DA DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

As demonstrações financeiras em referência ao exercício de 2021 são integralmente comparáveis com as demonstrações financeiras em referência ao exercício de 2020.

1.5.5 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS E ERROS

Não ocorreram alterações de políticas contabilísticas, alterações ou erros.

Handwritten signature and initials in blue ink.

1.6 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

1.6.1. BASES DE MENSURAÇÃO USADAS NA PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As principais bases de mensuração adotadas pela entidade na preparação das demonstrações financeiras, são como se segue:

1.6.2. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os bens que integram o ativo fixo tangível são mensurados inicialmente pelo seu custo, conforme previsto na NCP 5, sendo a mensuração subsequente apresentada pelo valor do custo deduzido das depreciações acumuladas e qualquer perda por imparidade.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que se encontre na sua condição de utilização.

Atendendo à especificidade da atividade da Sociedade e ao desconhecimento dos destinos a atribuir aos ativos construídos pela SDPS (os quais têm fins sociais), torna-se muito difícil obter o valor recuperável dos referidos ativos, razão pela qual não foi possível efetuar testes de imparidade e registar as eventuais perdas por imparidade que, eventualmente, se pudessem verificar.

A depreciação dos ativos fixos tangíveis (com exceção dos terrenos que não são depreciados), é reconhecida como gasto a afetar os resultados operacionais, na base do método da linha reta ou quotas constantes, com aplicação de percentagens sobre o custo de aquisição, na base das seguintes estimativas de períodos de vida útil esperada:

Edifícios e outras construções	20 – 40 anos
Equipamento básico	4 – 16 anos
Equipamento de transporte	4 – 7 anos
Equipamento administrativo	2 – 15 anos
Outros bens	3 – 8 anos

Os períodos de vida útil dos ativos fixos tangíveis foram objeto de avaliação, nas datas de relato, tendo-se considerado adequados.



Para efeitos de depreciação não é deduzido o valor residual dos bens aos respetivos custos de aquisição, por se considerar que não seria possível efetuar a quantificação daqueles montantes de forma fiável.

As despesas correntes com a reparação e manutenção do ativo fixo tangível são escrituradas como gasto no exercício em que ocorrem. As beneficiações de valor significativo, que aumentam o período estimado de utilização dos respetivos bens, são capitalizadas e depreciadas, de acordo com a vida útil remanescente dos correspondentes bens.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam investimentos, ainda, em fase de construção/desenvolvimento, encontrando-se os mesmos mensurados ao custo de aquisição/construção. Estes ativos serão depreciados a partir do momento em que os mesmos estejam disponíveis para uso.

Para os investimentos em curso, relativos a ativos fixos tangíveis, cuja probabilidade de virem a ser concluídos foi avaliada, pelo Conselho de Administração, como sendo remota, foi reconhecida a respetiva perda por imparidade.

1.6.3. ATIVOS INTANGÍVEIS

Os valores relevados nesta rubrica, respeitam, apenas, a programas de computador e são objeto de amortização de acordo com a vida útil esperada.

1.6.4. DIREITOS DE CONCESSÃO

A SDPS detém alguns ativos, nomeadamente os relacionados com os projetos do Passeio Dunar, os quais se encontram implantados em terrenos de domínio público marítimo. Contudo, sendo o capital desta Sociedade detido em 98,74% pela RAM e 1,26% pelo Município do Porto Santo, os referidos contratos de concessão não foram formalizados, desconhecendo-se o período e condições dos mesmos. Deste modo, a SDPS optou por manter em ativos fixos tangíveis estas obras, não aplicando a NCP 4 - Acordos de Concessão de Serviços, por considerar não dispor da informação necessária e adequada que lhe permita efetuar o devido enquadramento desta situação.

1.6.5. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

Relativamente às participações financeiras em entidades onde a SDPS considera não exercer controlo nem influência significativa, encontram-se mensurados ao custo de aquisição menos perdas por imparidade.

1.6.6. INVENTÁRIOS

As mercadorias encontram-se mensuradas ao valor de custo, o qual inclui todos os gastos de compra e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local em condições de serem negociados.

O valor realizável líquido é constituído pelo valor de venda expectável dos inventários, deduzido de todos os custos para a realização dessa mesma venda.

Como critério de movimentação é adotado o custo de aquisição.

Os inventários são reconhecidos como gastos, no momento da realização do respetivo rédito e, ainda, pelo reconhecimento quer de ajustamentos para o valor realizável líquido, quer de quaisquer outros ajustamentos ou perdas.

A rubrica de produtos acabados e intermédios, refere-se ao projeto "Porto Santo Golfe Resort 1.ª fase", já concluído, e está valorizada (i) os terrenos, ao custo de aquisição e (ii) à construção, aos custos de aquisição direta ou indiretamente relacionados com o loteamento e com a rede viária da mesma.

1.6.7. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os ativos financeiros, os passivos financeiros ou os instrumentos de capital são reconhecidos apenas quando a entidade se constitui como uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa resultantes do ativo financeiro expiram, ou quando transfere para outra parte todos os riscos significativos e benefícios relacionados com o ativo financeiro.

Os passivos financeiros são desreconhecidos quando os mesmos se extinguem, ou seja, quando a obrigação estabelecida no contrato seja liquidada, cancelada ou expire.

1.6.8. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Os ativos e passivos financeiros, encontram-se mensurados, em cada data de relato, ao custo / valor nominal menos qualquer perda por imparidade.

1.6.9. IMPARIDADE DE ATIVOS FINANCEIROS CORRENTES

Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência que a quantia escriturada excede a quantia recuperável.

Em cada data de relato é efetuada uma avaliação da existência de evidência objetiva de imparidade, nomeadamente da qual resulte um impacto adverso nos fluxos de caixa futuros



estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros e sempre que possa ser medido de forma fiável.

Para os ativos financeiros que apresentam indicadores de imparidade, é determinado o respetivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados.

1.6.10. CAIXA E DEPÓSITOS

A rubrica de caixa e depósitos mostrada pelo balanço inclui meios líquidos de pagamento (caixa e depósitos bancários imediatamente mobilizáveis), assim como aplicações de tesouraria convertíveis imediatamente em liquidez, sem afetar o valor do respetivo capital.

1.6.11. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

A SDPS encontra-se sujeita ao Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 11,9% e 14,70%.

Nos termos da legislação em vigor, a entidade encontra-se, ainda, sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas legalmente previstas.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais da entidade estão sujeitas a revisão e correção por parte da Administração Tributária durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são prolongados ou suspensos. Consequentemente, as declarações fiscais da Empresa dos exercícios de 2015 a 2020 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão.

A SDPS entende que eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos, não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021.

Também de acordo com a legislação fiscal em vigor, os prejuízos fiscais são reportáveis durante um período de 12 anos após a sua ocorrência. A partir do ano de 2014 essa dedução só é permitida até ao limite de 70% do lucro tributável. O limite à dedução previsto no n.º2 do artigo 52.º do CIRC é elevado em 10 pontos percentuais, quando a diferença resulte da dedução de prejuízos fiscais apurados nos períodos de tributação de 2020 e 2021



A Empresa não tem qualquer responsabilidade a pagar de IRC, exceto no que respeita à tributação autónoma, dado os prejuízos fiscais de que ainda dispõe.

O Conselho de Administração entende que eventuais correções resultantes de revisão por parte da Administração Tributária à situação fiscal e para-fiscal da entidade, em relação aos exercícios em aberto, não deverão ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras anexas.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade do balanço e refletem as diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados, quando aplicável, e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação em vigor ou anunciadas para estarem em vigor à data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de virem a existir lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão.

Considerando os avultados prejuízos fiscais, sobre os quais a Sociedade considera, nesta data, não existir a capacidade de dedução a lucros tributáveis futuros, não foram reconhecidos impostos diferidos ativos de qualquer natureza e, conseqüentemente, também não foram reconhecidos impostos diferidos passivos.

1.6.12. OPERAÇÕES EM MOEDA DIFERENTE DA MOEDA DE RELATO (EURO)

O Euro é a moeda funcional e de relato. Para as operações ocorridas em moeda diferente, que determinam a existência, no final dos períodos de relato, de posições em aberto no ativo e no passivo, procede-se à respetiva atualização da posição para o câmbio de 31 de março. As quantias relativas a perdas e ganhos gerados com diferenças de câmbio foram reconhecidos em separado nos resultados correntes.

Relativamente a 31 de dezembro de 2021 as demonstrações financeiras não incluem saldos em moeda diferente da do relato.

Não existem, em matéria de risco cambial relevante a afetar as demonstrações financeiras, outras situações a assinalar.

1.6.13. RECONHECIMENTO DO RÉDITO E REGIME DO ACRÉSCIMO

O rédito é registado pelo justo valor dos ativos recebidos ou a receber, líquidos de descontos.

O rédito associado às vendas e às prestações de serviços é reconhecido nos resultados operacionais do período a que diz respeito, não obstante poder ser recebido em períodos diferentes, de acordo com o regime de acréscimo.

As vendas e prestações de serviços são apresentadas líquidas de devoluções e de descontos comerciais.

Os juros e proveitos financeiros são reconhecidos de acordo com o princípio do acréscimo e da taxa de juro aplicável.

1.6.14. GASTOS DE FINANCIAMENTO

Os gastos de financiamento são reconhecidos no período em que são incorridos, numa base de acréscimo.

A partir de 1 de janeiro de 2010, os encargos financeiros de financiamentos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de ativos fixos e/ou inventários, são capitalizados, fazendo parte do custo do ativo. Contudo, este critério só é aplicado, quando a SDPS entender que a quantificação daqueles montantes possa ser efetuada de forma fiável.

A capitalização destes encargos, quando aplicável, começa após o início da preparação das atividades de construção ou desenvolvimento do ativo e é interrompida após o início de utilização ou quando o projeto em causa se encontre suspenso. Quaisquer proveitos financeiros gerados por financiamentos, diretamente relacionados com um investimento específico, são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

Durante o exercício de 2021 não foram capitalizados quaisquer encargos financeiros, por se considerar que (i) o valor dos mesmos não pode ser quantificado de forma fiável e que (ii) considerando o montante do investimento em curso, face ao total de financiamentos, o eventual montante a capitalizar não teria um impacto significativo nas contas apresentadas.

1.6.15. SUBSÍDIOS DO GOVERNO

Os subsídios ao investimento recebidos com o objetivo de compensar a Sociedade por investimentos efetuados em ativos fixos tangíveis são incluídos nos fundos patrimoniais. O seu reconhecimento é efetuado em resultados, de acordo com a vida útil estimada do respetivo ativo subsidiado.

Os subsídios à exploração, recebidos com o objetivo de compensar a Sociedade por gastos incorridos, são reconhecidos na demonstração dos resultados no período em que ocorrem os gastos associados.

1.6.16. GASTOS COM O PESSOAL

Os benefícios a curto prazo dos empregados são reconhecidos como gasto do período.

Os benefícios a curto prazo incluem os salários, ordenados e contribuições para a Segurança Social, bem como benefícios não monetários tal como seguro de acidentes de trabalho.

Caso o valor do gasto seja superior ao valor das quantias já pagas, a diferença é registada como um passivo, tais como os valores associados a direito a férias e subsídio de férias e outros equiparáveis.

A partir de 1 de janeiro de 2010, os gastos com pessoal relacionados diretamente com a aquisição, construção ou produção de ativos fixos e/ou inventários, são capitalizados, fazendo parte do custo do ativo. Contudo, este critério só é aplicado, quando a SDPS entender que a quantificação daqueles montantes possa ser efetuada de forma fiável.

A capitalização destes encargos começa após o início da preparação das atividades de construção ou desenvolvimento do ativo e é interrompida após o início de utilização ou quando o projeto em causa se encontre suspenso.

Durante o exercício de 2021 não foram capitalizados quaisquer gastos com pessoal, por se considerar que (i) o valor dos mesmos não pode ser quantificado de forma fiável e que (ii) considerando o montante do investimento em curso, o eventual montante a capitalizar não teria um impacto significativo nas contas apresentadas.

1.6.17. EVENTOS SUBSEQUENTES

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço, quando materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras (nota 17).

1.6.18. OUTRAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS RELEVANTES

Na preparação das demonstrações financeiras foram devidamente tomadas em consideração as quatro principais características qualitativas enunciadas na estrutura conceptual do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas: (i) relevância (ii) fiabilidade (iii) compreensibilidade (iv) oportunidade (v) comparabilidade e (vi) verificabilidade.

2.3. Principais estimativas e julgamentos

As NCP requerem que sejam efetuadas estimativas e julgamentos no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impactos nos valores reportados no total



do ativo, passivo, património líquido, gastos e rendimentos. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efetuados, nomeadamente no que se refere ao efeito dos gastos e rendimentos reais.

As principais estimativas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos são discutidos nesta nota com o objetivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados pela Sociedade e a sua divulgação. Uma descrição detalhada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela Empresa é apresentada na Nota 2.1, atrás.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pela SDPS, os resultados reportados poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente tivesse sido escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Sociedade e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

As análises apresentadas seguidamente têm, apenas, como objetivo assistir o leitor das demonstrações financeiras no entendimento das mesmas e não têm intenção de sugerir que outras alternativas são mais apropriadas.

Vida útil dos ativos fixos tangíveis com vidas úteis definidas

Os responsáveis da gestão revêm no final de cada período de relato o período estimado de vida útil dos ativos fixos tangíveis, assim como os respetivos períodos de vida útil definidos. No entendimento dos responsáveis da gestão, as vidas úteis utilizadas são adequadas e refletem as expectativas quanto ao período de utilização dos referidos bens. Contudo, em virtude de diversos fatores, o período de vida útil dos referidos ativos pode vir a ser distinto daquele assumido na data de relato.

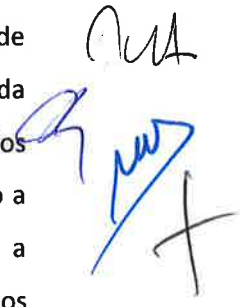
Imparidade dos ativos não correntes

Considerando as incertezas quanto ao valor de recuperação do valor líquido dos ativos fixos tangíveis, pelo facto de se basearem na melhor informação disponível à data de relato, as alterações dos pressupostos poderão resultar em impactos na determinação do nível de imparidade e, consequentemente, nos resultados da Sociedade.

Imparidade dos ativos correntes

As perdas por imparidade relativas a saldos devedores de clientes e outros devedores são baseadas na avaliação efetuada pela Sociedade da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade de saldos, anulação de dívidas e outros fatores. Existem

determinadas circunstâncias e factos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber face aos pressupostos considerados, incluindo alterações da conjuntura económica, das tendências sectoriais, da deterioração da situação creditícia dos principais clientes e de incumprimentos significativos. Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e, conseqüentemente, diferentes impactos nos resultados.



Provisões

As provisões são reconhecidas quando a sociedade tem: i) uma obrigação presente legal ou construtiva resultante de eventos passados ii) para a qual é mais provável de que não que seja necessário um dispêndio de recursos internos no pagamento dessa obrigação e iii) o montante possa ser estimado com razoabilidade. Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, a entidade divulga tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para pagamento do mesmo seja considerada remota.

As provisões são mensuradas ao valor presente dos dispêndios estimados para liquidar a obrigação utilizando uma taxa antes de impostos, que reflete a avaliação de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

1.6.19. PRINCIPAIS PRESSUPOSTOS RELATIVOS AO FUTURO

Na elaboração das demonstrações financeiras não existem pressupostos relevantes relativos a acontecimentos futuros que tenham um impacto material nos seus elementos.

2.5. Principais fontes de incerteza das estimativas

As principais fontes de incerteza encontram-se descritas na nota 2.3., acima.

1.7 FLUXOS DE CAIXA

3.1. Quantias não disponíveis para uso

Não existem saldos de caixa e seus equivalentes que não estejam disponíveis para uso. Contudo, é de salientar o facto de determinados recursos financeiros apenas poderem ser utilizados para a realização de investimentos, situação que justifica o valor de depósitos a prazo.

3.2. Caixa e depósitos bancários

O detalhe da rubrica de caixa e depósitos à ordem, à data do relato, apresentava a seguinte composição:

Rubrica	Saldo 31.12.2021	Saldo 31.12.2020
Caixa	3 138,50	931,45
Depósitos à ordem	2 516 965,44	2 662 206,67
Depósitos a prazo	1 239 342,77	1 239 342,77
Total	3 759 446,71	3 902 480,89

Fonte: Opção Divina

1.8. ATIVOS INTANGÍVEIS

4.1. Ativos Intangíveis variação das amortizações e perdas por imparidades acumuladas

As variações registadas nos ativos intangíveis, comparativamente com o período anterior, apresentam o seguinte detalhe:

RUBRICAS (1)	Início do período			Final do período		
	Quantia Bruta (2)	Amortizações Acumuladas (3)	Quantia escriturada (5)=(2)-(3)-(4)	Quantia Bruta (6)	Amortizações Acumuladas (7)	Quantia escriturada (9)=(6)-(7)-(8)
Ativos intangíveis						
Projectos de	7 326,02	7 326,02	0,00	7 326,02	7 326,02	0,00
Total	7 326,02	7 326,02	0,00	7 326,02	7 326,02	0,00

Fonte: Opção Divina

1.8.1 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

5.1. Ativos Fixos Tangíveis – variação das amortizações e perdas por imparidades acumuladas

As variações registadas nos ativos fixos tangíveis, comparativamente com o período anterior, apresentam o seguinte detalhe:

RUBRICAS (1)	Início do período			Final do período		
	Quantia Bruta (2)	Amortizações Acumuladas (3)	Quantia escriturada (5)=(2)-(3)-(4)	Quantia Bruta (6)	Amortizações Acumuladas (7)	Quantia escriturada (9)=(6)-(7)-(8)
Outros ativos fixos						
Terrenos e recursos	14 579 294,03	-	14 579 294,03	14 584 401,72	-	14 584 401,72
Edifícios e outras	36 638 841,70	17 628 541,59	19 010 300,11	36 638 841,70	18 693 571,37	17 945 270,33
Equipamento básico	1 072 223,83	956 028,03	116 195,80	1 110 440,49	967 184,52	143 255,97
Equipamento de transporte	183 112,66	174 010,85	9 101,81	210 112,66	177 237,23	32 875,43
Equipamento	530 954,05	530 954,05	0,00	530 954,05	530 954,05	0,00
Outros	1 128 539,94	902 788,61	225 751,33	1 128 539,94	934 837,53	193 702,41
Ativos fixos tangíveis em	3 577 627,13	-	2 527 077,43	3 635 833,33	-	2 585 283,63
Total	57 710 593,34	20 192 323,13	36 467 270,21	57 839 123,89	21 303 784,70	35 484 789,49

Fonte: Opção Divina



5.2. Ativos Fixos Tangíveis – Quantia Escriturada e Variações do Período

As amortizações e perdas por imparidade registadas nos ativos fixos tangíveis, no período findo em 31 de dezembro de 2021, apresentam o seguinte detalhe:

RUBRICAS (1)	Quantia escriturada inicial (2)	Variações				Quantia escriturada final (11)=(2)+(3)+(4)+(5)+(6)+(7)+(8)+(9)+(10)
		Adições (3)	Transferencias internas à entidade (4)	Amortizações do período (8)	Diminuições (10)	
Outros ativos fixos tangíveis						
Terrenos e recursos naturais	14 579 294,03	5 107,69	-	-	-	14 584 401,72
Edifícios e outras construções	19 010 300,11	-	-	(1 065 029,78)	-	17 945 270,33
Equipamento básico	116 195,80	38 216,66	12 593,46	(23 749,95)	-	143 255,97
Equipamento de transporte	9 101,81	27 000,00	-	(3 226,38)	-	32 875,43
Equipamento administrativo	-	-	-	-	-	0,00
Outros	225 751,33	-	(12 593,46)	(19 455,46)	-	193 702,41
Ativos fixos tangíveis em curso	2 527 077,43	58 206,20	-	-	-	2 585 283,63
Total	36 467 720,51	128 530,55	0,00	(1 111 461,57)	0,00	35 484 789,49

Fonte: Opção Divina

1.8.2 PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

As participações financeiras em entidades onde a Sociedade não exerce controlo, nem influência significativa, encontram-se mensurados ao custo de aquisição menos perdas por imparidade.

As participações financeiras detidas pela SDPS compreendem:

Rubrica	Saldo 31.12.2021		Perdas por imparidade
	%	Valor	
Porto Santo Verde, Geoturismo e Gestão Ambiental, E.E.M.	49%	245 000,00	-245 000,00
Total		245 000,00	-245 000,00

Fonte: Opção Divina

Adicionalmente, a sociedade constituiu em 2017 uma provisão para outros riscos e encargos, no montante de 308.000 euros, para fazer face à eventual penhora no passivo da participada Porto Santo Verde, E.M.

1.9 FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Financiamentos contratualizados

Em 31 de dezembro de 2021 os contratos de financiamento ativos apresentam o seguinte detalhe:

Entidade	Data do Contrato	Prazo do Contrato	Pagamentos de anos anteriores		Pagamentos do ano		Saldo em 1 de janeiro	Saldo em 31 de dezembro
			Amortização	Total	Amortização	Total		
Deutsche Bank (a)	22-dez-05	29-dez-30	5 500 000,02	5 500 000,02	1 833 333,34	1 833 333,34	18 333 333,30	16 499 999,96
Depfa Bank (b)	23-out-16		2 133 333,32	2 133 333,32	1 066 666,66	1 066 666,66	11 733 333,36	10 666 666,70
Santander (c)	20-mai-11	20-mai-18	7 497 178,58	7 497 178,58	-	-	-	-
Milennium BCP (d)	20-nov-15	15-dez-19	612 496,35	612 496,35	-	-	-	-
RAM (e)	13-jan-17	13-jan-35	-	-	-	-	3 949 438,46	-
Total			15 743 008,27	15 743 008,27	2 900 000,00	2 900 000,00	34 016 105,12	27 166 666,66

Fonte: Opção Divina

- a) Em 22 de dezembro de 2005, foi celebrado um contrato de financiamento, até ao montante de 100 milhões de euros, entre o Deutsche Bank AG e as várias Sociedades de Desenvolvimento: Sociedade de Promoção e Desenvolvimento da Zona Oeste da Madeira, Sociedade Metropolitana de Desenvolvimento, Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo, Sociedade de Desenvolvimento do Norte da Madeira e Madeira Parques Empresariais, Sociedade Gestora.

A parte que coube à SDPS, neste financiamento, que se vence em 29 de dezembro de 2030, foi de 27,5 milhões de euros, vence juros semestrais e tem um período de carência de 10 anos, tendo-se iniciado a sua amortização em 2016.

Este financiamento tem o aval do Governo Regional da Madeira.

- b) Em 23 de outubro de 2006, foi celebrado um contrato de financiamento, até ao montante de 100 milhões de euros, entre o DEPFA Deutsche Pfandbriefbank AG e as várias Sociedades de Desenvolvimento: Sociedade de Promoção e Desenvolvimento da Zona Oeste da Madeira, Sociedade Metropolitana de Desenvolvimento, Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo, Sociedade de Desenvolvimento do Norte da Madeira e Madeira Parques Empresariais, Sociedade Gestora.

A parte que coube à SDPS, neste financiamento, foi de 16 milhões de euros, o qual vence juros semestrais e tem um período de carência de 10 anos, iniciando-se a sua amortização em 30 de abril de 2017.

Este financiamento tem o aval do Governo Regional da Madeira.

- c) Contratos de mútuo celebrados com a Região Autónoma da Madeira entre 2016 e 2019, os quais não vencem juros. Estes empréstimos foram concedidos para fazer face às necessidades de tesouraria, nomeadamente para regularizar encargos com amortizações de capital de operações financeiras contratadas pela sociedade e o remanescente para pagamento de juros e demais despesas.

O contrato celebrado em 2019 só se vence em 2021.

Amortização Financiamentos

Os financiamentos contratualizados a 31 de dezembro de 2021 apresentam a seguinte exigibilidade:

Entidade	Capital Contratualizado	Saldo em 01.01.2021	Saldo em 31.12.2021	Amortizações previstas		
				Até 1 ano	Após 1 ano	Total
Deutsche Bank	27.500.000,00 €	18 333 333,30	16 499 999,96	1 833 333,34	14 666 666,62	16 499 999,96
Depfa Bank	16.000.000,00 €	11 733 333,36	10 666 666,70	1 066 666,66	9 600 000,04	10 666 666,70
Santander	8.550.000,00 €	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Milennium BCP	1.088.882,47 €	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RAM	11.564.577,94 €	3 949 438,46	0,00		0,00	0,00
Total	64.703.460,41 €	34 016 105,12	27 166 666,66	2 900 000,00	24 266 666,66	27 166 666,66

Fonte: Opção Divina

1.10 INVENTÁRIOS

O inventário decompõe-se do seguinte modo:

Rubrica (1)	Quantia Bruta (2)	Quantia recuperável (4)=(2)-(3)
Mercadorias	56 754,30	56 754,30
Produtos acabados e intermédios	5 532 947,87	5 532 947,87
Total	5 589 702,17	5 589 702,17

Fonte: Opção Divina

Inventários: Movimentos do período

Entidade (1)	Quantia escriturada inicial (2)	Movimentos do período	Quantia escriturada final (10)=(2)+(3)-(4)- /(+5)-(6)+(7)-(8)+(9)
		Consumos / gastos (4)	
Mercadorias	82 815,57	26 061,27	56 754,30
Produtos acabados e intermédios	5 532 947,87	-	5 532 947,87
Total	5 615 763,44	26 061,27	5 589 702,17

Fonte: Opção Divina

Handwritten signature and initials in blue ink.

Os produtos e acabados e intermédios respeitam a um conjunto de terrenos, com cerca de 90.050m² junto do campo de golfe, que se destinam à urbanização do Porto Santo Golf Resort. O processo do loteamento e da construção da rede viária foi concluído em 2014. Estes lotes de terreno destinam-se à construção de moradias.

No ano de 2021 não foram realizadas quaisquer escrituras de venda sendo que o valor se manteve.

Mercadorias – Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

Rubrica	Saldo 31.12.2021	Saldo 31.12.2020
Inventário Inicial	82 815,57	99 678,02
Compras	-	233,26
Inventário Final	56 754,30	82 815,57
Total	26 061,27	17 095,71

Fonte: Opção Divina

1.11 PROVISÕES

O movimento ocorrido nesta rubrica no exercício foi o seguinte:

Provisões	Saldo Inicial	Reforço	Saldo Final
(1)	(2)	(3)	(5)=(2)+(3)+(4)
Processos judiciais em	38 935,00	-	38 935,00
Participações	308 000,00	6 017 135,00	6 325 135,00
Total	346 935,00	6 017 135,00	6 364 070,00

Fonte: Opção Divina

- Provisão estimada subjacente ao processo da Farrobo (antiga Listorres).
- Provisão calculada para fazer face à eventual penhora subjacente ao passivo da participada Porto Santo Verde, E.M., conforme referido na nota 6.
- Provisão estimada nos valores do Processo interposto pelo Sítio da Calheta – Penedo do Sono.

De referir que foi intentada uma ação (solidariamente) pela Farrobo- Sociedade de Construções, S.A, contra a SDPS e outros (RAM e Secretaria), no pagamento de cerca de 1 milhão de euros pela alegada realização de diversos trabalhos na sequência das chuvas de fevereiro de 2005. Esta ação foi contestada pela sociedade dado que esta nunca adjudicou qualquer trabalho a essa entidade. Os grandes crescimentos das provisões, comparativamente ao ano anterior, devem-se como atrás mencionado ao Processo interposto pelo Sítio da Calheta.

É convicção do Conselho de Administração que, para além das situações descritas, não advirão responsabilidades para a SDPS e, como tal, as provisões constituídas são suficientes para acautelar eventuais responsabilidades futuras.




1.12 ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Cientes

Cientes c/c	Saldo 31.12.2021	Saldo 31.12.2020
Cientes nacionais	61 489,92	73 538,68
Cientes Paíse	-	-
Cientes Cobrança	757 397,44	757 397,44
Subtotal	818 887,36	830 936,12
Perdas por imparidade	(757 397,44)	(757 397,44)
Total	61 489,92	73 538,68

Fonte: Opção Divina

Em 31 de dezembro de 2021 as perdas por imparidade acumuladas ascendem ao montante de 757.397,44 euros.

Outras contas a receber

Outras contas a receber	Saldo 31.12.2021	Saldo 31.12.2020
Sociedade de Desenvolvimento do Norte da Madeira, S.A.	236 547,23	236 547,23
Ponta do Oeste, S.A.	7 186 660,02	7 186 660,02
Sociedade de Metropolitana de Desenvolvimento, S.A.	2 746 743,31	2 746 743,31
Outros	375 159,61	56 994,76
Total	10 545 110,17	10 226 945,32

Fonte: Opção Divina

Os saldos devedores existentes com a Sociedade Desenvolvimento do Norte da Madeira, S.A., da Sociedade Desenvolvimento da Ponta Oeste, S.A. e a Sociedade Metropolitana de Desenvolvimento, S.A., acima referenciadas tiveram como finalidade o pagamento dos investimentos efetuados por essas sociedades em anos anteriores, sendo previsível a sua recuperação.

Diferimentos

Diferimentos	Saldo 31.12.2021	Saldo 31.12.2020
Gastos a Reconhecer		
Seguros	-	3 187,59
Total	-	3 187,59

Fonte: Opção Divina

Outras contas a pagar

Outras contas a pagar	Saldo 31.12.2021	Saldo 31.12.2020
Credores por Acrescimos de gastos		
Remunerações a liquidar	234 667,00	112 996,00
Água & Eletricidade	15 000,00	15 000,00
Outros	70 700,00	70 700,00
Outros Credores		
Caução Fornecedor	97 056,62	105 739,04
Sociedade de Desenvolvimento do Norte da Madeira,	386 823,63	386 823,63
Império Bonança	99 247,50	99 247,50
Outros	15 589,18	15 741,68
Total	919 083,93	806 247,85

Fonte: Opção Divina

Os saldos credores existentes com a Sociedade Desenvolvimento do Norte da Madeira, S.A. acima referenciadas teve como finalidade a dotação da SDPS dos meios financeiros adequados à prossecução da sua atividade corrente, decorrentes aos constrangimentos financeiros provocados pelo Orçamento de períodos anteriores e da exiguidade das receitas próprias para fazer face aos seus gastos anuais.

Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes

Os adiantamentos registados referem-se essencialmente à venda de lotes, conforme:

Adiantamentos por conta de vendas	Saldo 31.12.2021	Saldo 31.12.2020
Lotes PSGR - Lote 68	60 375,00	60 375,00
Total	60 375,00	60 375,00

Fonte: Opção Divina

Handwritten signatures and initials:
A
A
M
f

Desreconhecimento

No período de relato a SDPS não transferiu quaisquer ativos financeiros para outras entidades, pelo que não realizou qualquer desreconhecimento.

1.13 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Quantias Escrituradas

A rubrica de Estado e outros entes públicos apresenta a seguinte decomposição:

Estado e outros entes públicos	Saldo 31.12.2021		Saldo 31.12.2020	
	Ativo Corrente	Passivo Corrente	Ativo Corrente	Passivo Corrente
IRC - Pagamento especial por IRC a Recuperar	2 332,00	-	4 260,00	-
IRC - Retenções	20 086,88	-	19 514,36	-
IRC Estimado	-	362,42	-	205,42
Imposto sobre o valor	212 229,96	-	198 424,56	-
IRS- Trabalho independente	8,25	-	-	-
Total	234 657,09	362,42	222 198,92	205,42

Fonte: Opção Divina

Imposto sobre o rendimento

A responsabilidade referente ao Imposto sobre o rendimento reconhecida nas demonstrações financeiras relativamente a 31 de dezembro 2020 e 31 de dezembro de 2021, no valor de 205,42 euros e 362,42 euros, respetivamente, respeita exclusivamente ao imposto corrente apurado relativo a tributações autónomas.

A Administração considera não existir capacidade de dedução a lucros tributáveis futuros, dos prejuízos fiscais apurados, como tal não foi registado qualquer imposto diferido ativo.

Os prejuízos acumulados passíveis de dedução apresentam o seguinte detalhe:

Exercício	Prejuízo Apurado	Data limite de reporte dos prejuízos
2014	3 743 974,81	2028
2015	2 998 672,91	2029
2016	3 367 551,22	2030
2017	2 538 463,48	2031
2018	1 338 601,75	2032
2019	1 345 008,01	2033
2020	1 696 969,01	2032
2021	1 959 165,43	2033
Total	18 988 406,62	

Fonte: Opção Divina

2. PATRIMÓNIO LÍQUIDO

2.1 PATRIMÓNIO/CAPITAL

A SDPS é uma sociedade anónima com capital não admitido à cotação em mercados regulados.

O capital, no valor de 79.518.535 euros, é composto por 15.903.707 ações de valor nominal de cinco euros cada, encontrando-se, todo realizado.

A rubrica de Património/Capital, à data de relato, decompõe-se da seguinte forma:

Entidade	% Participação	Património Subscrito	Património Realizado
Região Autónoma da Madeira	98,74%	78 514 145,00	78 514 145,00
Município do Porto Santo	1,26%	1 004 390,00	1 004 390,00
Total	100,00%	79 518 535,00	79 518 535,00

Fonte: Opção Divina

2.2 VARIAÇÕES PATRIMÓNIO LÍQUIDO

As variações registadas no Património Líquido compreendem essencialmente o resultado apurado no corrente exercício, conforme:

Rubrica	Saldo Inicial	Aplicação Resultado Líquido	Variações	Saldo Final
Património / Capital	79 518 535,00	-	-	79 518 535,00
Outros instrumentos de capital	20 487 833,23	-	7 863 965,29	28 351 798,52
Prémios de emissão	1,62	-	-	1,62
Resultados Transitados	(77 020 909,57)	(1 703 493,32)	-	(78 724 402,89)
Resultado Líquido	(1 703 493,32)	1 703 493,32	(7 981 294,71)	(7 981 294,71)
Total património Líquido	21 281 966,96	-	(117 329,42)	21 164 637,54

Fonte: Opção Divina

A rubrica de outras variações no Património Líquido refere-se aos subsídios ao investimento e registou o seguinte movimento:

Rubrica	2021	2020
Saldo inicial	0,00	12 780,74
Imputação ao exercício	0,00	-12 780,74
Saldo Final	0,00	0,00

Fonte: Opção Divina



3. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

3.1 GASTOS COM PESSOAL

Os gastos com pessoal registado no corrente exercício, ascende a 1.011.064,66 euros, conforme:

Gasto com Pessoal	Saldo 31.12.2021	Saldo 31.12.2020
Remunerações dos órgãos sociais	51 545,33	50 980,11
Remunerações do pessoal	770 514,81	736 596,76
Encargos sobre remunerações	183 087,80	174 379,76
Seguro de acidentes de trabalho	5 297,77	6 833,28
Outros gastos com o pessoal	618,95	5 515,13
Total	1 011 064,66	974 305,04

O número de colaboradores da SDPS a 31 de dezembro de 2021 foi de 50, dos quais 5 são membros do Conselho de Administração, que desempenham funções em regime de acumulação nas 4 Sociedades – Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo, S.A., Sociedade de Desenvolvimento do Norte da Madeira, SA., Sociedade Metropolitana de Desenvolvimento, S.A. e Ponta do Oeste – Sociedade de Desenvolvimento da Ponta do Oeste, S.A.

3.2 REMUNERAÇÕES E ENCARGOS DA SOCIEDADE, ASSOCIADOS ÀS FUNÇÕES DE CARGOS DE GESTÃO

Apresentam-se de seguida, os montantes totais das remunerações auferidas pelo conjunto dos membros dos órgãos sociais da Sociedade, bem como os custos desta, associados a estas funções, no exercício findo em 31 de dezembro de 2021:

ASSEMBLEIA GERAL

O Presidente e o Secretário não auferem qualquer remuneração pelo exercício do cargo.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

As remunerações do Conselho de Administração no ano de 2021 ascenderam a 51.545,33 €.

3.3 OUTROS BENEFÍCIOS A CURTO PRAZO DE EMPREGADOS

Os benefícios de curto prazo estimados pela SDPS compreendem as férias e subsídio de férias cujo valor estimado ascende a 234.667,00 euros, conforme mencionado anteriormente na nota 10.4.

3.4 OUTROS BENEFÍCIOS A LONGO PRAZO DE EMPREGADOS

Não existem outros benefícios a longo prazo de empregados.

A empresa não tem qualquer responsabilidade com o pagamento de complementos de reforma.

3.5 OUTRAS INFORMAÇÕES

Vendas

Na rubrica de vendas encontram-se registadas vendas somente de mercadorias, as quais dizem respeito essencialmente a artigos de golfe.

Vendas	Saldo 31.12.2021	Saldo 31.12.2020
Mercadorias	40 562,00	25 552,72
Total	40 562,00	25 552,72

Fonte: Opção Divina

3.5.1 PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

Os rendimentos obtidos no período em análise são essencialmente de concessões, à semelhança do exercício anterior:

Prestações de serviços	Saldo 31.12.2021	Saldo 31.12.2020
Concessões	403 456,20	307 296,43
Outros serviços	19 575,58	17 440,92
Total	423 031,78	324 737,35

Fonte: Opção Divina

3.5.2 SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO

Prestações de serviços	Saldo 31.12.2021	Saldo 31.12.2020
Contrato Programa Covid 19	247 600,00	399 405,00
Total	247 600,00	399 405,00

Fonte: Opção Divina




3.5.3 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Os gastos registados na rubrica de fornecimentos e serviços externos, no período em análise, apresentam o seguinte detalhe:

Fornecimento e Serviços Externos	Saldo 31.12.2021	Saldo 31.12.2020
Tabalhos Especializados	13 678,41	45 789,36
Publicidade e propaganda	44 102,38	14 057,44
Conservação e reparação	59 559,45	46 728,03
Materiais	10 108,33	17 384,61
Electricidade	75 085,61	64 699,17
Combustíveis	-	7 397,49
Água	92 064,01	49 086,87
Deslocações, Estadas e	6 024,24	5 400,21
Comunicação	8 317,63	7 816,44
Seguros	16 045,45	6 167,82
Limpeza, higiene e conforto	3 501,19	10 197,18
Outros serviços	102 078,37	44 464,71
Total	430 565,07	319 189,33

Fonte: Opção Divina

3.5.4 DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES

As depreciações e amortizações registadas no período são essencialmente referentes a ativos fixos tangíveis, conforme:

Gastos de depreciações e de amortizações	Saldo 31.12.2021	Saldo 31.12.2020
Ativos fixos tangíveis	1 111 461,57	1 113 684,64
Ativos intangíveis	-	1 831,62
Total	1 111 461,57	1 115 516,26

Fonte: Opção Divina

3.5.5 OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

Outros rendimentos e ganhos	Saldo 31.12.2021	Saldo 31.12.2020
Rendimentos Suplementares	906,30	840,00
Ganhos em inventários	-	233,26
Imputação de subsídios para	-	12 780,74
Outros rendimentos e ganhos	20 658,78	10 813,97
Total	21 565,08	24 667,97

Fonte: Opção Divina

3.5.6 OUTROS GASTOS E PERDAS

Outros gastos e perdas	Saldo 31.12.2021	Saldo 31.12.2020
Impostos diretos	69 265,02	63 247,12
Impostos indiretos	11 747,05	12 872,08
Taxas	26 501,91	10 999,63
Correções relativas a períodos	9 168,34	6 109,13
Insuficiência da estimativa para	681,25	-
Outros gastos e perdas	40,01	209,76
Total	117 403,58	93 437,72

Fonte: Opção Divina

3.5.7 PARTES RELACIONADAS

3.5.7.1 IDENTIFICAÇÃO DAS PARTES RELACIONADAS

As entidades relacionadas com a SDPS são:

- Região Autónoma da Madeira
- Porto Santo Verde, EM
- Município do Porto Santo
- Ponta do Oeste – Sociedade de Promoção e Desenvolvimento da Zona Oeste da Madeira, S.A.
- Sociedade de Desenvolvimento do Norte da Madeira, S.A.
- Sociedade Metropolitana de Desenvolvimento, S.A.



3.5.7.2 SALDOS ENTRE PARTES RELACIONADAS

Entidades	Cientes Cobrança Duvidosa	Outras Operações
Região Autónoma da Madeira	-	-
Município do Porto Santo	-	-
Porto Santo Verde, E.M.	101 231,54	-
Ponta do Oeste, S.A	-	7 186 660,02
Sociedade de Desenvolvimento do Norte da Madeira, S.A.	-	(150 276,40)
Sociedade Metropolitana de Desenvolvimento, S.A.	-	2 746 743,31
Total	101 231,54	9 783 126,93

Fonte: Opção Divina

3.5.7.3 COMPROMISSOS / CONTINGÊNCIAS / RESPONSABILIDADES – GARANTIAS PRESTADAS E LETRAS DESCONTADAS


data de 31 de dezembro de 2021 não existem quaisquer contingências ou compromissos não registados no Balanço.

3.6 EVENTOS SUBSEQUENTES

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas, para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 5 do Artigo 66.º do Código das Sociedades Comerciais, sem prejuízo de mencionarmos os seguintes acontecimentos:

- Foi dado a conhecer à SDPS, S.A. a Sentença da Arbitragem AD HOC, que homologou o acordo da transação em arbitragem voluntária celebrada entre a então Pico de Baixo e Penedo – Investimentos Imobiliários, Lda, a Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo, SA e a Vice-Presidência do Governo Regional da Madeira, através da Direção Regional do Património. Presentemente, continua a fiscalização concomitante do Tribunal de Contas, iniciada no início de janeiro de 2020, tendo as últimas questões sido levantadas em janeiro de 2021. Por conta deste processo, ainda não foi efetuado qualquer pagamento, cumprindo, deste modo, as orientações do acionista transmitidas em Assembleia Geral, realizada no dia vinte e cinco de março de 2020.
- No que se refere a participada Porto Santo Verde, apesar de ter sido constituída em 2017 uma provisão para outros riscos e encargos, conforme referido na nota 9., a posição atual da SDPS,

recentemente transmitida ao Tribunal de Contas, na sequência de pedido de esclarecimentos deste Tribunal, é a seguinte:



“A SDPS, SA não pode ser chamada a liquidar passivos, quando todo o ativo da empresa municipal em liquidação foi absorvido pelo sócio maioritário, conforme deliberado na Assembleia Geral da Porto Santo Verde realizada em 2013, e que contou com a presença dos sócios e onde foi decidida a (...) internalização das atividades no Município do Porto Santo, por transmissão global dos ativos e passivos, conforme dispõe art.º 148 do Código das sociedades Comerciais (...)”. Nesta conformidade, nos termos do n.º 1 do artigo 163.º do Código das Sociedades, os antigos sócios respondem pelo passivo social não satisfeito ou acautelado, até ao montante que receberam na partilha. Com a internalização dos serviços e a assunção do passivo e do ativo pelo Município do Porto Santo, a SDPS, S.A. não pode ser chamada a assunção de qualquer passivo porque nada recebeu na partilha. O Município do Porto Santo, desde a data daquela deliberação em 2013, fez seus todos os bens da Porto Santo Verde, Geo Turismo e Gestão Ambiental, EEM, que passou a utilizá-los em pleno. Por último, acresce dizer que a empresa Porto Santo Verde, Geo Turismo e Gestão Ambiental, encontra-se em liquidação desde 26 de fevereiro de 2013 e, desde 2016, que se encontra pendente o processo de liquidação n.º 1/2016 na Conservatória do Registo Civil, Predial e Comercial do Porto Santo.”

A economia nacional e internacional está a ser afetada pelos efeitos provocados pelo Covid-19. Nesta fase, não é possível prever os impactos que a alteração da atividade económica virá a ter nos indicadores da empresa em 2021, nomeadamente na receita do Campo de Golfe do Porto Santo.

3.7 DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

Honorários faturados pelo revisor oficial de contas

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 os honorários do Revisor Oficial de Contas ascenderam a 3.904 euros.

Dívidas Autoridade Tributária

A SDPS não é devedora de quaisquer contribuições vencidas perante a Autoridade Tributária.

Dívidas Segurança Social

A SDPS não é devedora de quaisquer contribuições vencidas perante a Segurança Social

Outros

Para efeitos da alínea d) do n.º 5 do artigo 66.º do Código das Sociedades Comerciais (CSC), durante o exercício de 2021 a sociedade não efetuou transações com ações próprias, sendo nulo o n.º de ações próprias detidas em 31 de dezembro de 2021.

4. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

O Conselho de Administração propõe que o resultado líquido negativo do exercício, no montante de 7.981.294.71euros, sejam objeto de transferência para resultados transitados.

Funchal, 28 de março de 2022

O Conselho de Administração.

A Presidente



(Nivalda Gonçalves)

A Vogal



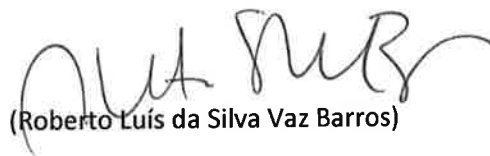
(Fátima Carvalho Correia)

O Vogal



(Ricardo Morna Jardim)

O Contabilista Certificado



(Roberto Luís da Silva Vaz Barros)

5. DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS

5.1 NOTA INTRODUTÓRIA

A SDPS – Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo, S.A. é uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, pessoa coletiva n.º 511 131 879.

É tutelada pela Secretaria Regional de Equipamentos e Infraestruturas, possui a natureza de pessoa coletiva de direito público e integra o perímetro como empresa pública reclassificada.

O seu Código de Classificação Orgânica é 521040100.

As demonstrações orçamentais anexas são apresentadas em Euros e foram preparadas nos termos da legislação em vigor, designadamente em respeito pela NCP 26 e pelas instruções do TdC.

Entendemos que as demonstrações orçamentais refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da SDPS, bem como a sua posição e desempenho orçamental e de fluxos de caixa no ano de 2021.

REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações orçamentais, segundo a NCP 26 - Contabilidade e relato orçamental do SNC AP, traduzem uma representação estruturada da execução e desempenho orçamental da SDPS, proporcionando, entre outras, informação sobre o orçamento inicial, as modificações orçamentais, a execução orçamental e os pagamentos e recebimentos.

O Relato Orçamental consiste em proporcionar informação sobre o orçamento inicial, as alterações orçamentais, a execução das receitas e das despesas orçamentadas, os pagamentos e dos recebimentos, bem como, o desempenho orçamental.

Assim, em conformidade com o n.º 2 do parágrafo 46 da NCP mencionada, são seguidamente apresentados os quadros respeitantes aos mapas obrigatórios que constituem um conjunto completo de demonstrações orçamentais de relato (DOR):



DEMONSTRAÇÃO DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL

ANTES APURAMENTOS 2021

RLB	RECEBIMENTOS	FONTES DE FINANCIAMENTO (iv)						n-1	RLB	PAGAMENTOS	FONTES DE FINANCIAMENTO (v)						n-1
		RP	RG	UE	EMPR	F. ALHEIOS	TOTAL				RP	RG	UE	EMPR	F. ALHEIOS	TOTAL	
	Soma (7)-(11)-(12)-(13)	4.138.676,47	1.341.146,19		2.888.000,00		8.368.822,66	6.383.488,27		Soma (7)-(12)-(13)	889.684,49	798.614,25		2.900.000,00		4.589.698,74	4.487.533,18
	Operações de investimento (14)					51.947,23	51.947,23	780,88		Operações de investimento (14)					99.322,76	18.372,76	42.488,72
										Saldo para a gestão da seguinte:							
										Operações orçamentais (15)-(16)-(7)	3.139.582,01	558.024,04				3.697.606,05	3.865.336,08
										Operações de transacções (17)-(18)-(19)-(20)					60.319,70	-69.515,70	35.544,80
										Saldo global (21)-(22)	-389.121,21	-798.614,25				-1.187.735,46	-889.588,69
										Despesa primária	569.064,34	798.614,25				-1.779.678,59	1.579.881,88
										Saldo corrente	-247.024,87	-798.614,25				-1.045.639,12	-996.765,68
										Saldo de capital	-152.896,88					-152.896,88	47.789,40
										Saldo a termo	389.761,60	-798.614,25				-1.188.852,65	-889.534,80
										Passivos totais (1)-(2)-(3)	4.125.676,47	1.541.146,19		2.900.000,00		8.566.822,66	6.383.488,27
										Despesa total (5)-(6)	669.084,45	798.614,25		2.900.000,00		4.679.698,70	4.497.553,18

- DOR 2. Demonstração de execução orçamental da receita (anexo 2)

Fundal - Av. Marco Ed. Gov.
Regional, 3º andar
9004-527 Fundal
Tlf. 291 215 740
Fax. 291 215 758
NIF. 511 132 879
CRCPS. 511 132 879
Capital Social 11.544.780€
email: financeiro@societadedesenvolvimento.com

DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA RECEITA

SNC-AP ANTES APURAMENTOS 2021

CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTAL: E

CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTAL	PREVISÕES CORRIGIDAS	PREVISÕES POR LIQUIDAR	RECEITAS POR COBRAR DE PERÍODOS ANTERIORES	RECEITAS LIQUIDADAS	LIQUIDAÇÕES ANULADAS	RECEITAS COBRADAS BRUTAS	REEMBOLSOS RESTITUIÇÕES		RECEITAS COBRADAS LIQUIDAS			RECEITAS POR COBRAR NO FINAL DO PERÍODO	LIQUIDAÇÕES DE PERÍODOS FUTUROS				
							EMITIDOS	PAGOS	PERÍODOS ANTERIORES	PERÍODO CORRENTE	TOTAL		(N+1)	(N+2)	(N+3)	(N+4)	PERÍODOS SEQUENTES
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11) *	(12) *	(13)	(14)	(15)	(16)	(17)
RECEITA CORRENTE																	
952826.513.8791880178.122	30 381,88	198,73	487,44	49 787,85	159,89	48 917,37	0,00	0,00	282,54	48 634,83	48 917,37	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
952826.513.8702018178.122	285 785,00	-517 112,33	622 498,41	280 738,94	10 548,82	157 638,95	0,00	0,00	739,87	157 108,88	157 838,90	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
952826.513.8782088178.122	743 637,88	495 410,98	88 357,98	272 839,46	971,84	316 845,59	0,00	0,00	59 723,67	257 121,50	316 845,59	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
952826.513.8792999978.122	15 000,00	-987 158,13	142 848,28	39 338,74	22,81	38 683,95	0,00	0,00	585,71	38 878,24	38 883,90	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
952826.513.8801918178.122	1 000,00	1 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
952826.513.8801999978.122	15 000,00	-11 895,88	0,00	28 895,88	0,00	25 885,88	0,00	0,00	0,00	25 895,88	25 895,88	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
957034.712.8804022918.122	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
957834.712.8804021208.122	247 000,00	247 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	1 388 323,88	-41 154,62	632 163,64	588 880,85	11 488,87	589 382,74	0,00	0,00	61 238,98	528 651,79	589 382,74	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE CAPITAL																	
952826.381.1111051880.122	1 138 162,88	123 575,17	0,00	1 014 526,83	0,00	1 014 526,83	0,00	0,00	0,00	1 014 526,83	1 014 526,83	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
952826.381.1208051880.122	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
952826.382.1601838178.122	328 622,88	0,00	0,00	328 622,88	0,00	328 622,88	0,00	0,00	0,00	328 622,88	328 622,88	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
952826.522.9681838178.122	2 382 814,88	-1 146 498,73	0,00	3 538 313,73	0,00	3 538 313,73	0,00	0,00	0,00	3 538 313,73	3 538 313,73	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
952826.712.1111051000.122	2 980 888,08	0,00	0,00	2 980 888,08	0,00	2 980 888,08	0,00	0,00	0,00	2 980 888,08	2 980 888,08	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
952826.712.1208051000.122	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	6 737 539,88	-1 822 923,90	0,00	7 788 482,92	0,00	7 788 482,92	0,00	0,00	0,00	7 788 482,92	7 788 482,92	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	8 125 882,88	-1 884 978,54	632 163,64	8 389 283,77	11 488,87	8 388 825,88	0,00	0,00	61 238,98	8 388 484,67	8 389 825,88	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

LEGENDA: (11)=(9)+(10); (12)=(3)+(4)-(5)-(6)-(7)
DOCUMENTO PROCESSADO POR COMPUTADOR - APLICAÇÃO INFORMATICA SIAC
07.03.2022 18:09 * Res. Oliveira

Página 1 de 2

B. Ruf
W
f

DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA RECEITA

SNC-AP

ANTES APURAMENTOS 2021

CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTAL: 1


CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTAL	PREVISÕES CORRIGIDAS	PREVISÕES POR LIQUIDAR	RECEITAS POR COBRAR DE PERÍODOS ANTERIORES	RECEITAS LIQUIDADAS	LIQUIDAÇÕES ANULADAS	RECEITAS COBRADAS BRUTAS	REEMBOLSOS RESTITUIÇÕES		RECEITAS COBRADAS LIQUIDAS			RECEITAS POR COBRAR NO FINAL DO PERÍODO	LIQUIDAÇÕES DE PERÍODOS FUTUROS						
							EMITIDOS	PAGOS	PERÍODOS ANTERIORES	PERÍODO CORRENTE	TOTAL		(N+1)	(N+2)	(N+3)	(N+4)	PERÍODOS SEGUINTES		
																		(7)	(8)
RECEITA CORRENTE	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)													
052026.513.8702000170.52509	20 000,00	20 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
057034.513.8702000170.52520	521,00	521,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
057034.712.9004022010.52520	1 520,00	1 520,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	22 041,00	22 041,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE CAPITAL																			
052026.392.1004022009.52210	50 500,00	50 500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
052026.302.1004022007.52402	32 000,00	32 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
052026.302.1004022004.52470	50 000,00	50 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
052026.522.1001030170.52210	50 500,00	50 500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
052026.522.1001030170.52470	400 000,00	400 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
052026.522.1001030170.52512	000 000,00	000 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
057034.712.1004022010.52520	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
057033.712.1004022000.52403	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	1 207 000,00	1 207 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	1 309 737,00	1 309 737,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0 435 590,00	245 050,00	032 163,04	0 300 203,77	11 400,07	0 300 025,00	0,00	0,00	61 330,99	0 300 404,67	0 300 025,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

LEGENDA: (11)=(9)+(10); (12)=(3)+(4)-(5)-(6)-(7)

DOCUMENTO PROCESSADO POR COMPUTADOR - APLICAÇÃO INFORMÁTICA SIAG
07/03/2022 10:09 - Rita Gouveia



- DOR 5. Anexo às demonstrações orçamentais: DOR 5.1. Alterações orçamentais da receita (anexo 4)



SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO
DO PORTO SANTO, S.A.
email: financeiro@societadedesenvolvimento.com

Funchal - Av. João Ed. Gov.
Regional, 3º andar
9004-527 Funchal
Tel. 291 215 740
Fax. 291 215 758
NIF. 511 131 879
CIPCPS. 511 131 879
Capital Social 11.544.780€

MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS - RECEITA
PERÍODO DE 2021/01/01 A 2021/12/31

ORÇAMENTO	CÓD. ORÇ. PRIVATIVO	ANO
521040100	5052	2021

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA		ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS				PREVISÕES CORRIGIDAS	OBSERVAÇÕES
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	PREVISÕES INICIAIS	CREDITOS ESPECIAIS	REFORÇOS	ANULAÇÕES	(7)=(3)-(4)-(5)+(6)	(8)
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)		
381 11	Activos financeiros	0,00	0,00	1 138 182,00	0,00	1 138 182,00	
381 1111	Outros activos financeiros:	0,00	0,00	1 138 182,00	0,00	1 138 182,00	
381 111105	Adm. Públicas - Adm. regional.	0,00	0,00	1 138 182,00	0,00	1 138 182,00	
381 111105 10 00	Adm. Públicas - Adm. regional.	0,00	0,00	1 138 182,00	0,00	1 138 182,00	
381 12	Passivos financeiros	1 138 182,00	0,00	0,00	1 138 182,00	0,00	
381 1206	Empréstimos a médio e longo prazo:	1 138 182,00	0,00	0,00	1 138 182,00	0,00	
381 120605	Adm. Públicas - Adm. regional.	1 138 182,00	0,00	0,00	1 138 182,00	0,00	
381 120605 10 00	Adm. Públicas - Adm. regional.	1 138 182,00	0,00	0,00	1 138 182,00	0,00	
382 16	Saldo de gestão anterior	0,00	326 823,00	0,00	0,00	326 823,00	
382 1601	Saldo orçamental.	0,00	326 823,00	0,00	0,00	326 823,00	
382 160103	Na posse do serviço - Consignado	0,00	326 823,00	0,00	0,00	326 823,00	
382 160103 01 78	Na posse do serviço - Consignado	0,00	326 823,00	0,00	0,00	326 823,00	
513 07	Venda de bens e serviços correntes	1 125 244,00	0,00	0,00	29 521,00	1 154 725,00	
513 0701	Venda de bens:	50 301,00	0,00	0,00	0,00	50 301,00	
513 070108	Mercadorias.	50 301,00	0,00	0,00	0,00	50 301,00	
513 070108 01 78	Mercadorias.	50 301,00	0,00	0,00	0,00	50 301,00	
513 0702	Serviços:	1 074 943,00	0,00	0,00	29 521,00	1 054 422,00	
513 070201	Aluguer de espaços e equipamentos.	295 785,00	0,00	0,00	0,00	295 785,00	
513 070201 01 78	Aluguer de espaços e equipamentos.	295 785,00	0,00	0,00	0,00	295 785,00	

Funchal, em 7 de Março de 2022

(Assinaturas)

R. Ruf
ms
f

MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS - RECEITA
PERÍODO DE 2021/01/01 A 2021/12/31

ORÇAMENTO	CÓD. ORÇ. PRIVATIVO	ANO
521040100	5052	2021

CÓDIGO (1)	CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA DESIGNAÇÃO (2)	PREVISÕES INICIAIS (3)	ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS			PREVISÕES CORRIGIDAS (7)=(3)+(4)+(5)-(6)	OBSERVAÇÕES (8)
			CRÉDITOS ESPECIAIS (4)	REFORÇOS (5)	ANULAÇÕES (6)		
513 070208	Serviços sociais, recreativos, culturais e desporto.	784 158,00	0,00	0,00	28 521,00	743 637,00	
513 070208 01 78	Serviços sociais, recreativos, culturais e desporto.	784 158,00	0,00	0,00	28 521,00	743 637,00	
513 070299	Outros.	15 000,00	0,00	0,00	0,00	15 000,00	
513 070299 99 78	Outros.	15 000,00	0,00	0,00	0,00	15 000,00	
513 08	Outras receitas correntes	16 000,00	0,00	0,00	0,00	16 000,00	
513 0801	Outras receitas correntes:	16 000,00	0,00	0,00	0,00	16 000,00	
513 080101	Prémios, taxas por garantias de risco e diferenças de câmbio.	1 000,00	0,00	0,00	0,00	1 000,00	
513 080101 01 78	Prémios, taxas por garantias de risco e diferenças de câmbio.	1 000,00	0,00	0,00	0,00	1 000,00	
513 080199	Outras.	15 000,00	0,00	0,00	0,00	15 000,00	
513 080199 99 78	Outras.	15 000,00	0,00	0,00	0,00	15 000,00	
520 16	Saldo da gestão anterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
520 1601	Saldo orçamental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
520 160103	Na posse do serviço - Consignado.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
520 160103 01 78	Na posse do serviço - Consignado.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
522 16	Saldo da gestão anterior	0,00	3 539 314,00	0,00	1 146 500,00	2 392 814,00	
522 1601	Saldo orçamental	0,00	3 539 314,00	0,00	1 146 500,00	2 392 814,00	
522 160103	Na posse do serviço - Consignado.	0,00	3 539 314,00	0,00	1 146 500,00	2 392 814,00	
522 160103 01 78	Na posse do serviço - Consignado.	0,00	3 539 314,00	0,00	1 146 500,00	2 392 814,00	
712 06	Transferências correntes	0,00	0,00	397 600,00	150 000,00	247 600,00	

Funchal, em 7 de Março de 2022

(Assinaturas)



MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS - RECEITA
PERÍODO DE 2021/01/01 A 2021/12/31

ORÇAMENTO	CÓD. ORÇ. PRIVATIVO	ANO
521040100	5052	2021

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA DESIGNAÇÃO	PREVISÕES INICIAIS	ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS			PREVISÕES CORRIGIDAS	OBSERVAÇÕES
			CRÉDITOS ESPECIAIS	REFORÇOS	ANULAÇÕES		
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)=(3)+(-4)+(-5)+(-6)	(8)
712 0604	Administração regional:	0,00	0,00	307 000,00	150 000,00	247 000,00	
712 060402	Região Autónoma da Madeira:	0,00	0,00	307 000,00	150 000,00	247 000,00	
712 060402 12 00	Região Autónoma da Madeira:	0,00	0,00	247 000,00	0,00	247 000,00	
712 060402 20 08	Região Autónoma da Madeira:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
712 060402 20 10	Região Autónoma da Madeira:	0,00	0,00	150 000,00	150 000,00	0,00	
712 060402 00 12	Região Autónoma da Madeira:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
712 11	Activos financeiros	0,00	0,00	2 900 000,00	0,00	2 900 000,00	
712 1111	Outros activos financeiros:	0,00	0,00	2 900 000,00	0,00	2 900 000,00	
712 111105	Adm. Públicas - Adm. regional:	0,00	0,00	2 000 000,00	0,00	2 000 000,00	
712 111105 10 00	Adm. Públicas - Adm. regional:	0,00	0,00	2 000 000,00	0,00	2 000 000,00	
712 12	Passivos financeiros	2 900 000,00	0,00	0,00	2 900 000,00	0,00	
712 1206	Empréstimos a médio e longo prazo:	2 900 000,00	0,00	0,00	2 900 000,00	0,00	
712 120605	Adm. Públicas - Adm. regional:	2 900 000,00	0,00	0,00	2 900 000,00	0,00	
712 120605 10 00	Adm. Públicas - Adm. regional:	2 000 000,00	0,00	0,00	2 000 000,00	0,00	
TOTAL		5 179 346,00	3 005 937,00	4 435 702,00	5 315 123,00	0 125 062,00	

Funchal, em 7 de Março de 2022

(Assinaturas)



MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS - RECEITA
PERÍODO DE 2021/01/01 A 2021/12/31

ORÇAMENTO	CÓD. ORÇ. PRIVATIVO	ANO
528040100	5052 P	2021

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA		PREVISÕES INICIAIS	ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS			PREVISÕES CORRIGIDAS	OBSERVAÇÕES
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO		CRÉDITOS ESPECIAIS	REFORÇOS	ANULAÇÕES		
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)=(3)-(4)+(5)-(6)	(8)
392 10	Transferências de capital	141 196,00	0,00	0,00	0,00	141 196,00	
392 1004	Administração regional:	141 196,00	0,00	0,00	0,00	141 196,00	
392 100402	Região Autónoma da Madeira:	141 196,00	0,00	0,00	0,00	141 196,00	
392 100402 20 04	Região Autónoma da Madeira:	58 000,00	0,00	0,00	0,00	58 000,00	
392 100402 20 07	Região Autónoma da Madeira:	32 096,00	0,00	0,00	0,00	32 096,00	
392 100402 20 09	Região Autónoma da Madeira:	58 500,00	0,00	0,00	0,00	58 500,00	
513 07	Venda de bens e serviços correntes	0,00	0,00	20 521,00	0,00	20 521,00	
513 0702	Serviços:	0,00	0,00	20 521,00	0,00	20 521,00	
513 070208	Serviços sociais, recreativos, culturais e desporto:	0,00	0,00	20 521,00	0,00	20 521,00	
513 070208 01 78	Serviços sociais, recreativos, culturais e desporto:	0,00	0,00	20 521,00	0,00	20 521,00	
522 10	Transferências de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
522 1004	Administração regional:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
522 100402	Região Autónoma da Madeira:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
522 100402 20 04	Região Autónoma da Madeira:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
522 100402 20 09	Região Autónoma da Madeira:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
522 100402 20 11	Região Autónoma da Madeira:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
522 16	Saldo da gerência anterior	0,00	0,00	1 146 500,00	0,00	1 146 500,00	
522 1601	Saldo orçamental:	0,00	0,00	1 146 500,00	0,00	1 146 500,00	
522 160103	Na posse do serviço - Consignado:	0,00	0,00	1 146 500,00	0,00	1 146 500,00	

Funchal, em 7 de Março de 2022

(Assinaturas)



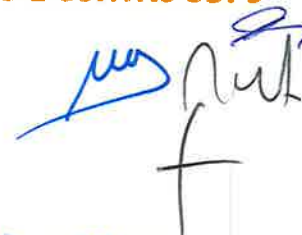
MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS - RECEITA
PERÍODO DE 2021/01/01 A 2021/12/31

ORÇAMENTO	CÓD. ORÇ. PRIVATIVO	ANO
528040100	5052 P	2021

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA		PREVISÕES INICIAIS	ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS			PREVISÕES CORRIGIDAS	OBSERVAÇÕES
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO		CRÉDITOS ESPECIAIS	REFORÇOS	ANULAÇÕES		
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)=(3)+(4)-(5)-(6)	(8)
522 160103 01 78	Na posse do serviço - Consignado.	0,00	0,00	1 140 500,00	0,00	1 140 500,00	
712 06	Transferências correntes	0,00	0,00	151 520,00	150 000,00	1 520,00	
712 0604	Administração regional:	0,00	0,00	151 520,00	150 000,00	1 520,00	
712 060402	Região Autónoma da Madeira:	0,00	0,00	151 520,00	150 000,00	1 520,00	
712 060402 20 10	Região Autónoma da Madeira:	0,00	0,00	151 520,00	150 000,00	1 520,00	
712 10	Transferências de capital	249 120,00	0,00	0,00	249 120,00	0,00	
712 1004	Administração regional:	249 120,00	0,00	0,00	249 120,00	0,00	
712 100402	Região Autónoma da Madeira:	249 120,00	0,00	0,00	249 120,00	0,00	
712 100402 20 08	Região Autónoma da Madeira:	97 000,00	0,00	0,00	97 000,00	0,00	
712 100402 20 10	Região Autónoma da Madeira:	151 520,00	0,00	0,00	151 520,00	0,00	
TOTAL		249 120,00		1 310 541,00	300 120,00	1 309 737,00	

Funchal, em 7 de Março de 2022

(Assinaturas)



o DOR 5.2. Alterações orçamentais da despesa (anexo 5)

MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS - DESPESA

PERÍODO DE 2021/01/01 A 2021/12/31

CLASS. ORÇANICA	CÓD. ORÇ. PRIVATIVO	ANO
521040100	5052	2021

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA	CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	DOTAÇÕES INICIAIS	ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS				DOTAÇÕES CORRIGIDAS	OBSERVAÇÕES	
				TRANSFERÊNCIAS DE VERBAS ENTRE RUBRICAS		CREDITOS ESPECIAIS	MODIFICAÇÕES NA REDACÇÃO DA RUBRICA			REP. ABAT. AOS PAGAMENTOS
				REFORÇOS	ANULAÇÕES					
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(10)		
381 01		Despesas com o pessoal	1 113 982,00	24 200,00	24 200,00	0,00	2 063,77	1 113 982,00		
381 0101		Remunerações certas e permanentes	700 941,00	22 030,00	22 030,00	0,00	1 718,62	700 941,00		
381 010102 00 00		Órgãos sociais	37 263,00	0,00	0,00	0,00	0,00	37 263,00		
381 010103 00 00		Pessoal dos quadros-Regime de função pública	31 300,00	22 030,00	0,00	0,00	0,00	53 300,00		
381 010104 00 00		Pessoal dos quadros-Reg de contrato individual trabalho	530 836,00	0,00	22 030,00	0,00	0,00	508 806,00		
381 010111 00 00		Representação	17 744,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17 744,00		
381 010112 00 00		Suplementos e prémios	7 067,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7 067,00		
381 010113 00 00		Subsídio de refeição	63 500,00	0,00	0,00	0,00	1 718,62	63 500,00		
381 010114		Subsídio de férias e de Natal	92 200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	92 200,00		
381 010114 SF 00		Subsídio de férias e de Natal	46 133,00	0,00	0,00	0,00	0,00	46 133,00		
381 010114 SN 00		Subsídio de férias e de Natal	46 133,00	0,00	0,00	0,00	0,00	46 133,00		
381 0102		Abonos variáveis ou eventuais	121 005,00	0,00	4,00	0,00	474,53	121 005,00		
381 010201 00 00		Gratificações variáveis ou eventuais	3 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3 000,00		
381 010204 00 00		Ajudas de custo	3 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3 000,00		
381 010205 00 00		Abono para férias	2 334,00	0,00	0,00	0,00	32,41	2 334,00		
381 010206 00 00		Formação	2 500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2 500,00		
381 010211 00 00		Subsídio de turno	6 400,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6 400,00		
381 010214		Outros abonos em numerário ou espécie	103 171,00	0,00	0,00	0,00	442,52	103 171,00		
381 010214 B0 00		Outros abonos em numerário ou espécie	103 171,00	0,00	0,00	0,00	442,52	103 171,00		
381 0103		Segurança social	211 076,00	2 179,00	2 179,00	0,00	476,22	211 076,00		

Funchal, em 7 de Março de 2022

(Assinaturas)

MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS - DESPESA

PERÍODO DE 2021/01/01 A 2021/12/31

CLASS. ORGÂNICA	COD. ORÇ. PRIVATIVO	ANO
521040100	5052	2021

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA		DOTAÇÕES INICIAIS	ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS				DOTAÇÕES CORRIGIDAS	OBSERVAÇÕES	
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO		TRANSFERÊNCIAS DE VERBAS ENTRE RUBRICAS		CREDITOS ESPECIAIS	MODIFICAÇÕES NA REDACÇÃO DA RUBRICA			REP. ABAT. AOS PAGAMENTOS
			REFORÇOS	ANULAÇÕES					
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)=(3)+(4)-(5)+(6)-(7)	(10)
381 010305	Contribuições para a segurança social	280 271,00	1 488,00	2 179,00	0,00		478,22	189 572,00	
381 010305 A0 A0	Contribuições para a segurança social	13 467,00	1 488,00	0,00	0,00		0,00	14 947,00	
381 010305 A0 B0	Contribuições para a segurança social	188 342,00	0,00	2 179,00	0,00		478,22	184 163,00	
381 010305 A0 C0	Contribuições para a segurança social	462,00	0,00	0,00	0,00		0,00	462,00	
381 010309 00 00	Seguros	9 800,00	0,00	0,00	0,00		0,00	9 800,00	
381 010310	Outras despesas de segurança social	1 885,00	899,00	0,00	0,00		0,00	2 584,00	
381 010310 AC 00	Outras despesas de segurança social	1 885,00	899,00	0,00	0,00		0,00	2 584,00	
381 04	Transferências correntes	25 000,00	0,00	0,00	0,00		0,00	25 000,00	
381 0408	Famílias	25 000,00	0,00	0,00	0,00		0,00	25 000,00	
381 040802	Outras	25 000,00	0,00	0,00	0,00		0,00	25 000,00	
381 040802 B0 00	Outras	25 000,00	0,00	0,00	0,00		0,00	25 000,00	
382 07	Aquisição de bens de capital	0,00	0,00	0,00	328 623,00		0,00	328 623,00	
382 0701	Investimentos	0,00	0,00	0,00	328 623,00		0,00	328 623,00	
382 070104 00 00	Construções diversas	0,00	0,00	0,00	328 623,00		0,00	328 623,00	
513 01	Despesas com o pessoal	188 528,00	56 116,00	0,00	0,00		0,00	224 638,00	
513 0101	Remunerações certas e permanentes	116 984,00	37 844,00	0,00	0,00		0,00	154 748,00	
513 010102 00 00	Órgãos sociais	6 538,00	2 773,00	0,00	0,00		0,00	9 308,00	
513 010103 00 00	Pessoal dos quadros-Regime de função pública	5 228,00	4 376,00	0,00	0,00		0,00	9 598,00	
513 010104 00 00	Pessoal dos quadros-Reg de contrato individual trabalho	89 828,00	22 829,00	0,00	0,00		0,00	111 855,00	
513 010111 00 00	Representação	2 957,00	1 474,00	0,00	0,00		0,00	4 431,00	

Funchal, em 7 de Março de 2022

(Assinaturas)

MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS - DESPESA

PERÍODO DE 2021/01/01 A 2021/12/31

CLASS. ORÇANICA	COD. ORÇ. PRIVATIVO	ANO
521640100	5852	2021

CÓDIGO (1)	CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA DESIGNAÇÃO (2)	DOTAÇÕES INICIAIS (3)	ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS					DOTAÇÕES CORRIGIDAS (9)=(3)+(4)-(5)+(6)+(7)	OBSERVAÇÕES (10)
			TRANSFERÊNCIAS DE VERBAS ENTRE RUBRICAS		CREDITOS ESPECIAIS (6)	MODIFICAÇÕES NA REDACÇÃO DA RUBRICA (7)	REP. ABAT. AOS PAGAMENTOS (8)		
			REFORÇOS (4)	ANULAÇÕES (5)					
513 010112 00 00	Suplementos e prémios	1 311,00	463,00	0,00	0,00		0,00	1 774,00	
513 010113 00 00	Subsídio de refeição	11 648,00	5 935,00	0,00	0,00		0,00	17 583,00	
513 0102	Abonos variáveis ou eventuais	19 188,00	9 648,00	0,00	0,50		0,00	28 836,50	
513 010201 00 00	Gratificações variáveis ou eventuais	888,00	0,00	0,00	0,00		0,00	888,00	
513 010205 00 00	Abono para férias	389,00	194,00	0,00	0,00		0,00	583,00	
513 010211 00 00	Subsídio de turno	1 888,00	545,00	0,00	0,00		0,00	2 433,00	
513 010214	Outros abonos em numerário ou espécie	17 111,00	8 389,00	0,00	0,00		0,00	25 500,00	
513 010214 80 00	Outros abonos em numerário ou espécie	17 111,00	8 389,00	0,00	0,00		0,00	25 500,00	
513 0103	Segurança social	32 438,00	9 228,00	0,00	0,00		0,00	41 666,00	
513 010305	Contribuições para a segurança social	29 885,00	9 228,00	0,00	0,00		0,00	39 113,00	
513 010305 A0 A0	Contribuições para a segurança social	1 953,00	1 386,00	0,00	0,00		0,00	3 339,00	
513 010305 A0 B0	Contribuições para a segurança social	27 831,00	7 842,00	0,00	0,00		0,00	35 673,00	
513 010305 A0 C0	Contribuições para a segurança social	99,00	36,00	0,00	0,00		0,00	135,00	
513 010309 00 00	Seguros	2 258,00	0,00	0,00	0,00		0,00	2 258,00	
513 010310	Outras despesas de segurança social	301,00	0,00	0,00	0,00		0,00	301,00	
513 010310 AC 00	Outras despesas de segurança social	301,00	0,00	0,00	0,00		0,00	301,00	
513 02	Aquisição de bens e serviços	736 881,00	48 080,00	123 521,00	0,00		885,31	868 367,31	
513 0201	Aquisição de bens	129 534,00	1 588,00	58 888,00	0,00		0,00	187 910,00	
513 020102 00 00	Combustíveis e lubrificantes	20 888,00	0,00	0,00	0,00		0,00	20 888,00	
513 020104 00 00	Limpeza e higiene	5 000,00	0,00	0,00	0,00		0,00	5 000,00	

Funchal, em 7 de Março de 2022

(Assinaturas)

MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS - DESPESA

PERÍODO DE 2021/01/01 A 2021/12/31

CLASS. ORGÂNICA	COD. ORÇ. PRIVATIVO	ANO
521040100	5052	2021

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA		DOTAÇÕES INICIAIS	ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS				DOTAÇÕES CORRIGIDAS	OBSERVAÇÕES	
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO		TRANSFERÊNCIAS DE VERBAS ENTRE RUBRICAS		CRÉDITOS ESPECIAIS	MODIFICAÇÕES NA REDACÇÃO DA RUBRICA			REP. ABAT. AOS PAGAMENTOS
			REFORÇOS	ANULAÇÕES					
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)=(3)+(4)-(5)+(6)+-(7)	(10)
513 020107 00 00	Vestuário e artigos pessoais	5 000,00	0,00	0,00	0,00		0,00	5 000,00	
513 020108	Material de escritório	5 000,00	0,00	0,00	0,00		0,00	5 000,00	
513 020108 CD 00	Material de escritório	5 000,00	0,00	0,00	0,00		0,00	5 000,00	
513 020115 00 00	Prémios, condecorações e ofertas	100,00	0,00	0,00	0,00		0,00	100,00	
513 020116 00 00	Mercadorias para a venda	50 000,00	0,00	50 000,00	0,00		0,00	0,00	
513 020117 00 00	Ferramentas e utensílios	15 000,00	0,00	0,00	0,00		0,00	15 000,00	
513 020118 00 00	Livros e documentação técnica	50,00	0,00	0,00	0,00		0,00	50,00	
513 020121	Outros bens	29 304,00	1 500,00	0,00	0,00		0,00	30 804,00	
513 020121 00 00	Outros bens	12 000,00	1 500,00	0,00	0,00		0,00	13 500,00	
513 020121 S0 00	Outros bens	17 304,00	0,00	0,00	0,00		0,00	17 304,00	
513 0202	Aquisição de serviços	607 347,00	40 500,00	73 521,00	0,00		005,31	500 320,00	
513 020201	Encargos das instalações	100 000,00	20 000,00	0,00	0,00		005,31	200 000,00	
513 020201 A0 00	Encargos das instalações	90 000,00	15 000,00	0,00	0,00		0,00	105 000,00	
513 020201 B0 00	Encargos das instalações	90 000,00	5 000,00	0,00	0,00		0,00	95 000,00	
513 020202 00 00	Limpeza e higiene	12 000,00	0,00	0,00	0,00		0,00	12 000,00	
513 020203 00 00	Conservação de bens	34 507,00	0,00	0,00	0,00		0,00	34 507,00	
513 020209	Comunicações	8 100,00	6 500,00	0,00	0,00		0,00	14 600,00	
513 020209 A0 00	Comunicações	2 700,00	1 500,00	0,00	0,00		0,00	4 200,00	
513 020209 D0 00	Comunicações	2 700,00	0,00	0,00	0,00		0,00	2 700,00	
513 020209 E0 00	Comunicações	2 700,00	5 000,00	0,00	0,00		0,00	7 700,00	

Funchal, em 7 de Março de 2022

(Assinaturas)



MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS - DESPESA

PERÍODO DE 2021/01/01 A 2021/12/31

CLASS. ORGÂNICA	CÓD. ORÇ. PRIVATIVO	ANO
521000100	5052	2021

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA		DOTAÇÕES INICIAIS	ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS					DOTAÇÕES CORRIGIDAS	OBSERVAÇÕES
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO		TRANSFERÊNCIAS DE VERBAS ENTRE RUBRICAS		CRÉDITOS ESPECIAIS	MODIFICAÇÕES NA REDACÇÃO DA RUBRICA	REP. ABAT. AOS PAGAMENTOS		
			REFORÇOS	ANULAÇÕES					
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)=(3)+(4)-(5)+(6)+(-7)	(10)
513 020210	Transportes	1 000,00	0,00	0,00	0,00		0,00	1 000,00	
513 020210 20 00	Transportes	1 000,00	0,00	0,00	0,00		0,00	1 000,00	
513 020212	Seguros	36 264,00	0,00	0,00	0,00		0,00	36 264,00	
513 020212 00 00	Seguros	36 264,00	0,00	0,00	0,00		0,00	36 264,00	
513 020213	Deslocações e estadas	10 000,00	0,00	0,00	0,00		0,00	10 000,00	
513 020213 00 00	Deslocações e estadas	10 000,00	0,00	0,00	0,00		0,00	10 000,00	
513 020214	Estudos pareceres projectos e consultadoria	50 001,00	0,00	17 000,00	0,00		0,00	33 001,00	
513 020214 00 00	Estudos pareceres projectos e consultadoria	30 000,00	0,00	17 000,00	0,00		0,00	13 000,00	
513 020214 05 00	Estudos pareceres projectos e consultadoria	2 141,00	0,00	0,00	0,00		0,00	2 141,00	
513 020214 00 00	Estudos pareceres projectos e consultadoria	17 940,00	0,00	0,00	0,00		0,00	17 940,00	
513 020217	Publicidade	43 000,00	20 000,00	5 500,00	0,00		0,00	57 500,00	
513 020217 00 00	Publicidade	3 000,00	0,00	0,00	0,00		0,00	3 000,00	
513 020217 00 00	Publicidade	2 000,00	0,00	0,00	0,00		0,00	2 000,00	
513 020217 00 00	Publicidade	30 000,00	20 000,00	5 500,00	0,00		0,00	52 500,00	
513 020219	Assistência técnica	12 599,00	0,00	0,00	0,00		0,00	12 599,00	
513 020219 00 00	Assistência técnica	10 000,00	0,00	0,00	0,00		0,00	10 000,00	
513 020219 00 00	Assistência técnica	2 599,00	0,00	0,00	0,00		0,00	2 599,00	
513 020220	Outros trabalhos especializados	215 825,00	0,00	51 021,00	0,00		0,00	164 804,00	
513 020220 00 00	Outros trabalhos especializados	12 729,00	0,00	0,00	0,00		0,00	12 729,00	
513 020220 00 00	Outros trabalhos especializados	202 296,00	0,00	51 021,00	0,00		0,00	151 275,00	

Funchal, em 7 de Março de 2022

(Assinaturas)



MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS - DESPESA

PERÍODO DE 2021/01/01 A 2021/12/31

CLASS. ORÇANICA	CÓD. ORÇ. PRIVATIVO	ANO
521040100	5852	2021

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA		DOTAÇÕES INICIAIS	ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS					DOTAÇÕES CORRIGIDAS	OBSERVAÇÕES
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO		TRANSFERÊNCIAS DE VERBAS ENTRE RUBRICAS		CRÉDITOS ESPECIAIS	MODIFICAÇÕES NA REDACÇÃO DA RUBRICA	REP. ABAT. AOS PAGAMENTOS		
			REFORÇOS	ANULAÇÕES					
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)=(3)+(4)-(5)+-(7)	(10)
513 020225 00 00	Outros serviços	4 771,00	0,00	0,00	0,00		0,00	4 771,00	
513 03	Juros e outros encargos	1 000,00	0,00	0,00	0,00		0,00	1 000,00	
513 0305	Outros juros	1 000,00	0,00	0,00	0,00		0,00	1 000,00	
513 030502	Outros	1 000,00	0,00	0,00	0,00		0,00	1 000,00	
513 030502 J0 00	Outros	1 000,00	0,00	0,00	0,00		0,00	1 000,00	
513 06	Outras despesas correntes	230 000,00	30 000,00	133 618,00	0,00		0,00	126 382,00	
513 0602	Diversas	230 000,00	30 000,00	133 618,00	0,00		0,00	126 382,00	
513 060201 00 00	Impostos e taxas	230 000,00	30 000,00	133 618,00	0,00		0,00	126 382,00	
513 07	Aquisição de bens de capital	4 843,00	182 500,00	0,00	0,00		0,00	187 343,00	
513 0701	Investimentos	4 843,00	182 500,00	0,00	0,00		0,00	187 343,00	
513 070101	Aquisição	0,00	15 000,00	0,00	0,00		0,00	15 000,00	
513 070101 00 A0	Terrenos	0,00	15 000,00	0,00	0,00		0,00	15 000,00	
513 070107	Equipamento de informática	0,00	1 500,00	0,00	0,00		0,00	1 500,00	
513 070107 C0 00	Equipamento de informática	0,00	1 500,00	0,00	0,00		0,00	1 500,00	
513 070108	Software informático	2 343,00	0,00	0,00	0,00		0,00	2 343,00	
513 070108 AS 00	Software informático	2 343,00	0,00	0,00	0,00		0,00	2 343,00	
513 070110	Equipamento básico	2 500,00	86 000,00	0,00	0,00		0,00	88 500,00	
513 070110 B0 00	Equipamento básico	2 500,00	86 000,00	0,00	0,00		0,00	88 500,00	
520 02	Aquisição de bens e serviços	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	
520 0202	Aquisição de serviços	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	

Funchal, em 7 de Março de 2022

(Assinaturas)



MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS - DESPESA

PERÍODO DE 2021/01/01 A 2021/12/31

CLASS. ORGÂNICA	CÓD. ORÇ. PRIVATIVO	ANO
521040100	5052	2021

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA		DOTAÇÕES INICIAIS	ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS					DOTAÇÕES CORRIGIDAS	OBSERVAÇÕES
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO		TRANSFERÊNCIAS DE VERBAS ENTRE RUBRICAS		CRÉDITOS ESPECIAIS	MODIFICAÇÕES NA REDAÇÃO DA RUBRICA	REP. ABAT. AOS PAGAMENTOS		
			REFORÇOS	ANULAÇÕES					
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)=(3)+(4)-(5)+(6)+(-7)	(10)
520 020203 00 00	Conservação de bens	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	
520 020214	Estudos pareceres projectos e consultadoria	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	
520 020214 BO 00	Estudos pareceres projectos e consultadoria	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	
520 020214 DO 00	Estudos pareceres projectos e consultadoria	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	
520 020220	Outros trabalhos especializados	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	
520 020220 CO 00	Outros trabalhos especializados	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	
520 07	Aquisição de bens de capital	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	
520 0701	Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	
520 070104 00 00	Construções diversas	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	
520 070106 00 00	Material de transporte	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	
520 08	Transferências de capital	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	
520 0802	Sociedades financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	
520 080201	Bancos e outras instituições financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	
520 080201 SO A0	Bancos e outras instituições financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	
522 02	Aquisição de bens e serviços	0,00	0,00	0,00	450 000,00		0,00	450 000,00	
522 0202	Aquisição de serviços	0,00	0,00	0,00	450 000,00		0,00	450 000,00	
522 020203 00 00	Conservação de bens	0,00	0,00	0,00	150 000,00		0,00	150 000,00	
522 020214	Estudos pareceres projectos e consultadoria	0,00	0,00	0,00	200 000,00		0,00	200 000,00	
522 020214 BO 00	Estudos pareceres projectos e consultadoria	0,00	0,00	0,00	100 000,00		0,00	100 000,00	
522 020214 DO 00	Estudos pareceres projectos e consultadoria	0,00	0,00	0,00	100 000,00		0,00	100 000,00	

Funchal, em 7 de Março de 2022

(Assinaturas)

[Handwritten signature]

MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS - DESPESA

PERÍODO DE 2021/01/01 A 2021/12/31

[Handwritten signature]

CLASS. ORGÂNICA	COD. ORÇ. PRIVATIVO	ANO
521000100	9052	2021

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA		DOTAÇÕES INICIAIS	ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS					DOTAÇÕES CORRIGIDAS	OBSERVAÇÕES
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO		TRANSFERÊNCIAS DE VERBAS ENTRE RUBRICAS		CREDITOS ESPECIAIS	MODIFICAÇÕES NA REDACÇÃO DA RUBRICA	REP. ABAT. AOS PAGAMENTOS		
			REFORÇOS	ANULAÇÕES					
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)=(3)+(4)-(5)+(6)+(-7)	(10)
522 020220	Outros trabalhos especializados	0,00	0,00	0,00	100 000,00		0,00	100 000,00	
522 020220 C0 00	Outros trabalhos especializados	0,00	0,00	0,00	100 000,00		0,00	100 000,00	
522 07	Aquisição de bens de capital	0,00	0,00	0,00	821 233,00		0,00	821 233,00	
522 0701	Investimentos	0,00	0,00	0,00	821 233,00		0,00	821 233,00	
522 070104 00 00	Construções diversas	0,00	0,00	0,00	781 233,00		0,00	781 233,00	
522 070106 00 00	Material de transporte	0,00	0,00	0,00	40 000,00		0,00	40 000,00	
522 08	Transferências de capital	0,00	0,00	1 146 500,00	2 268 001,00		0,00	1 121 501,00	
522 0801	Sociedades e quase soc não financeiras	0,00	0,00	1 146 500,00	2 268 001,00		0,00	1 121 501,00	
522 080102	Privadas	0,00	0,00	1 146 500,00	2 268 001,00		0,00	1 121 501,00	
522 080102 S0 A0	Privadas	0,00	0,00	1 146 500,00	2 268 001,00		0,00	1 121 501,00	
522 0802	Sociedades financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	
522 080201	Bancos e outras instituições financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	
522 080201 S0 A0	Bancos e outras instituições financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	
712 02	Aquisição de bens e serviços	0,00	198 200,00	0,00	0,00		0,00	198 200,00	
712 0201	Aquisição de bens	0,00	34 400,00	0,00	0,00		0,00	34 400,00	
712 020102 00 00	Combustíveis e lubrificantes	0,00	5 000,00	0,00	0,00		0,00	5 000,00	
712 020104 00 00	Limpeza e higiene	0,00	2 500,00	0,00	0,00		0,00	2 500,00	
712 020117 00 00	Ferramentas e utensílios	0,00	26 900,00	0,00	0,00		0,00	26 900,00	
712 0202	Aquisição de serviços	0,00	163 000,00	0,00	0,00		0,00	163 000,00	
712 020201	Encargos das instalações	0,00	55 000,00	0,00	0,00		0,00	55 000,00	

Funchal, em 7 de Março de 2022

(Assinaturas)




Funchal - Av. Carco Ed. Gov.
Regional, 3º andar
9004-527 Funchal
Tel. 291 215 740
Fax. 291 215 750
NIF. 511 131 879
CIPCPS. 511 131 879
Capital Social 11.544.780€
email: financeiro@sociedadesdesenvolvimento.com

MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS - DESPESA

PERÍODO DE 2021/01/01 A 2021/12/31

CLASS. ORGÂNICA	COD. ORÇ. PRIVATIVO	ANO
521040100	5032	2021

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA		DOTAÇÕES INICIAIS	ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS				DOTAÇÕES CORRIGIDAS	OBSERVAÇÕES	
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO		TRANSFERÊNCIAS DE VERBAS ENTRE RUBRICAS		CREDITOS ESPECIAIS	MODIFICAÇÕES NA REDACÇÃO DA RUBRICA			REP. ABAT. AOS PAGAMENTOS
			REFORÇOS	ANULAÇÕES					
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)=(3)+(4)-(5)+(6)+(-7)	(10)
712 020201 A0 00	Encargos das instalações	0,00	30 000,00	0,00	0,00		0,00	30 000,00	
712 020201 B0 00	Encargos das instalações	0,00	25 000,00	0,00	0,00		0,00	25 000,00	
712 020203 00 00	Conservação de bens	0,00	44 000,00	0,00	0,00		0,00	44 000,00	
712 020220	Outros trabalhos especializados	0,00	44 000,00	0,00	0,00		0,00	44 000,00	
712 020220 C0 00	Outros trabalhos especializados	0,00	44 000,00	0,00	0,00		0,00	44 000,00	
712 020225 00 00	Outros serviços	0,00	20 000,00	0,00	0,00		0,00	20 000,00	
712 06	Outras despesas correntes	0,00	40 000,00	0,00	0,00		0,00	40 000,00	
712 0602	Diversas	0,00	40 000,00	0,00	0,00		0,00	40 000,00	
712 060201 00 00	Impostos e taxas	0,00	40 000,00	0,00	0,00		0,00	40 000,00	
712 10	Passivos financeiros	2 900 000,00	0,00	0,00	0,00		0,00	2 900 000,00	
712 1006	Empréstimos a médio e longo prazos	2 900 000,00	0,00	0,00	0,00		0,00	2 900 000,00	
712 100603	Sociedades financeiras - Bancos e outras instituições financeiras	2 900 000,00	0,00	0,00	0,00		0,00	2 900 000,00	
712 100603 S0 00	Sociedades financeiras - Bancos e outras instituições financeiras	2 900 000,00	0,00	0,00	0,00		0,00	2 900 000,00	
TOTAL		5 179 340,00	508 427,00	1 427 040,00	3 085 937,00		3 409,00	8 125 062,00	

Funchal, em 7 de Março de 2022

(Assinaturas)



o DOR 5.4. Operações de tesouraria (anexo 6)



Funchal - Av. Marco Ed. Gov.
Regional, 3º andar
9004-527 Funchal

Tlf. 291 215 740
Fax. 291 215 798

NIF. 511 131 879
CRCPS. 511 131 879
Capital Social 11.544.780€

SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO
DO PORTO SANTO, S.A.
email. financeiro@sociedadesdesenvolvimento.com

**Operações de
Tesouraria**

Euros

Código das Contas	Designação	Saldo Inicial	Recebimentos	Pagamentos	Saldo Final
D 120100	Receita do Estado - Fundos Alheios	28 713,12	51 147,73	10 541,10	69 319,75
D 120200	Operações de Tesouraria - Fundos Alheios	7 831,68	0,00	7 831,68	0,00
Total		36 544,80	51 147,73	18 372,78	69 319,75

B. Ruf
lu
f

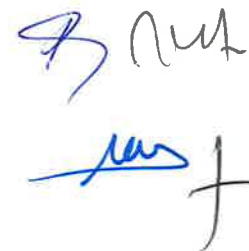
o DOR 5.6, Contratação administrativa - Adjudicações por tipo de procedimento (anexo 8)



Funchal - Av. Marco Ed. Gov.
Regional, 3º andar
9004-527 Funchal
Tlf. 291 215 740
Fax. 291 215 758
NIF. 511 131 879
CRCPS. 511.131.879
Capital Social 11.544.780€
email. financeiro@sociedadesdesenvolvimento.com

Adjudicações por tipo de procedimento

Tipo de contrato	Concurso público										Total	
	Concurso público		Concurso limitado por prévia qualificação		Procedimento por negociação		Diálogo concorrencial		Ajuste direto		Número dos contratos	Valor
	Número dos contratos	Prazo contratual	Número dos contratos	Prazo contratual	Número dos contratos	Prazo contratual	Número dos contratos	Prazo contratual	Número dos contratos	Prazo contratual		
Empreitada de obras públicas	CP 02/2021;	120 dias	-	-	-	-	-	-	-	-	1	266 879,05 €
Aquisição de serviços	CP 01/2021	36 meses	-	-	-	-	-	-	-	-	12	197 804,06 €
Locação ou aquisição de bens móveis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5	63 516,83 €
Concessão de obras públicas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Concessão de serviços públicos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sociedade	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros (Bens e Serviços)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
a) Valores s/IVA												



DOR 5.7. Transferências e subsídios - Receita (anexo 10)



Funchal - Av. Marco Ed. Gov.
Regional, 3º andar
9004-527 Funchal
Tlf. 291 215 740
Fax. 291 215 758
NIF. 511 131 879
CRCPS. 511 131 879
Capital Social 11.544.780€
email: financeiro@societadedesenvolvimento.com

Transferências e Subsídios Recebidos

Euros

Tipo de Receita	Disposições Legais (1)	Finalidade (2)	Entidade Financiadora (3)	Receita Prevista (4)	Receita Recebida (5)	Receita prevista e não recebida (6) = (4) - (5)	Devolução de transferências / subsídios ocorrida no exercício (7)	Observações (8)
Transferências correntes	Resoluções nº 6, nº 75, nº 143,	Apoio Financeiro - COVID 19	Governo Regional da Madeira	249 120,00	0,00	249 120,00	0,00	Valor so foi recebido em 2022
Total das Transferências Correntes				249 120,00	0,00	249 120,00	0,00	
Transferências de capital	Artigo 49 da Lei das Finanças	Contrato Programa com a SDPS	Governo Regional da Madeira	141 196,00		141 196,00		Contrato programa não chegou a ser assinado
Total das Transferências de Capital				141 196,00	0,00	141 196,00	0,00	
Subsídios						0,00		
Total Subsídios				0,00	0,00	0,00	0,00	

R. Ruf
ms
f

o DOR 5.7. Transferências e subsídios – Despesa (anexo 11)



Funchal - Av. Cerco Ed. Gov.
Regional, 3º andar
9004-927 Funchal
Tlf. 291 219 740
Fax. 291 219 758
NIF: 511 131 879
CIPCPS: 511 131 879
Capital Social 11.344.780€
email: financeiro@sociedadesdesenvolvimento.com

Transferencias e Subsídios Concedidos

Euros

Disposições Legais (1)	Finalidade (2)	Entidade Beneficiária (3)	Despesas Orçamentadas (4)	Despesas Autorizadas (5)	Despesas Pagas (6)	Despesas Autorizadas e Não Pagas (7) = (5) - (6)	Devolução de transferências / Subsídios ocorrida no exercício (8)	Observações (9)
Transferencias correntes	Programas de emprego	Transferencias para as f	25 000,00	12 600,67	12 600,67	0,00		
						0,00		
						0,00		
						0,00		
Total das Transferencias Correntes			25 000,00	12 600,67	12 600,67	0,00	0,00	
Transferencias de capital				0,00	0,00	0,00	0,00	
						0,00		
						0,00		
Total das Transferencias de Capital				0,00	0,00	0,00	0,00	
Subsídios						0,00		
						0,00		
						0,00		
Total Subsídios				0,00	0,00	0,00	0,00	

O Conselho de Administração

A Presidente,



(Nivalda Gonçalves)

A Vogal



(Fátima Carvalho Correia)

O Vogal



(Ricardo Morna Jardim)

O Contabilista Certificado



(Roberto Luís da Silva Vaz Barros)



5.2. ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS

5.2.1 DOR 1. DEMONSTRAÇÃO DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL (ANEXO 1)

A Demonstração do Desempenho Orçamental permite a análise do desempenho orçamental da SDPS e apresenta as importâncias relativas a todos os recebimentos e pagamentos que ocorreram no período contabilístico, quer se reportem à execução orçamental, quer a operações de tesouraria. Nesta demonstração também se evidenciam os correspondentes saldos da gerência anterior e para a gerência seguinte, saldo global, saldo corrente, saldo de capital e saldo primário, sendo a informação organizada pela fonte de financiamento e por classificação económica da execução orçamental.

Na receita orçamentada as receitas correntes representaram 100,0% do total da receita efetiva.

Na despesa orçamentada, as despesas correntes representaram 91,44% do total da despesa efetiva e as despesas de capital representaram 8,56% do total da despesa efetiva.

5.2.2 DOR 2. DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA RECEITA (ANEXO 2)

Esta demonstração explicita todas as fases e eventos da execução orçamental da receita, em coluna, organizada pelas diversas classificações económicas detalhadas.

A execução da Receita Corrente cifrou-se em 7,04% e da Receita de Capital em 92,96%, do total do orçamento corrigido, com uma execução total de 88,70%.

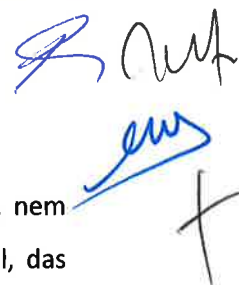
5.2.3 DOR 3. DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA (ANEXO 3)

Esta demonstração explicita todas as fases e eventos da execução orçamental da despesa, em coluna, organizada pelas diversas classificações económicas detalhadas.

Na análise da composição da despesa, a dotação é corrigida para dotação disponível, pela redução por via das cativações efetuadas diretamente pela DROT, plasmadas no ORAM 2021, e que podem ser analisadas nos mapas de execução, na coluna com o nome de "cativos ou congelamentos".

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram efetuadas cativações no montante de 332.873€.

A execução da Despesa Corrente cifrou-se em 34,77% e da Despesa de Capital em 65,23%, do total do orçamento corrigido, com uma execução total de 49,60%.



5.2.4 DOR 5. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS

A informação contida nas demonstrações orçamentais, sendo extremamente relevante, nem sempre é suficiente para proporcionar uma visão completa acerca do orçamento inicial, das alterações orçamentais, da execução das várias fases das despesas e das receitas orçamentadas, dos pagamentos e recebimentos e do desempenho orçamental.

No decorrer do ano 2021, a SDPS realizou 16 alterações orçamentais. A maior parte das quais foram constituídas por meras transferências entre rubricas orçamentais, com exceção da 2.ª alteração orçamental, onde se registou a utilização do saldo da gerência do exercício do ano 2020.

A variação global do orçamento corrigido, face ao orçamento inicial foi no valor de 3.865.937€, e resulta essencialmente da inscrição das verbas descritas no parágrafo anterior.

5.2.5 DOR 5.1. ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS DA RECEITA (ANEXO 4)

As alterações orçamentais da receita em 2021 evidenciam as alterações orçamentais ocorridas no período de relato com as rubricas da receita num grau de desagregação semelhante ao orçamento, incorporando o efeito das alterações entretanto ocorridas.

Em anexo mapa com as alterações orçamentais da receita, ocorridas em 2021.

5.2.6 DOR 5.2. ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS DA DESPESA (ANEXO 5)

As alterações orçamentais da despesa em 2021 evidenciam as alterações orçamentais da despesa ocorridas no período de relato com as rubricas da despesa num grau de desagregação semelhante ao orçamento, incorporando o efeito das alterações entretanto ocorridas.

Em anexo mapa com as alterações orçamentais da despesa, ocorridas em 2021.

5.2.7 DOR 5.4. OPERAÇÕES DE TESOURARIA (ANEXO 6)

O mapa das operações de tesouraria discrimina as operações que geram influxos ou efluxos de caixa, mas não representam operações de execução orçamental, correspondendo às operações que não são consideradas receita ou despesa orçamental, mas que têm expressão na tesouraria e na contabilidade da entidade, permitindo assim assegurar a devida prestação de contas nesta área.

5.2.8 ALTERAÇÕES AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

Em aditamento às presentes demonstrações orçamentais, consta do ponto 4 do Relatório de Gestão e Contas 2021 e o relatório plurianual de investimentos onde constam os investimentos, de acordo com as orientações de gestão da tutela e constantes do PIDDAR.

5.2.9. CONTRATAÇÃO ADMINISTRATIVA:

DOR 5.5. Contratação Administrativa – Situação dos Contratos (Anexo 7)

Esta demonstração proporciona informação adicional à execução orçamental, designadamente sobre todos os contratos celebrados no exercício ou em exercícios anteriores e que foram objeto de execução financeira no período do relato.

Em anexo junta-se um mapa com o ponto de situação dos contratos adjudicados em 2021, por entidade e por objeto do contrato.

DOR 5.6. Contratação Administrativa – Adjudicação Administrativa – Adjudicação Por Tipo de Procedimento (Anexo 8)

Esta demonstração proporciona informação adicional à execução orçamental, designadamente no que respeita a cada tipo de contrato sobre as modalidades de adjudicação, indicando o número de contratos e o preço contratual adjudicados no período do relato.

Foram adjudicados no decorrer do ano 2021, 18 contratos com o valor global de 528.199,94€, sendo:

- 16 - Por ajuste direto regime geral
- 0 - Através de consulta prévia
- 2 - Pela modalidade de concurso público
- 0 - Por concurso limitado por prévia qualificação.

5.2.10 TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS

10.1. Transferências e Subsídios – Despesa



A informação relativa a transferências e subsídios da despesa permite acompanhar que tipos de apoio são concedidos pela entidade.

A SDPS não realizou qualquer transferência a título de subsídios, mas sim de transferências correntes, utilizados através dos programas de emprego.

10.2. Transferências e Subsídios – Receita (Anexo IX)

A informação relativa a transferências e subsídios permite acompanhar que tipos de apoio são obtidos pela entidade.

A SDPS não recebeu durante o ano de 2021 qualquer valor para compensar da receita não cobrada devido ao COVID 19. Estes valores foram recebidos somente em 2022.

Relativamente as transferências de capital, a SDPS não recebeu qualquer valor decorrer de 2021, pois os contratos programa não chegaram a ser assinados.

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **SDPS - Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo S.A.** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total de 55.675 milhares de euros e um total de capital próprio de 21.165 milhares de euros, incluindo um resultado líquido negativo de 7.981 milhares de euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos e aos possíveis efeitos das matérias referida na secção Bases para a opinião com reservas, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **SDPS - Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo S.A.** em 31 de dezembro de 2021 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Bases para a opinião com reservas

No decurso do trabalho por nós realizado, verificámos que a rubrica de Ativos Fixos Tangíveis inclui cerca de 35.485 milhares de euros relativos a terrenos e edifícios, relativamente aos quais não conseguimos concluir de forma inequívoca sobre eventuais situações de perdas por imparidade.

Em resultado deste facto, não estamos habilitados a emitir opinião sobre a rubrica de “Ativos Fixos Tangíveis” evidenciada no Balanço e sobre o saldo de “Gastos de Depreciação e de Amortização” evidenciada na Demonstração dos Resultados por Naturezas com referência a 31 de dezembro de 2021.

De salientar, que a Entidade iniciou um procedimento concursal com vista à aquisição de serviços de Inventariação e Reconciliação Físico-Contabilística, Avaliação de Bens Móveis e Avaliação do Património Imóvel de Domínio Privado e Domínio Público, estimando-se que os resultados deste procedimento venham a produzir efeitos no exercício de 2023.

A rubrica de Outras Contas a Receber inclui cerca de 10.170 milhares de euros relacionados com dívidas de entidades relacionadas, relativamente às quais não nos é possível concluir acerca da sua efetiva recuperabilidade. Desta forma não nos podemos pronunciar sobre a necessidade de reconhecimento de eventuais perdas por imparidade, bem como de eventuais regularizações que possam ter efeito sobre os capitais próprios da Entidade.

Telefone: +351 213 182 720 | Email: info@pkf.pt | www.pkf.pt

PKF & Associados, SROC, Lda. | Edifício Atrium Saldanha, Praça Duque de Saldanha, n.º 1, 4.º H e O | 1050-094 Lisboa | Contribuinte n.º 504 046 683 | Capital Social €50.000 | Inscrita na OROC sob o n.º 152 e na CMVM sob o n.º 20161462

A PKF & Associados, SROC, Lda. é membro da PKF International Limited, uma rede de sociedades legalmente independentes, a qual não aceita quaisquer responsabilidades pelos atos ou omissões de qualquer sociedade ou sociedades membro.

Em outubro de 2019, foi celebrado um acordo de transação entre a SDPS - Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo S.A. (SDPS), a Região Autónoma da Madeira e a sociedade comercial Pico de Baixo e Penedo – Investimentos Imobiliários Lda. (PBP), de acordo com o qual haveria a transmissão de propriedade sobre uma parcela para a SDPS e um valor de relativo a lucros cessantes, sendo que na presente data, sobre o referido acordo corre uma ação judicial entreposta pela sociedade PBP no Tribunal Administrativo e Fiscal do Funchal.

Em resultado do parecer do Tribunal de Contas, datado de 8 de novembro de 2021, relativa ao acordo acima referido, foi decidido em Conselho de Administração da SDPS, por uma questão de prudência, a constituição de uma provisão no valor de 6.056 milhares de euros por contrapartida de custos do exercício a qual se destina a fazer face a eventuais responsabilidades associadas a este processo judicial.

De salientar que, este montante inclui, quer o valor do próprio terreno, quer a indemnização por lucros cessantes requerida pela sociedade PBP. Em resultado, do facto de não ser possível desagregar o valor global dos 6.056 milhares de euros, não nos é possível quantificar a sobreavaliação dos custos do exercício e a subavaliação do Ativo que decorre da aquisição do terreno em questão.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Ênfases

Chamamos a atenção para o divulgado no ponto 17 do Relatório e Contas de 2021, nomeadamente no que diz respeito aos impactos do vírus COVID-19 e a incerteza na atividade operacional futura da Entidade.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matéria.

Outras matérias

No decurso do nosso trabalho, pese embora o Património Líquido permaneça positivo, verificámos que se encontra perdido mais de metade do capital social da Entidade. Desta forma, deverão os acionistas da Sociedade deliberar sobre as opções previstas no artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro;

- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao disposto na alínea e) do n.º 3 do artigo 451.º do Código das Sociedades Comerciais, exceto quanto aos efeitos e possíveis efeitos das matérias referidas na secção “Bases para a opinião com reservas” do Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 23 de março de 2022



PKF & Associados, SROC, Lda.

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Representada por

José de Sousa Santos (ROC n.º 804 / CMVM n.º 20160434)

SDPS - Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo S.A.

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

1. No desempenho das funções que nos estão legalmente confiadas e de harmonia com o mandato que nos foi atribuído, acompanhámos a atividade da **SDPS - Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo S.A.** durante o exercício de 2021 e procedemos às verificações que julgámos convenientes, nomeadamente no que respeita à escrituração dos livros, registos contabilísticos e documentação de suporte, tendo obtido sempre, quer da Administração quer dos serviços, os esclarecimentos solicitados.
2. Acompanhámos a atividade da Sociedade durante o exercício, nomeadamente em conformidade com o disposto no Código das Sociedades Comerciais. No final do exercício examinámos os documentos de prestação de contas e o Relatório de Gestão do Conselho de Administração que se encontra elaborado em obediência aos requisitos legais e em conformidade com os referidos documentos de prestação de contas, espelhando a situação da empresa e aludindo às operações de maior significado. Em consequência do exame efetuado, emitimos nesta data a respetiva Certificação Legal das Contas, na modalidade de opinião com reservas e com ênfases, cujo conteúdo se dá aqui como integralmente reproduzido.
3. Nos termos do n.º 2 do artigo 171.º do Código das Sociedades Comerciais, e encontrando-se a Entidade numa situação de perda de metade do seu capital social, deverá a mesma indicar em todos os seus atos externos, nomeadamente correspondência e contratos, o montante do Capital Próprio segundo o último balanço aprovado. Adicionalmente, nos termos do artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais, deverá a Administração requerer a convocação da Assembleia Geral para que os sócios tomem as medidas julgadas convenientes.
4. Face ao exposto, e não tendo tomado conhecimento de violação da Lei e dos Estatutos, somos do parecer que a Assembleia Geral Anual aprove:
 - a) O Relatório de Gestão do Conselho de Administração, bem como as contas por este apresentadas, relativos ao exercício de 2021;
 - b) A proposta do Conselho de Administração quanto à aplicação dos resultados.

Lisboa, 23 de março de 2022

O Fiscal Único



PKF & Associados, SROC, Lda.

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Representada por José de Sousa Santos (ROC n.º 804 / CMVM n.º 20160434)

Telefone: +351 213 182 720 | Email: info@pkf.pt | www.pkf.pt

PKF & Associados, SROC, Lda. | Edifício Atrium Saldanha, Praça Duque de Saldanha, n.º 1, 4.º H e O | 1050-094 Lisboa |

Contribuinte n.º 504 046 683 | Capital Social €50.000 | Inscrita na OROC sob o n.º 152 e na CMVM sob o n.º 20161462

A PKF & Associados, SROC, Lda. é membro da PKF International Limited, uma rede de sociedades legalmente independentes, a qual não aceita quaisquer responsabilidades pelos atos ou omissões de qualquer sociedade ou sociedades membro.



SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO
DO PORTO SANTO, S.A.

RELATÓRIO E CONTAS 2021